

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FERNANDA MILENA ALVES MACHADO

O MOINHO SATÂNICO CHILENO

A mercantilização da vida aprofundada pela lógica neoliberal

UBERLÂNDIA

2024

FERNANDA MILENA ALVES MACHADO

O MOINHO SATÂNICO CHILENO

A mercantilização da vida aprofundada pela lógica neoliberal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional

Linha de Pesquisa: Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp

UBERLÂNDIA, MG

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M149m Machado, Fernanda Milena Alves, 1998-
2024 O moinho satânico chileno [recurso eletrônico] : a mercantilização da
vida aprofundada pela lógica neoliberal / Fernanda Milena Alves
Machado. - 2024.

Orientador: José Rubens Damas Garlipp.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5043>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. Garlipp, José Rubens Damas, 1957-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408

O MOINHO SATÂNICO CHILENO

A mercantilização da vida aprofundada pela lógica neoliberal

FERNANDA MILENA ALVES MACHADO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp – IERI/UFU
Orientador

Prof. Dr. Rubens Rogério Sawaya – PUC-SP

Profa. Dra. Marisa Silva Amaral – IERI-UFU

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à minha avó, Euzelena Eugênio da Fonseca, a maior referência que eu pude ter na vida; a carrego comigo em cada pedaço do que sou. A minha avó, Maria do Amparo de Oliveira, sua doçura e gentileza permanecem em nossos corações. Mulheres que abriram caminhos para que eu considerasse a academia como caminho possível e espaço de pertencimento.

Ao meu pai, Olímpio Alves Machado; a sua presença delicada e afetuosa tem sido meu porto seguro desde sempre, quem diariamente me ensina o valor das coisas mais simples e acredita em mim, caminhando sempre ao meu lado. A minha mãe, Sheyla Maria Eugênia Machado, a mulher que sempre foi a fortaleza da minha vida e a minha fonte de inspiração, quem me ensinou sobre o cuidado e a atenção com o outro, sobre o poder da educação e, por acreditar tanto nisso, fez incontáveis sacrifícios para que eu pudesse cumprir essa jornada e sempre foi meu apoio. Viver na mesma vida que meu pai e minha mãe é, em si, um dos meus maiores privilégios.

Ao meu irmão, Ricardo; nossa ligação e amor me dão forças para enfrentar qualquer desafio. A tia Shirley, uma segunda mãe que a vida me presenteou, a quem compartilho tanto amor, conversa e carinho e com quem fui privilegiada de vivenciar, juntas, os últimos anos de vida da minha avó, me inspiro em sua força, empatia e gentileza. Ao meu afilhado, Eduardo, o orgulho da minha vida. E a Larissa, minha companheira de caminhada em Uberlândia.

A cada um dos professores e professoras que já tive durante minha jornada de estudos, especialmente ao meu orientador José Rubens Damas Garlipp. Além de tornar possível o desenvolvimento desta pesquisa, me apoiou em momentos de grande desafio e incerteza com uma escuta tão gentil, por quem tenho profunda admiração, cujo significado escapa às palavras de agradecimento; para sempre serei grata.

Ao professor Carlos Alves do Nascimento, por tamanho acolhimento, paciência e dedicação. A forma como enxerga a vida e o mundo é, para mim, uma fonte de inspiração, me sinto sortuda pela oportunidade de ter aprendido com suas palavras. A professora Marisa Amaral, por sempre me estimular com perguntas e questionamentos desafiadores, em uma jornada de muito aprendizado, você foi responsável por me tornar uma pesquisadora melhor, mais crítica e por me apaixonar pela pesquisa acadêmica. Ao professor Rubens Sawaya, foi um grande privilégio tê-lo em minha banca e poder aprender e me entusiasmar com suas contribuições.

Ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, por proporcionar as condições para a minha permanência no Curso de Mestrado, especialmente ao professor Filipe Almeida do Prado Mendonça, Coordenador, ao Vinicius Rezende Rosa, Secretário e à Carla Sabrina, por todo apoio nessa trajetória.

As minhas amigas, Cecília, Ana Carolina e Anatólia, por todo carinho, afeto e trocas em todos esses anos; mesmo a distância, a presença delas em minha vida construiu muito do que sou.

Laís, minha irmã, camarada, companheira, com quem compartilho muitos sonhos, pensamentos, esperanças, experiências e a paixão pela Crítica à Economia Política e pela nossa profissão; quem transformou minha vida, meu olhar sobre a pesquisa e minha visão de mundo com tanto afeto e amor. Laura, Júlia, Milena, Caroline, Rogério e Ruggery, com tanto riso, carinho e suporte tornaram mais leve diversos momentos difíceis que enfrentei ao longo dessa trajetória.

A Liliane Santos, pela escuta atenta e por todas as transformações que acompanharam o desenvolvimento desta pesquisa, meu profundo agradecimento. A Letícia, Reurison, Matheus e Maria Celeste, presentes que a pós-graduação me deu.

Por fim, a todos os trabalhadores e trabalhadoras que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, em todos os processos pelos quais passei até a conclusão desta Dissertação.

“SEVERINO RETIRANTE, DEIXE AGORA QUE LHE DIGA: EU NÃO SEI BEM A RESPOSTA DA PERGUNTA QUE FAZIA, SE VALE MAIS SALTAR FORA DA PONTE E DA VIDA; NEM CONHEÇO ESSA RESPOSTA, SE QUER MESMO QUE LHE DIGA; É DIFÍCIL DEFENDER, SÓ COM PALAVRAS A VIDA, AINDA MAIS QUANDO ELA É ESTA QUE VÊ, SEVERINA; MAS SE RESPONDER NÃO PUDE À PERGUNTA QUE FAZIA, ELA, A VIDA, A RESPONDEU COM SUA PRESENÇA VIVA.

E NÃO HÁ MELHOR RESPOSTA QUE O ESPETÁCULO DA VIDA: VÊ-LA DESFIAR SEU FIO, QUE TAMBÉM SE CHAMA VIDA, VER A FÁBRICA QUE ELA MESMA, TEIMOSAMENTE SE FABRICA, VÊ LA BROTAR COMO HÁ POUCO EM NOVA VIDA EXPLODIDA;

MESMO QUANDO É ASSIM PEQUENA, A EXPLOSÃO, COMO A OCORRIDA;

MESMO QUANDO É UMA EXPLOSÃO COMO A DE HÁ POUCO, FRANZINA;

MESMO QUANDO É A EXPLOSÃO DE UMA VIDA SEVERINA”.

(JOÃO CABRAL DE MELO NETO)

RESUMO

Esta dissertação se propõe a debater o neoliberalismo por três prismas: a sua forma de ascensão no sistema econômico, político e social, enquanto fase de acumulação assentada na financeirização; as suas consequências para a tessitura social e a forma como os tentáculos desse sistema paralisam a sociedade, impedindo a libertação de suas amarras. Diante da análise das transformações do sistema monetário-financeiro internacional que sedimentaram o terreno para o surgimento do modelo econômico neoliberal e financeirizado, os desdobramentos da forma valor configuram um fio condutor, ao estimular a preponderância das finanças na economia política, de tal forma que os impactos da relação entre neoliberalismo e financeirização a nível global e a nível local revelam-se como aspectos essenciais para entender como ocorre a deterioração da tessitura social chilena, ao que se somam as heranças da ditadura, não modificadas por completo durante os governos posteriores. Os movimentos sociais ocorridos desde a década de 2000 exibem a amplitude de tal desgaste, sendo o processo constituinte, segundo entendemos, a materialização de um esgotamento social. Posta a ausência de um consenso popular, discutimos alguns apontamentos sobre as limitações e os avanços que o movimento do capital imprime à reação social.

Palavras-chave: Chile; Neoliberalismo; Financeirização; Mercantilização.

ABSTRACT

This dissertation proposes to debate neoliberalism from three perspectives: its form of ascension in the economic, political and social system, as a phase of accumulation based on financialization; its consequences for the social weave and the way in which the tentacles of this system paralyze society, preventing the liberation from its bonds. In view of the analysis of the transformations of the international monetary-financial system that laid the groundwork for the emergence of the neoliberal and financialized economic model, the unfolding of the value form configures a common thread, by stimulating the preponderance of finance in the political economy, in such a way that the impacts of the relationship between neoliberalism and financialization at the global and local levels, they are essential aspects to understand how the deterioration of the Chilean social fabric occurs, to which are added the legacies of the dictatorship, which were not completely modified during the subsequent governments. The social movements that have taken place since the 2000s exhibit the extent of such weariness, and the constituent process, as we understand it, is the materialization of a social exhaustion. Given the absence of a popular consensus, we discuss some notes about the limitations and advances that the movement of capital imprints on social reaction.

Keywords: Chile; Neoliberalism; Financialization; Commodification.

RESUMEN

Esta disertación propone debatir el neoliberalismo desde tres perspectivas: su forma de ascenso en el sistema económico, político y social, como una fase de acumulación basada en la financiarización; sus consecuencias para el tejido social y la forma en que los tentáculos de este sistema paralizan a la sociedad, impidiendo la liberación de sus ataduras. Ante el análisis de las transformaciones del sistema monetario-financiero internacional que sentaron las bases para el surgimiento del modelo económico neoliberal y financiarizado, el despliegue de la forma de valor configura un hilo conductor, al estimular la preponderancia de las finanzas en la economía política, de tal manera que los impactos de la relación entre neoliberalismo y financiarización a nivel global y local se revelan como aspectos esenciales para entender cómo se produce el deterioro del tejido social chileno, a lo que se suman los legados de la dictadura, que no fueron completamente modificados durante los gobiernos posteriores. Los movimientos sociales que han tenido lugar desde la década de 2000 exhiben el alcance de ese hastío, y el proceso constituyente, tal como lo entendemos, es la materialización de un agotamiento social. Ante la ausencia de un consenso popular, discutimos algunas notas sobre las limitaciones y avances que el movimiento del capital imprime a la reacción social.

Palabras clave: Chile; Neoliberalismo; Financiarización; Mercantilización.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Chile - Porcentagem de juros sobre o serviço da dívida externa (1960-1998).....	74
Gráfico 2: Chile - Dívida Externa (1960-1999).....	75
Gráfico 3: Países selecionados - Abertura ao comércio internacional (como %PIB).....	78
Gráfico 4: Chile - Participação de eleitores por processo.....	113
Gráfico 5: Resultado de referendos no Chile.....	113

LISTA DE TABELA E QUADROS

Tabela 1: Chile - Porcentagem da dívida externa (pública e privada) sobre o PIB.....	75
Quadro 1: Chile - Histórico de reformas institucionais.....	80
Quadro 2: Chile – Resumo comparativo entre Constituição vigente e propostas constitucionais.....	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART: Artigo

CEPAL: Comissão Pensamento Latino Americano

CODELCO: Corporação Nacional de Cobre

CORFO :Corporação de Fomento da Produção

CPD: Concertación de Partidos por la Democracia

ENAP: Empresa Nacional de Petróleo

FMI: Fundo Monetário Internacional

FONASA: Fundo Nacional de Saúde

GES: Garantias Explícitas a Saúde

IVA: Imposto sobre Valor Acrescentado

LOCE: Lei Orgânica Constitucional de Ensino

OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento

PS: Partido Socialista

SIMCE: Sistema de Medicina da Qualidade da Educação

USE: Unidade de Subvenção Educacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - Auri Sacra Fames o papel do capital nas transformações da economia política	19
1.1 Notas sobre as transformações do Sistema Monetário e Financeiro Internacional	19
1.2 A transmutação do dinheiro em capital	32
1.3 Financeirização: o desdobramento da forma valor como fio condutor	40
1.4 A relação entre neoliberalismo e financeirização	51
CAPÍTULO 2 - Neoliberalismo: além de um modelo econômico, um projeto de sociedade	56
2.1 - A competição, racionalidade neoliberal amorfa e a ressonância de um imaginário comprometido	56
2.2 - O moinho satânico chileno: esgotamento da tessitura social	69
2.3 - Heranças da ditadura de Pinochet	82
2.3.1 - Violência e Memória	82
2.3.2 - A metamorfose do Estado	86
2.3.3 - Saúde	94
2.3.4 - Sistema de pensões	98
CAPÍTULO 3 - Constituinte como materialização do esgotamento social	103
3.1 Histórico da constituição de 1980	103
3.2 Diferenças entre Constituição de 1980 e Proposta de 2022	106
3.3 Diferenças entre Constituição de 1980, proposta de 2022 e proposta de 2023 (poder legislativo)	109
3.4 Síntese entre as propostas	110
CAPÍTULO 4 - Apontamentos sobre a paralisia material e subjetiva	116
4.1 - Teoria da Alienação, o trabalho e a produção de inimigos	116
4.2 - General Intellect	122
4.3 - Anunciação do colapso subjetivo	123
4.4 - Autoritarismo e antidemocracia	127
4.5 Notas sobre o conceito de desenvolvimento	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é compreender como o neoliberalismo impactou no aprofundamento da mercantilização da vida através das suas heranças e modo de operação, cujo mote central, a busca pelo lucro, produz a mercantilização de mercadorias fictícias, como os serviços públicos de saúde e pensões. Dessa forma, busca-se ainda demonstrar como os contramovimentos ocorridos no Chile durante a década de 2010, os quais desencadeiam o processo da Constituinte, deflagrado no ano de 2019, representam a expressão de um esgotamento da sociedade chilena, enquanto movimento de contraposição ao projeto de político-econômico-social neoliberal.

Nessa perspectiva, propõe-se executar uma revisão bibliográfica a respeito do desenvolvimento do Sistema Monetário e Financeiro Internacional desde a revolução industrial até o estabelecimento do regime do Dólar de Wall Street, com o propósito de estabelecer as bases para o entendimento do processo de acumulação do capitalismo, da financeirização e da implantação do neoliberalismo. Posto esse aparato teórico, pretende-se investigar a relação da herança das dinâmicas da economia política internacional com os contramovimentos ocorridos no Chile entre os anos de 2010 a 2020, perpassando os movimentos estudantis de 2011 e 2012, até os movimentos por uma Constituinte chilena deflagrados em 2019, com o intuito de compreender a reação da sociedade ao projeto de sociedade neoliberal estabelecido durante a ditadura militar, institucionalizado através da constituição de 1970 ainda vigente.

Visando alcançar o objetivo aqui proposto, entendemos ser importante perpassar as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas desde a Revolução Industrial com vistas a trazer elementos de continuidade e ressaltar os paradoxos presentes no sistema capitalista. Ainda que o sistema tenha passado por diversos regimes políticos, padrões monetários, alterações de hegemonias políticas, um elemento comum na história do capitalismo nos últimos 200 anos são as crises, seus paradoxos e a constante e crescente reconfiguração de forças orientadas pela e para a acumulação de capital.

Nessa linha, o neoliberalismo, em sua dimensão econômica, enquanto fase do sistema de acumulação caracterizada pela exponenciação da financeirização, produz a deterioração das condições de reprodução social e empobrecimento, como também a crescente e constante preponderância do papel do crédito e das finanças. Nesse sentido, o neoliberalismo, compreendido como uma fase do sistema de acumulação, que tem contornos

políticos, ideológicos e sociais no mundo como um todo, é implantado na América Latina na esteira do autoritarismo, da competição desenfreada, da exacerbação do individualismo, da preponderância do privado sobre o público, da alienação, da antidemocracia, da violência, da financeirização, do encapsulamento social e da modulação da subjetividade, cujas características explicitam a utilização do aparato estatal burocrático de maneira violenta para amparar o interesse de elites, como também a dinâmica capitalista assimétrica entre o núcleo orgânico do capital e as periferias.

O neoliberalismo tem sido debatido por diferentes vertentes teóricas com uma variedade ampla de contribuições no que se refere aos seus impactos, seja no âmbito econômico, político, social e psicológico/subjetivo. No entanto, o que se observa é que as contribuições teóricas a respeito do tema, em geral, negligenciam a contextualização do neoliberalismo enquanto uma incorporação do regime de acumulação capitalista, ou aquelas perspectivas que o fazem costumam ser marginalizadas. Nesse sentido, com o objetivo de estabelecer uma análise mais ampla, e tomando o neoliberalismo como projeto de sociedade neoliberal, mais que meras práticas e políticas econômicas, e que se insere nas esferas da vida por meio do movimento do capital, posto que orientado pela lógica de acumulação, impõe-se retomar, ainda que brevemente, as contribuições marxistas a respeito das transformações do dinheiro em capital, os desdobramentos da sua forma e as contradições que o acompanham.

No primeiro capítulo busca-se observar as transformações no Sistema Monetário e Financeiro Internacional que sediaram o regime de acumulação, a partir do processo de reprodução ampliada, de sorte a tornar claro que o regime de acumulação capitalista sofre alterações em sua dinâmica, uma vez que o dinheiro se torna cada vez mais fetichizado, ao mesmo tempo em que perde a categoria de representação abstrata de valores de troca de mercadorias diversas, se transformando no “deus das mercadorias”. Por isso, na primeira seção pretendemos debater a estrutura e a dinâmica do modelo econômico-político, desde o processo de acumulação primitiva que é intensificado durante a colonização e a Revolução Industrial, as mudanças ocorridas ao longo do século XIX, atravessadas pela hegemonia e posterior derrocada da Inglaterra, cedendo lugar aos Estados Unidos como potência e principal financiador dos países do núcleo orgânico capitalista, cujos desdobramentos influenciam a economia política internacional como um todo desde a Primeira Guerra Mundial até os dias de hoje.

Estabelecida a breve historiografia da arquitetura financeira internacional que sedimentou o território para o surgimento do projeto neoliberal, a qual servirá de base para analisar os fenômenos político-econômico-sociais contemporâneos, na segunda seção são abordadas as transformações do dinheiro em capital. Dado que as formas do capital seguem uma tendência em que o fetiche do dinheiro se torna um imperativo em todas as formas de abstração, pretendemos expor a dinâmica do cenário internacional ao longo do último século que levou ao estabelecimento do neoliberalismo na América Latina, tendo o Chile como laboratório.

Nesse sentido, na terceira seção abordamos o desdobramento da forma valor, da mercadoria até sua forma mais aperfeiçoada, o capital portador de juros e fictício. Essa digressão teórica é necessária para compreender a relação entre neoliberalismo e financeirização, exposta na quarta seção. O desenvolvimento dessa relação intrínseca nos é relevante à medida que a introdução do neoliberalismo, tanto em seus aspectos econômicos quanto políticos e sociais, exacerba a fetichização e a inversão na subjetividade coletiva com relação às noções de valor e de desenvolvimento. De maneira combinada, a mercantilização da própria vida e de seus meios de reprodução é naturalizada enquanto imperativo do modo de produção vigente e, dessa maneira, também se normalizam as políticas da catástrofe produzida pelo capital. Sendo assim, entende-se o desdobramento da forma valor enquanto fio condutor das modulações do processo de acumulação capitalista e das suas consequentes transformações econômicas, políticas e sociais.

Expostas as características neoliberais traçadas no cenário global e na América Latina, no segundo capítulo são abordadas as características próprias do neoliberalismo implementado no Chile e seus efeitos em termos da deterioração das condições de reprodução social, traçando limiares do ponto de não-retorno da financeirização. Buscamos investigar, então, como os desdobramentos do capital, nessa quadra neoliberal, impactam o Chile no que tange a aspectos de subordinação econômica, política e ao aprofundamento da mercantilização da vida. Nessa linha, partindo da noção de competição, da racionalidade neoliberal e de como esta produz uma subjetividade e um imaginário coletivo comprometido, os impactos punitivos e os sintomas ganham contornos ainda mais graves, no sentido de caminharem rumo à aniquilação da própria vida. Somado a isso, a subordinação para sustentar que a crise democrática na América Latina é mais um sintoma do neoliberalismo, de modo particular, o *rechazo* e a ultradireita que acompanham o processo Constituinte também o são. Também a dificuldade que as organizações políticas e sociais encontram para lutar contra

essas crises pode ser lida como um resultado da financeirização, pela sua aproximação com a alienação.

A primeira seção do segundo capítulo dedica-se, então, a aprofundar aspectos subjetivos da operação do sujeito neoliberal, e como esta lógica constrói uma racionalidade amorfa. Na sequência, na segunda seção, buscamos traçar um panorama sobre a estruturação de políticas neoliberais que produzem, até os dias de hoje, as amarras ao estímulo de reprodução da vida, justiça social e distribuição menos desigual de riquezas. A terceira seção qualifica as heranças da ditadura Pinochet em quatro pilares: a violência e memória (ou ausência dela), as contrarreformas, os impactos na saúde e no sistema de pensões.

No terceiro capítulo, buscamos analisar a amplitude do processo constituinte chileno enquanto materialização da deterioração do tecido social, produzida por todos os movimentos antes mencionados, posto que diretamente influenciados pela dinâmica do modelo econômico-político predominante. Para isso, na primeira seção, traçamos um histórico breve dos movimentos sociais e das tentativas dos governos pós-redemocratização de alterar a Constituição vigente. Na segunda seção, apresentamos um consolidado comparativo entre a Constituição de 1980 e a proposta de 2022. Na terceira seção estabelecemos uma diferenciação entre a proposta de 2022 e a proposta de 2023. Por fim, na quarta e última seção do terceiro capítulo, buscamos estabelecer uma síntese entre os principais pontos da Constituição vigente e as propostas de 2022 e 2023, com vistas a apontar elementos de continuidade e suas especificidades, de modo a favorecer a análise de como a representação da sociedade e da conjuntura política, via Assembleia de Constituintes e Comissão Legislativa, aponta elementos do modo pelo qual a racionalidade neoliberal opera, ao ser transcrita no pensamento e debate político, sobretudo no que se refere a noção da dimensão pública.

O quarto capítulo é dedicado a mostrar que a ausência de um consenso popular no que diz respeito à aprovação das propostas - tanto a de 2022 como a de 2023 foram rejeitadas - revela também algumas limitações dos próprios contramovimentos face à violência que a lógica do lucro produz em termos materiais e subjetivos, para o que recorreremos aos conceitos de alienação, *general intellect*, autoritarismo e antidemocracia. Nessa perspectiva, nesta dissertação nos propomos a responder a seguinte questão: como o neoliberalismo emerge, irrompe, opera e de que maneira impacta a tessitura social? E de que forma a sociedade e os contramovimentos ao capital têm avançado e encontrado limitações?

As hipóteses que temos até aqui é a de que o neoliberalismo emerge como fase do sistema de acumulação, que se caracteriza pela sua relação direta com a financeirização e, dessa forma, as dinâmicas econômicas e políticas próprias de um sistema financeirizado agudizam as contradições que o capital impõe à sociedade. Face às contradições postas por essa nova arquitetura, o neoliberalismo opera aprofundando a apropriação e a mercantilização da vida, do trabalho e das relações sociais, em última instância. Daí o motivo da nossa abordagem lançar mão dos aspectos econômicos, políticos e sociais que são estruturalmente atravessados de maneira violenta pela lógica da busca pelo lucro, no intuito de apreendermos as engrenagens e consequências do moinho satânico chileno.

CAPÍTULO 1 - Auri Sacra Fames o papel do capital nas transformações da economia política

1.1 Notas sobre as transformações do Sistema Monetário e Financeiro Internacional

O processo de acumulação de capital passou por diversas transformações desde a gênese da dita acumulação primitiva e o estabelecimento da reprodução ampliada. A transformação do dinheiro em capital, estimulada pela inversão do ciclo de mercadorias (representada por Marx através da forma D-M-D') e pelo fenômeno de concentração e centralização, conforma os fios condutores que nortearam o rumo dessas transformações.

Posto que o objeto de estudo deste trabalho circunda o contexto chileno ao longo da década de 1970 em diante, realizamos uma breve retrospectiva histórica a respeito das mudanças no que se refere ao sistema político-econômico internacional desde o início da Revolução Industrial¹ na Inglaterra, com o objetivo de revisitar elementos de continuidade e ressaltar paradoxos que permanecem presentes até os dias de hoje. Ainda que o sistema internacional tenha experimentado diversos regimes políticos, padrões monetários, alterações de hegemonias políticas, um elemento comum na história do capitalismo nos últimos 200 anos são as crises, seus paradoxos e a constante e crescente reconfiguração de forças orientadas pela acumulação de capital, ampliada pela preponderância do papel do crédito no fomento deste processo.

Nesse sentido, os movimentos do sistema de acumulação possuem uma vinculação direta com a deterioração das condições de reprodução social, o empobrecimento, como também uma crescente preponderância das altas finanças², cujo mote central é a busca pelo lucro. Como subproduto desta lógica, a espiral de espoliação estabelecida desde a Revolução Industrial através da generalização do trabalho assalariado institui uma dinâmica sistêmica que desde a sua gênese é sustentada por paradoxos, contradições e violências. A compreensão dessas dinâmicas nos será essencial para compreender o complexo contexto contemporâneo, à

¹ Ainda que o referencial temporal seja largo, o retorno ao período da Revolução Industrial nos serve em três fatores: delimitar a introdução da maquinofatura como instrumento de uma transformação do modo de produção e da reprodução ampliada, destacar a aceleração das inovações tecnológicas e telecomunicações ocorridas a partir de então, sublinhar o processo da divisão internacional do trabalho que acompanha o período, o seu destaque e as consequências negativas decorrentes deste processo sobre os países periféricos.

² Para Duménil e Lévy (2010), o conceito de finança significa o conjunto formado pelas frações superiores da classe capitalista somado às instituições financeiras, entendidas como encarnações e agentes do poder dessas frações.

medida que o neoliberalismo é entendido como um desdobramento alavancado por todos os elementos acima mencionados, os quais, combinados, estimulam o regime de acumulação em busca da autoexpansão do capital. Portanto, pretende-se analisar tais elementos e o movimento histórico que posiciona o Sistema Monetário e Financeiro Internacional para germinar a imposição de um projeto violento de sociedade neoliberal desde a década de 1970.

Nos últimos dois séculos da história do capitalismo, a Revolução Industrial ainda é interpretada como um marco de paradigmas, sejam eles econômicos, sociais ou políticos, pela dimensão que os impactos do seu estabelecimento causaram no cenário global como um todo. Além da instituição da generalização do trabalho assalariado, a Revolução Industrial firma o processo da acumulação primitiva através dos cercamentos, conversões de terras em áreas de pastagens e o roubo de terras na Inglaterra, por meio de um processo violento apoiado pela Igreja (POLANYI, 2013).

Violentamente arrancados de suas terras, os indivíduos foram forçados a migrarem para os centros urbanos em que a indústria surgia, para se tornar trabalhadores fabris. Além de homens adultos, mulheres e crianças também foram absorvidas pela indústria nascente e progressivamente foi constituído um exército industrial de trabalhadores. A introdução do maquinário também foi responsável por produzir uma tendência geral no regime de acumulação em que se conforma uma alteração na composição orgânica de capital, em que a relação do capital constante³ aumenta em relação ao capital variável⁴, forçando a “liberação de trabalhadores” em razão do aumento da produtividade (que também afeta na redução do tempo de trabalho necessário para um trabalhador se pagar). A tendência à “liberação de trabalhadores” ou desemprego, por sua vez, influencia na produção de um exército de reserva de trabalhadores. O que isso provocou e provoca é que, além de serem desqualificados pelas máquinas de alta tecnologia com um nível de produtividade enorme, os trabalhadores são desmobilizados pela criação deste exército de reserva, provocando condições políticas que permitem o pagamento do salário abaixo do valor. Por tudo isso, o regime de acumulação cria as bases para dissociar a propriedade do trabalho próprio e introduz a aplicação da mais-valia em capital, gerando a acumulação de capital.

Esses dois elementos constituem a gênese de um fenômeno que até os dias de hoje é imposto à sociedade, em especial, as periferias: a espoliação contínua, seja do direito à terra

³ O capital constante é definido como a parte do capital que é empregada na compra de meios de produção e matérias primas.

⁴ Capital variável é definido como a parte de capital empregada para compra de força de trabalho.

ou ao tempo de vida, ambos aspectos essenciais para a reprodução da vida. Na América Latina, especificamente, o processo de espoliação tem origem com a colonização, em que os países centrais iniciaram um processo de exploração de recursos minerais, alimentos, insumos, mão de obra, além do roubo de terras de povos originários. Dentro desse contexto é iniciado o sistema monetário financeiro bimetalico, em que o ouro e a prata correspondiam aos principais meios de troca no sistema internacional (GALEANO, 2010).

Dado o pioneirismo da Inglaterra no que se refere à introdução das maquinofaturas, juntamente com os cercamentos, o país também converte uma massa muito grande da população em assalariados dentro do chão das fábricas que surgiam na época. Dentre as implicações sociais que o assalariamento causou, as principais foram a exploração de longas horas de trabalho, pagamento abaixo do valor, a exploração de crianças, desigualdade de renda entre trabalhadores⁵ (assimetrias que possuíam e possuem especificidades de gênero⁶, raça, origem), êxodo rural, surgimento de favelas nas áreas urbanas, ao que se soma um aparelho estatal burocrático totalmente controlado pelo poder das elites e que não exercia, portanto, o mínimo papel de garantidor de condições mínimas de dignidade para a população (POLANYI, 2013).

Um outro aspecto que acompanha a Revolução Industrial é a hegemonia da Inglaterra, pela concentração das indústrias⁷, papel de financiador das demais economias mundiais⁸, com um eixo que centralizava os maiores fluxos de mercadorias, exportação e importação dentro do cenário internacional, concentração das reservas de ouro, consolidação de instituições financeiras para cunhagem das moedas e, além disso, no que tange a geopolítica, configurava-se como a maior potência marítima do mundo (EICHENGREEN, 2000).

⁵ Angela Davis revela como as opressões sexistas, racistas e de classe são estruturalmente interrelacionadas e continuamente reproduzidas no modo de produção capitalista, ainda que apareçam de forma fragmentada na realidade aparente. Sendo assim, defende a conjunção de lutas e resistências para combater que o sistema se beneficie das clivagens operadas dentro de uma sociedade. Para exemplificar tais contradições, a autora se dedica a revelar a exploração de mulheres negras durante a escravidão, o mito da feminilidade das mulheres brancas. Ver Davis (2016).

⁶ Apesar da maior parte da literatura acadêmica utilizar “recortes” para se referir a questões de opressão de raça e gênero, este termo não será utilizado partindo do ponto de vista da teoria marxista, em que se baseia no caráter estrutural dessas questões como bases para o fomento da acumulação de capital, em oposição a ideia marginal que o uso da palavra recorte aplicaria, se utilizada.

⁷ A concentração de indústrias é um ponto de destaque nesta seção, à medida que a ascensão da Inglaterra se dá pelo controle do capital produtivo. No entanto, com a crise e a nascente preponderância das altas finanças, mesmo dispondo de uma base industrial consolidada, sua hegemonia no palco internacional é atravessada pelas forças do capital transnacional.

⁸ O papel de financiador das demais economias aponta para a origem do debate marxista sobre o papel do crédito, à medida que a função do crédito para Marx é aumentar a rotatividade do capital, para que capitalista não precise esperar a soma adequada da quantidade de mais-valia apropriada para multiplicar seu processo produtivo comprando força de trabalho e máquinas.

Por concentrar tamanho poder político e econômico, a Inglaterra levou o resto do mundo a adotar o padrão ouro-libra durante vários anos, o que favoreceu a alavancagem de seu poder político e financeiro: capacidade de ser emissor da moeda padrão, habilitando a economia inglesa a liquidar seus déficits da balança de pagamento por meio da emissão de moedas (EICHENGREEN, 2000). Ao contrário das periferias, que não dispunham do mesmo privilégio, incorrendo em dívidas.

O retorno ao surgimento do padrão bimetálico de ouro é importante para o entendimento de como as bases do Sistema Monetário e Financeiro estão diretamente relacionadas ao processo violento praticado pelas potências colonizadoras sobre as periferias, aqui em especial, sobre a América Latina, a manutenção das estruturas de poder estatais que outorgaram legitimidade a esse processo e as consequências que a espoliação das terras, dos recursos e a exploração do trabalho são arrastados como heranças perversas do modo de produção capitalista que se alarga e aprofunda até os dias de hoje, como também ao estabelecimento da nova Divisão Internacional do Trabalho (MARINI, 2017).

Para além disso, a referência ao processo de espoliação e exploração se faz necessário para o entendimento da manutenção de poder do núcleo orgânico capitalista que impera até a contemporaneidade às custas das periferias, como bem ilustrado por teóricos marxistas da dependência, ao examinar a mercantilização da força de trabalho, o intercâmbio desigual e a introdução da exploração da mais-valia relativa nos centros industriais⁹ (MARINI, 2017). Ao abstrair as especificidades trazidas pela teoria da dependência marxista, proposta por Marini, pelo recorte do tema aqui proposto, nos atemos a uma menção a suas contribuições valiosas, qual seja, a sua delimitação da Revolução Industrial para especificar o ponto de partida¹⁰ em que as periferias são introduzidas em uma nova dinâmica econômico-política, como nova fase do capitalismo, vista pelo autor como resultado do Imperialismo.

O desenvolvimento do capitalismo na América Latina surge pela promoção da expansão comercial durante o século XVI em convergência com a operação do capitalismo internacional. Em um primeiro momento, a colônia era responsável pela produção de metais preciosos e gêneros exóticos, contribuindo com o crescimento do fluxo de mercadorias e da

⁹ Abstraindo as dissidências metodológicas e ontológicas das interpretações marxistas aqui utilizadas, partiremos de um ponto comum, que é como essas linhas teóricas nos auxiliam a entender a relevância da ortodoxia entalhada na economia política reverberar na apropriação do trabalho e na precarização da vida.

¹⁰ Tal ponto de partida é importante de ser destacado, ao passo que os instrumentos da financeirização impostos no Chile a partir da ditadura militar revelam uma clara diferenciação entre as práticas de apropriação do núcleo orgânico, ou seja, os centros, em descontar os custos das crises, sobre as periferias do globo.

amplificação dos modos de pagamento. Além disso, contribui para o desenvolvimento do capital comercial e bancário e mantinha o sistema manufatureiro da Europa, o que propiciou a composição da grande indústria (MARINI, 2017).

Com a Revolução Industrial, um conjunto de países passou a girar as suas economias em torno da Inglaterra e, em função dos regulamentos desta e da sua estrutura administrativa, começaram a exportar bens primários em contrapartida de manufaturas de consumo e de endividamento externo (já que o volume de exportações era menor que o de importações). É a partir deste momento que a América Latina se insere na Divisão Internacional do Trabalho, lógica que determina a sua relação com o sistema europeu e as chaves de desenvolvimento da região. Em outras palavras, é a partir deste momento que se estrutura a dependência, a qual é entendida como:

"uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência" (MARINI, 2017, p. 327).

A América Latina cumpre uma função na economia capitalista que vai além de facilitar o crescimento quantitativo dos países industriais, como também contribui para que o eixo do processo de acumulação industrial se movimente para a produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Nesse sentido, o processo de acumulação passa a vincular-se mais ao aumento da capacidade produtiva do que à exploração do trabalhador (MARINI, 2017).

Desde a Revolução Industrial até a primeira guerra mundial, a Inglaterra permanece como hegemônica, no entanto, por ser um país ativamente atuante na primeira guerra, começa a perder recursos e aumentar seus gastos para poder financiar os custos com a guerra. Os Estados Unidos, geograficamente distantes do conflito, e que não entraram de imediato na guerra e tinham acabado de industrializar setores-chave da sua economia, passaram a exercer um papel de financiadores das economias centrais. A ilustração dessa mudança de regimes aparece em grande medida pela criação do Federal Reserve FED em 1917, em que o padrão ouro-libra começa a sua derrocada como consequência do desmantelamento de poder do Império britânico (BLOCK, 1978).

Ao longo do período entreguerras, as potências europeias imbuídas em uma situação econômica de acúmulo de dívidas em razão do conflito internacional, adotam medidas protecionistas para controlar a economia. Nesse ponto os Estados Unidos já prestavam um papel bem mais relevante como financiadores nas reparações pós guerra. Na segunda Guerra Mundial, por sua vez, as reservas de ouro da Inglaterra já não são expressivas, os EUA tomam a preponderância econômico-política do cenário mundial e é instituído o sistema de Bretton Woods em julho de 1944. Formalmente, as propostas da implementação do novo sistema eram baseadas na recuperação das economias, correção das desordens monetárias, eliminação das medidas protecionistas, promoção do livre comércio e, como braço dessas bases, são criados o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Acordo Geral de Tarifas (GATT) (GARLIPP, 2001).

Associado ao sistema de Bretton Woods, também se inicia o padrão dólar-ouro, ao passo que os Estados Unidos já haviam se consolidado como hegemonia, assumindo o lugar que a Inglaterra ocupava anteriormente. As reservas de ouro dos Estados Unidos nesse momento eram equivalentes a dois terços do ouro do mundo, enquanto as reservas da Inglaterra haviam se dissipado para liquidação dos déficits em balança de pagamento (SERRANO, 2002).

Durante os “anos gloriosos”, no entanto, os Estados Unidos iniciam a Guerra Fria com a União Soviética e injetam diversos recursos na Europa para combater a ameaça comunista, através do Plano Marshall. O país, então, começa a apresentar déficits, desvalorização da moeda, episódios de crise e sua hegemonia passa por uma onda política de contestação: por parte dos ingleses, há uma sugestão de implementar a substituição do dólar pelos Direitos Especiais de Saque, os quais eram emitidos pelo FMI e teriam conversibilidade em uma cesta de moedas; por parte dos franceses, se inicia a discussão do “privilégio exorbitante”, que é o fato do país emissor da moeda padrão poder emitir moeda para cobrir déficits em balança de pagamentos.

Em uma visão geral do sistema internacional, a década de 1970 é caracterizada por estagflação, crescente internacionalização financeira (em boa medida alimentada pelos petrodólares), expansão da dívida pública americana, subida do patamar inflacionário, criação dos euromercados, criação das praças offshore e implantação do câmbio flutuante (SERRANO, 2002).

Com a crise do petróleo, as tensões se acirram porque diversas economias começam a entrar em crise e incorrem em dívidas enormes e, em 1971, os EUA declaram a inconvertibilidade do dólar em ouro, à medida que suas reservas de ouro estavam diminuindo em razão dos custos com a Guerra Fria e a decorrente contestação do poder da sua economia. Em 1979, Paul Volcker estabelece o choque dos juros com o aumento da taxa de juros para mais de 20%, fazendo com que o todas as economias periféricas entrassem em crise durante mais de duas décadas e fosse cavado um fosso enorme na dívida pública dessas economias (GARLIPP, 2001).

Diante desse cenário, ocorre a desestruturação do sistema de Bretton Woods, com o estabelecimento do regime do Dólar de Wall Street, em que o dólar passa a ser autorreferenciado (GOWAN, 2003). Em 1973, no Chile, Pinochet dá um golpe de Estado no governo de Salvador Allende e começam as bases para o laboratório neoliberal, como um novo experimento na América Latina (HARVEY, 2008).

O processo de financeirização é exacerbado na esteira dessas transformações ocorridas ao longo da década de 1970, primeiramente definido por Epstein (2005, p. 3) como “o aumento do papel dos motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras nas operações das economias nacionais e internacionais”.

Sendo assim, o novo Regime de Dólar Wall Street determinava novas condicionalidades, para que os países pudessem estabilizar suas contas, não poderiam ficar restritos apenas a uma conta corrente superavitária, mas deveriam também dispor de créditos nos mercados financeiros internacionais privados. A dinâmica monetária da economia internacional girava em torno, a partir daquele momento, do dólar e do mercado financeiro privado norte-americano, dentro de uma dupla dinâmica em que um reforçava o outro, conferindo aumento do poder de alavancagem de instituições como o Tesouro norte-americano e o Federal Reserve System (o banco central estadunidense) (GOWAN, 1999).

Em resumo, a consolidação dessa nova dinâmica na economia mundial fez com que, desde a década de 1980, as atividades financeiras fossem concentradas em Wall Street. Por isso, Gowan critica a visão de mercado global, porque o que acontece é que esse centro realiza negociações com o mundo todo. Recursos entram e saem, no entanto, isso não significa que todos os mercados financeiros estejam unificados em um só mercado integrado e

único. Aponta ainda que os mercados permanecem compartimentalizados, tanto é que o volume de financiamentos bancários aumentou de 40 bilhões de dólares para 300 bilhões entre os anos 1975 e 1990.

Desde a década de 1970, Wall Street pressiona os demais países do mundo para que sejam removidas as barreiras à sua penetração ao interior dos sistemas financeiros nacionais. Pressão essa que tem como objetivo promover o livre fluxo de recursos entre ambos, dar direitos privilegiados aos operadores de Wall Street para negociar com as economias-alvo e reformular os sistemas financeiros para que todos os países-alvo se adaptem às estratégias comerciais dos operadores de Wall Street (GOWAN, 1999).

Susan Strange também contribui com alguns aportes teóricos em relação às mudanças ocorridas durante a década de 1970, à luz do “poder monetário estrutural”, em que a geração de crédito e o desenvolvimento de economias secundárias são questões centrais para o desenrolar da dinâmica político-econômica da contemporaneidade. O poder monetário estrutural é classificado como dimensão do poder estrutural (em comparação ao poder relacional) em que a potência hegemônica desempenha papéis de poder sobre as demais nações, especialmente sobre as periferias. (STRANGE, 1982; 1986; 1987; 1988a e 1988b). Ao que também se relaciona, especificamente, a sua habilidade de escrever e reescrever, em seu benefício, as regras que manejam, a nível global, o fornecimento de crédito dos sistemas financeiros nacionais e a conversibilidade das diferentes moedas (COHEN, 2016).

A habilidade de escrever e reescrever regras pode ser ilustrada pela primeira medida no tomada pelos “Chicago Boys” quando Pinochet os colocou dentro do governo após o golpe no Chile: negociaram empréstimos com o Fundo Monetário Internacional, reverteram as nacionalizações de empresas realizadas pelo governo de Allende e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais para a exploração privada e não-regulada, privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio livre (HARVEY, 2008).

Acompanhado pelo contexto político dos Estados Unidos, o qual apresentava a vitória da administração Nixon em liberar os bancos privados para operações internacionais, o cenário foi transformado, tendo cinco principais efeitos: estimulou a entrada dos bancos no centro das finanças internacionais e impulsionou a sua dominância; abriu um enorme buraco na supervisão pública de operações internacionais financeiras; fez com que o sistema

financeiro e as taxas de câmbio dos países periféricos se tornassem extremamente vulneráveis em relação aos mercados financeiros. Além disso, gerou pressões competitivas dentro do sistema e bancos dos países membros da OCDE e permitiu que o governo norte-americano determinasse que tipo de competição e de regulação internacional deveria existir (GOWAN, 2003).

A reestruturação econômica da década de 1970, observa Harvey (2010²), é baseada na acumulação flexível, na qual é aprofundada a flexibilidade dentro dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Como também são criados novos setores de produção, novas formas de operação financeira, inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais e o estabelecimento de uma nova compreensão do espaço-tempo em que os horizontes temporais de decisão pública e privada se reduzem.

Além disso, dentro dos mercados de trabalho começa a surgir uma tendência a contratos temporários, horários e direitos flexibilizados, em que a estética fordista perde lugar para a estética pós-moderna, na qual se celebra o espetáculo, a moda e a mercantilização de diferentes manifestações culturais. Acompanhadas dessas transformações, as tendências que se impõem ao sistema internacional são as fusões e aquisições, estruturas organizacionais patriarcais, surgimento do trabalho autônomo, mobilidade geográfica, concentração de poder econômico, controle do fluxo de informações e o individualismo exacerbado (HARVEY, 2010).

A transformação do Sistema Monetário e Financeiro Internacional também tem como grande marco o Consenso de Washington, conferência realizada em 1989, a qual tinha como principais diretrizes: disciplina fiscal; mudanças nas prioridades dos gastos públicos; reforma tributária; taxas de juros positivas; taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado; liberalização do comércio; fim das restrições aos investimentos estrangeiros; privatização das empresas estatais; desregulamentação das atividades econômicas e a garantia dos direitos de propriedade (MONIZ BANDEIRA, 2002).¹¹

Como derivação das políticas estruturadas por meio do Consenso de Washington, associado ao cenário político global de desregulamentação e da força do regime do dólar, os Estados Unidos, por sua posição autocentrada, avançam nos benefícios da senhoriagem, pelos

¹¹ Baruco e Garlipp (2006) propõem que “o Consenso de Washington, bem como sua versão repaginada no Pós-Consenso, para além de um receituário, é melhor apreendido a partir de sua ideia-força, qual seja, de que todos os países deveriam perseguir a estabilidade monetária, ainda que sob formas indubitavelmente distintas, para realizar este que foi tornado o objetivo supremo da política dos países aderentes”.

quais o país emissor da moeda consegue viabilizar seus objetivos estratégicos (financiar a OTAN), econômicos (expansão da indústria americana) e financeiros (se tornam o banqueiro internacional), fato que conforma a estruturação do poder do capital em seus diversos prismas (PADOAN, 1986). No entanto, a crise de acumulação de capital tem se tornado cada vez mais frequente, sobretudo em razão da circulação de capital fictício às custas de sobrecarga das periferias no ajustamento das contas e da sobreacumulação de capital. Na última crise de 2008, como exemplo, a crise surge do centro do núcleo orgânico da capital, algo inédito até o momento e que tem alavancado novos debates em torno do tema: entre suas facetas Guttman (1996) define a maximização do valor ao acionista, redistribuição da renda e desacoplamento entre lucros e dividendos como eixos que nortearam o surgimento da crise.

Apesar de ser amplamente discutidas, as causalidades das crises cíclicas do capital não constituem uma temática em consenso entre os variados pesquisadores e teóricos. Uma hipótese muito analisada é aquela sobre acumulação de capital, que é um fio condutor que liga diversos episódios que tangenciam as transformações do Sistema Monetário e Financeiro Internacional (CARVALHO et al, 2012). Um elemento adjunto à sobreacumulação de capital é o rentismo, cuja dinâmica se baseia na busca dos capitalistas pelo lucro através da financeirização, mais do que pelo processo produtivo, processo que se constitui como um paradoxo dada a impossibilidade da geração de valor sem a vinculação necessária ao trabalho. O poder das classes burguesas está paulatinamente articulado ao redor do pagamento de rendas, sejam elas oriundas da exploração de recursos naturais, construção de monopólios, da realização de diferenciais de produtividade ou das diversas formas de *rent seeking*¹² (PAULANI, 2016).

Como foi exposto nesta seção, o poder das altas finanças se relaciona diretamente com a principal característica do capital para a classe burguesa: materialização do capital na posse de títulos, ações e direitos creditícios; em outros termos, ativos financeiros com direito a renda. Nesses termos, o rentismo se constitui como traço elementar do processo de acumulação: rentismo através da exploração dos recursos naturais contidos no subsolo, a renda diferencial derivada de diferenças de localização, como é o caso das bolhas imobiliárias, a renda do saber (propriedade sobre o conhecimento, como as grandes empresas de informática), renda de monopólio (marcas de luxo produzem *price premium*) e os juros e dividendos (PAULANI, 2016).

¹² O conceito é definido pela ação de agências de entes privados sobre políticas públicas.

Nessa lógica, o conceito de *laissez-faire* é tensionado, à medida que o liberalismo econômico exige uma intervenção estatal forte para permitir o rentismo. Prova disso, tem-se o forte controle sobre “mercadorias fictícias”, o qual sempre foi exercido de maneira violenta, ao mesmo passo que a flexibilização de “mercadorias genuínas” era também produzida, para que os recursos naturais sejam explorados o capital precisa da regulação das terras e da concessão, a renda do saber está diretamente relacionada com a instituição¹³ do direito à propriedade intelectual, como a própria remuneração do Estado via títulos de dívida pública. O que torna, portanto, a acusação de intervencionismo por parte de teóricos liberais um slogan vazio (POLANYI, 2013).

Além disso, via organismos internacionais, a representação das altas finanças pratica uma intervenção sob o jugo da cartilha do Consenso de Washington, em que o centro distribui os custos da sua expansão, através de uma restrição institucional pela manipulação da macroeconomia e da livre circulação de capitais das economias periféricas, leia-se políticas de disciplina fiscal negociadas pelo FMI como pré-requisitos para financiamentos (MÜLLER, PAULANI, 2012).

“A dinâmica da dominância financeira contemporânea centrada no capital especulativo e parasitário aponta para crises financeiras recorrentes, pois a reprodução ampliada do capital na esfera puramente financeira exige continuamente uma punção crescente sobre a mais-valia gerada na esfera produtiva, ou seja, aumento contínuo na taxa de exploração da força de trabalho que encontra limites objetivos determinados pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas. O resultado desse processo é a necessidade imperiosa de desvalorização do capital fictício acumulado cujo desenlace é retardado pela intervenção do Estado que contribui ativamente, através da dívida pública, na manutenção desse capital fictício” (NAKATANI, 2006, p. 14).

Com o intuito de apanhar o substrato do capitalismo contemporâneo, Garlipp (1996; 2001; 2004) propõe que um quadro aproximativo pode ser desenhado por meio do conceito de “economia desregrada”, emoldurado pelos desdobramentos de duas ‘revoluções’, a da tecnologia da informação e a dos mercados financeiros, cuja interação dinâmica responde pelos contornos da “mundialização” do capital e dos mercados. O argumento explorado é o de que a construção de circuitos internacionais produtivos e, principalmente, financeiros de valorização do capital responde pelo desmantelamento do ‘padrão’ global de desenvolvimento

¹³ Sobre propriedade intelectual, ver Marques (2014).

herdado do pós-guerra. Assim é que a financeirização da riqueza, exponenciada pelas inovações dos instrumentos financeiros e desregulação dos mercados que caracterizam as políticas econômicas ocidentais das últimas décadas, ao tempo em que preside a lógica de valorização do capital, não faz mais que tornar claro o objetivo precípua do capitalismo: a expansão da riqueza abstrata.

É de notar, afirma ainda Garlipp, que a história econômica do capitalismo contemporâneo é, igualmente, a de um mundo que perde as suas referências e resvala para a instabilidade e crises recorrentes, na exata medida em que o desaparecimento das regras e das fronteiras deixa o capital entregue às suas próprias leis de movimento. A esfera financeira representa, sem dúvida, a ponta avançada do movimento de mundialização do capital, em que as operações atingem o grau mais elevado de mobilidade. E, sob as insígnias da ordem neoliberal, são defendidas a separação e a elevação da esfera privada sobre a pública, sob o argumento de que o desenvolvimento da economia de livre mercado levaria a humanidade a se reconciliar com a natureza. Dessa maneira, a eficiência se torna um imperativo que deve ser cumprido a todo custo, nos termos de uma lógica em que o indivíduo autocentrado é indiferente ao bem-comum.

Em resumo, o aprofundamento da economia de mercado tem se manifestado na desregulação dos mercados, aumento da mobilidade do capital, prevalência da concorrência, flexibilização das relações de trabalho e restrições dos direitos econômicos e sociais. Ademais, a “mundialização” vem acompanhada de um movimento de polarização, que põe fim a uma tendência secular da integração e da convergência (CHESNAIS, 1994). Uma polarização que se expressa internamente a cada país, na medida em que os seus efeitos são indissociáveis dos que resultam do fosso aberto entre as rendas mais elevadas e as rendas mais baixas, em razão da grande elevação dos rendimentos do capital-dinheiro. Uma polarização que é também internacional, por abrir um fosso brutal entre países situados no coração do núcleo orgânico capitalista e os países periféricos (ARRIGHI, 1995).

Em síntese, até aqui foram apontados alguns elementos que marcaram os processos de mudança por que passa o modo de produção capitalista, a começar pela Revolução Industrial, que marca uma alteração de paradigma e transforma a amplitude da reprodução ampliada. Essa retrospectiva nos serve para analisar a prevalência de uma economia financeirizada, como nova mudança de paradigma, sobretudo no que tange a apropriação da mais-valia, posto que o sistema requer mais-valia para sua manutenção e reprodução ampliada, e a

preponderância do capital produtivo que acompanha a reprodução ampliada se esvai em razão da preponderância do capital portador de juros, o qual veremos adiante.

De maneira combinada, a violência necessariamente acompanha as alterações de paradigma,¹⁴ como nos casos da Revolução Industrial e da introdução do neoliberalismo na América Latina. Se, no primeiro paradigma, a inovação tecnológica e a alteração da composição orgânica do capital eram um dos principais fatores para o aumento expressivo da massa de desempregados, na conjuntura contemporânea, o capital parasitário que se furta do investimento produtivo, produz um efeito de exponenciação desse processo em níveis absurdos. O que se nota é que as quadras históricas mimetizam características estruturais do sistema de acumulação capitalista, inerentemente reescrito como uma história das crises, ainda que permeado por molduras diferenciadas e mais sofisticadas.

Para além disso, a transição de poder entre Inglaterra e Estados Unidos durante a passagem do século XIX ao XX revela também a condição do capital como sujeito de si, cuja robustez é tão expressiva que, apesar de uma estrutura industrial consolidada, disposição de privilégios exorbitantes, capacidades materiais e técnicas, a Inglaterra é tida como elemento de transição na história do aperfeiçoamento do capital e do poder das altas finanças e sua centralização. Com a ascensão dos Estados Unidos e da crescente mobilidade e flexibilidade das finanças, a moeda (que conceitualmente se difere do dinheiro), como relação social, chega a um ponto de transfiguração do seu significado que subjuga todos os atores, Estados e políticas a seu propósito maior, a autovalorização. A concentração e centralização de capital, são assim, exibidos como pontos moduladores deste processo. A institucionalização do dólar e a perda do lastro fortalecem o caráter fictício, como também aumenta o distanciamento da esfera da produção com a esfera da circulação de capital, apesar da sua natureza ser intrinsecamente indissociável.

Posto nosso marco temporal, na seção seguinte vamos nos deter momentaneamente na descrição conceitual de como o dinheiro se transforma em capital, processo chave para o entendimento da produção e apropriação da mais-valia, cujo desdobramento dimensiona o argumento aqui elaborado, qual seja: o processo de expansão e autovalorização do capital se aperfeiçoou de maneira constante, modulando as quadras históricas, ainda que superficialmente seja interpretado como um processo abstrato e por isso é por vezes

¹⁴ A violência marca não somente as alterações de paradigma, mas é uma base para o modo de produção como um todo. A menção aos paradigmas se limita a situar o objeto desta análise.

negligenciado nos estudos da economia política, constitui a base estruturante do desenvolvimento e transformação do sistema político-econômico social em curso.

1.2 A transmutação do dinheiro em capital

Como abordado na seção anterior, as transformações do sistema econômico internacional perpassam o processo de acumulação e, nesse sentido, com o objetivo de sedimentar a análise do neoliberalismo aqui proposta, esta seção aborda, ainda que brevemente, a transformação do dinheiro em capital, cuja dinâmica está diretamente relacionada com a produção de mais-valia, ponto-chave para entendimento dos processos de produção e apropriação e a acumulação de capital que regem o sistema econômico-político. Para além desses conceitos, será brevemente explicitada a inversão do ciclo das mercadorias e os processos de concentração e centralização, cujos desdobramentos serão a base da análise pretendida a respeito das transformações do regime de acumulação, em que a fase do atual neoliberalismo estimula e é estimulado, conformando uma dupla dinâmica.

No capítulo 1 do livro 1 de *O Capital: o processo de produção do capital*, Marx (2015) analisa a mercadoria e seus dois componentes: o valor de uso e o valor. Começamos esta exposição por essa distinção, com o objetivo de explicitar a base teórica acerca da transformação do dinheiro em capital. A mercadoria possui dois valores: valor de uso e valor. O seu valor de uso vem da utilidade de um objeto, mas a utilidade de qualquer coisa não vem do nada, sendo o próprio corpo da mercadoria o seu valor. O trabalho, por sua vez, toma corpo no valor, sendo o tempo de trabalho a magnitude do valor do produto do trabalho. Este só se manifesta de modo relativo, como valor de troca. Já o valor de uso apenas se efetiva quando é consumido. O valor de troca, por sua vez, é entendido como a relação na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo (uma relação que se altera no espaço-tempo). Enquanto o valor de uso é qualificado e o valor é quantificado. Nesses termos, o valor é entendido como uma relação social em que a sua substância é o trabalho abstrato, sendo o trabalho concreto associado ao valor de uso e o trabalho abstrato associado ao valor (MARX, 2015).

Além disso, é a grandeza de valor de uma mercadoria que regula suas relações de troca, porque depende da quantidade relativa de trabalho socialmente necessário à sua produção. Na esfera da circulação, a forma relativa de uma mercadoria é expressa pela sua

forma equivalente, no entanto, existe um elemento muito importante que diferencia estas formas que é, na forma relativa, o valor ser expresso em algo distinto do seu corpo (e aqui se oculta uma relação social), ao passo que, na forma equivalente, a mercadoria expressa o valor de outra mercadoria (MARX, 2015). Nessa lógica, a expressão do valor de uma mercadoria se dá, exclusivamente pela sua relação com outra mercadoria; dessa forma, a generalização das trocas interligada com o avanço da divisão social do trabalho produz a substantivação do valor no dinheiro, cuja representação é o tempo de trabalho abstrato (GARLIPP, 2001).

O elemento que quantifica a grandeza de valor de uma determinada mercadoria é o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Nesse sentido, a mercadoria assume formas diferentes, a forma geral é representada pelo dinheiro. E o preço, por sua vez, é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria (MARX, 2015). Dado que a divisão do trabalho converte o produto do trabalho em mercadoria, se torna necessária a metamorfose da mercadoria em dinheiro. Sendo assim, o valor é denominado em termos de preço (a realização do preço é a realização do valor de uso), que tem sua referência vinculada ao dinheiro, que por sua vez é uma forma de representação do valor de troca de uma mercadoria. Ademais, a alienação da forma original da mercadoria se consuma mediante a venda da mercadoria, ou seja, no momento em que seu valor de uso é representado em dinheiro (MARX, 2015).

A relação de reificação entre as pessoas surge da condução do valor de troca ao dinheiro, dado que a existência do dinheiro pressupõe a reificação do nexos social. Em outros termos, a interposição do dinheiro manifesta a organização de uma sociedade em que os trabalhos e produtores privados produzem para a troca, de tal forma que apenas através dela podem tornar social seu trabalho. A implicação deste processo é que a substantivação do valor de troca se traduz no fato de que o dinheiro se apresenta como algo ‘autonomizado’ em relação aos produtores individuais (Beluzzo, 1980, apud Garlipp, 2001, p.20).

Até aqui, vimos brevemente sobre a natureza da mercadoria, a distinção entre valor de uso e valor nos é necessária para a compreensão do conceito de utilidade da mercadoria e do conceito de valor trabalho, adiante será descrito como a mais valia é apropriada através dessas noções basilares. Para além disso, também nos detemos sobre o processo de reificação que ocorre a partir da interposição do dinheiro, ao passo que o fetiche da mercadoria tem como ponto de partida essa dissociação e distanciamento entre o trabalho individual e a abstração desse trabalho em termos de dinheiro. O entendimento a respeito da mercadoria será

necessário para a raciocínio que se segue a respeito das trocas das mercadorias, o fetiche construído sobre o valor de troca e como a troca de mercadorias é invertida dentro do modo de produção capitalista, à medida que se oculta cada vez mais o seu valor, que é desgaste ou trabalho. No processo simples de troca de mercadorias, um indivíduo vai ao mercado e troca uma mercadoria por dinheiro para novamente trocá-la por outra mercadoria que lhe satisfaça seus desejos. Tal ciclo é exposto como M-D-M. No capítulo 4 (do livro 1), Marx (2015) aborda a contradição dessa fórmula geral, em que “A forma completa desse processo é, portanto, D-M-D’, onde $D' = D + \Delta D$, isto é, à quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento”. O ΔD é entendido pelo autor como incremento ou excedente sobre o valor original, denominado assim de mais-valor (*surplus value*). Dessa forma, o valor originalmente adiantado não é limitado a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, à medida que acrescenta a essa grandeza um mais-valor. É esse movimento que transforma o dinheiro em capital.

Para entender a geração de mais-valor, é necessário compreender alguns pressupostos necessários para que se dê a produção de capital, ao mesmo tempo, dentro e fora da esfera de circulação. “A troca de mercadoria por si só não implica quaisquer relações de dependência além daquelas que resultam da sua própria natureza”; nesse sentido, dado este pressuposto, na criação de mais-valor, a força de trabalho só pode apresentar-se como mercadoria, ao passo em que é colocada à venda pelo seu possuidor (MARX, 2015).

Ainda nesse sentido, o possuidor da força de trabalho aliena seu trabalho como mercadoria, se encontra no mercado com o possuidor de dinheiro e estabelece uma relação de iguais para realizar uma troca, sendo consideradas pessoas juridicamente iguais (MARX, 2015). Resumindo, a partir da construção histórica da utilização da forma dinheiro para representação do valor de troca, começa a ocorrer uma inversão subjetiva, em que os indivíduos acreditam que o valor de troca de uma mercadoria é que dá valor a ela, como se a mercadoria já não chegasse na esfera de circulação com o valor em si, o qual é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção (MARX, 2015).

Assim, a circulação mercantil não pode ser tomada apenas como soma de atos isolados de intercâmbio, mas contém também em si um marco para as crises, dado que “uma economia mercantil, em contraposição com o intercâmbio assentado na troca direta, é uma economia monetária, estando a produção necessariamente referida ao dinheiro, e apenas realizada socialmente quando convertida em dinheiro. E não há, aí, nenhuma garantia de que esta

conversão se realize” (GARLIPP, 2001, p. 21). Por esta razão, enquanto a mercadoria deve ser convertida imediatamente em dinheiro, o dinheiro não tem a mesma necessidade (por representar o deus das mercadorias), como se a compra e venda pudessem se apartar, o que implica na possibilidade de crises. Em outras palavras, a circulação de mercadorias é um processo subordinado à circulação do capital (MAZZUCHELLI, 1985, p.32, apud GARLIPP, 2001).

Posta a apresentação da forma simples de circulação M-D-M, entende-se de que forma um possuidor de mercadoria vai ao mercado e encontra-se com um possuidor de dinheiro para trocar suas mercadorias, de acordo com as suas necessidades. Nesse sentido, o entendimento a respeito da inversão ocorrida no ciclo D-M-D’ fica mais claro, porque o objetivo principal do regime de acumulação capitalista é a busca pelo dinheiro/mais-valia, sendo o dinheiro a figura única do valor (MARX, 2015).

Nessa seara, a alteração da dinâmica das economias capitalistas e o desenrolar das contradições entre valor de uso e valor de troca da mercadoria, a lógica M-D-M é substituída pela D-M-D’, ou seja, busca pelo lucro, porque o dinheiro (além de reserva de valor, meio de pagamento e unidade de conta) se coloca como portador de juros, com o que a financeirização aprofunda essa dinâmica (CARVALHO et al, 2012). Na distribuição simples de mercadorias, M-D-M, tem-se a transformação da mercadoria em dinheiro e a retransformação do dinheiro em mercadoria: vender para comprar. “A lei do valor é posta de acordo com três regras: 1) o valor de uso é a própria finalidade do movimento; 2) existe equivalência na troca; e 3) a apropriação se desenvolve através do trabalho” (MÜLLER, PAULANI, 2012). “O ciclo D-M-D’, por sua vez, ao contrário, parte do extremo do dinheiro e volta finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo indutor, sua finalidade determinante é, portanto, o próprio valor de troca” (MARX, 1983, p. 127).

Por essa razão é que a tentativa do capitalismo de se desvencilhar do trabalho como valor de troca é uma impossibilidade, à medida que cada mercadoria genuína detém valor através do trabalho e, por essa razão também, alguns autores afirmam que a sustentação dessa tentativa é baseada na imposição da lógica orientada pelas finanças, transformando a dinâmica da distribuição de mercadorias (M-D-M) para (D-M-D’) e, com a financeirização, toma lugar preponderante a lógica (D-D’)¹⁵.

¹⁵ “Na medida em que se consolida a capacidade do dinheiro de se converter em capital e, portanto, aprofundam-se as próprias relações capitalistas, o dinheiro torna-se uma mercadoria, a mercadoria-capital, e dá forma àquilo que Marx (1894) denomina capital portador de juros: dinheiro que, pela capacidade de funcionar

Posta a breve explicação a respeito do valor e da reversão do ciclo M-D-M para o D-M-D', passamos para a lei geral de acumulação capitalista, a fim de compreender quais são os impactos dessas transformações no que se refere à classe trabalhadora e a noção de desenvolvimento. O modo de produção capitalista só se desenvolve com a acumulação de capital. O que ocorre é que, à medida que a acumulação aumenta, modifica-se a composição técnica do capital e, desse modo, a parte variável torna-se menor em relação à constante. A acumulação aparece em duas chaves: por meio da concentração crescente dos meios de produção e do domínio sobre o trabalho, como também pela repulsão recíproca de muitos capitais individuais (MARX, 2015).

A acumulação tem dois desdobramentos importantes: a centralização e a concentração. A concentração de capitais já consolidados, é realizada através da supressão de sua autonomia individual, como também pela expropriação entre capitalistas em razão da concorrência, faz com que diversos capitais pequenos sejam engolidos pelos grandes. Para além disso, é importante ressaltar que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, é aumentada a dimensão mínima para que um capital individual possa levar adiante seu negócio em condições normais (quanto maior a composição de capital constante, haverá um patamar de concorrência desproporcional para aqueles capitalistas que estão se introduzindo no ramo industrial). Exemplo: se um determinado monopólio já produz com um maquinário de tecnologia de ponta, aqueles capitalistas que pretendem produzir o mesmo produto, não serão capazes de concorrer no que se refere a produtividade, porque provavelmente não dispõe de capital suficiente para comprar uma máquina com tecnologia de ponta) e por isso os pequenos capitais são lançados nas esferas da produção de maneira incompleta e esporádica (MARX, 2015). A centralização, por sua vez, está relacionada com a concorrência e a competição, como a produção de mais-valia é limitada, a apropriação também segue a sua lógica, o que provoca uma disputa entre capitalistas, de modo que um dos seus impactos é o surgimento de monopólios.

Até aqui temos então três elementos importantes que definem e norteiam o modo de produção capitalista: a inversão do ciclo de mercadorias M-D-M para o D-M-D', a

como capital – e, por conseguinte, no contexto de sua análise, explorar a força de trabalho –, confere ao seu proprietário um rendimento, o juro, que, em última instância, corresponde a uma fração da mais-valia. Ao contrário das demais mercadorias, a mercadoria-capital é socialmente considerada capaz de conferir ao seu detentor uma remuneração, sob a forma de juro, independentemente das formas intermediárias que o valor originalmente lançado assumia antes de retornar ao seu proprietário como valor acrescido. Nesse sentido é que seu movimento pôde ser sintetizado por Marx (1894, p. 461) na fórmula D-D', isto é, dinheiro (D) que, cedido como capital, gera mais dinheiro ($D' = D + \Delta D$).” (WILHANS; PALLUETO; ROSSI, 2018).

centralização e a concentração de capitais (alavanca para o regime de acumulação). Cada um desses elementos tem um papel fundamental para explicitar o que adiante analisamos com mais profundidade, que é a instauração do neoliberalismo.

Em primeiro lugar porque a inversão do ciclo de mercadorias pela orientação para o lucro se torna um imperativo cada vez mais latente na sociedade capitalista e, com o neoliberalismo, é acentuado de maneira expressiva, por isso, impacta na exploração do trabalhador (no que tange a aspectos quantitativos e qualitativos), na alocação de capital nas esferas produtivas, na subjetividade construída, modelada e reafirmada por organizações sociais (materializações das noções de indivíduo dominantes), relação do homem com o tempo, noção de direitos sociais e no desenvolvimento.

Ocorre que a concentração e a centralização de capitais são elevadas a um ponto em que se tornam um imperativo na economia global e, com isso, impactam negativamente na capacidade decisória no que se refere a aspectos econômicos, políticos e sociais de todos os países do globo, como ilustrado por Gowan (2008) através do regime do dólar de Wall Street. As periferias do núcleo orgânico de capital, sobretudo, tornam-se reféns do regime de acumulação capitalista, por não disporem de crédito suficiente para se industrializar - são dependentes do crédito dos grandes centros hegemônicos, que por sua vez, só é concedido com regras específicas que impactam na macroeconomia de forma direta e indireta (sobretudo no que se refere a disciplina fiscal). Somado a isso, a especificidade que os Estados Unidos, como país emissor da moeda padrão, se beneficia do *privilégio exorbitante* na virada para o regime do dólar de Wall Street para definir diretrizes políticas, estratégicas e financeiras, através de instituições como FED (vide choque dos juros de 1979) em que todos os países periféricos se tornam não só reféns da armadilha da dívida, como também da volatilidade do movimento de capitais, fortalece o movimento de acumulação e apropriação, ao passo que os países do núcleo encontram vazão para descarregar os custos de tamanha expansão de capital.

O conteúdo do objetivo da circulação D-M-D' é baseado, portanto, na valorização do valor, por isso, enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata se torna a única causa de suas operações, o dinheiro funciona como capital personificado, dotado de vontade e consciência. Por tudo isso, o que foi exposto anteriormente, a respeito das diferenças entre valor de uso e valor, sendo o valor de uso teoricamente a causa original do funcionamento da economia, para resolver as necessidades humanas e promover desenvolvimento, não é mais o

objetivo imediato do capitalista, mas sim o incessante movimento em busca do lucro, ou da valorização do valor, ou a própria circulação.

Sendo assim, são engendradas ilusões de que as mercadorias já não contêm valor em si pelo ocultamento do trabalho realizado para sua produção e, assim, o trabalho é não só ocultado como torna-se um objeto que o capital tenta repelir. A alteração no regime de acumulação estabelecido com a Revolução Industrial é tão expressiva que altera de forma estrutural o trabalho, a vida dos trabalhadores, a noção de desenvolvimento e a dinâmica da produção de valor. Através da criação da maquinaria dentro do modo de produção capitalista com o objetivo de baratear mercadorias e encurtar uma parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo (aquela que ele trabalha para pagar seu salário), utilizando-a com a função de produzir mais-valor, o sistema econômico passou por uma transformação profunda em que a introdução desse maquinário significou, em primeiro lugar, a generalização do assalariamento.

O processo de valorização do capital alimenta o processo de acumulação capitalista, ou seja, a extração de mais-valor é o que fundamenta a reprodução da sociedade capitalista. Nesse sentido, a necessidade capitalista de constantes revoluções dos meios e métodos vinculados à produção, fomentada pela concorrência, produz necessariamente crises sistêmicas pelo processo de aumento da composição orgânica, que em termos práticos, significa que a classe capitalista possui mais trabalho morto do que trabalho vivo concentrado em suas mãos e, por isso, ocorre um aumento da massa dos produtos do trabalho e a diminuição da taxa de lucro (a taxa de lucro é medida pela diferença entre o capital adiantado e a taxa de mais-valor extraída).

Sendo assim, a massa de lucro aumenta à medida que a quantidade de produtos se expande; porém, a taxa de lucro por cada produto diminui, reforçando a necessidade da reprodução ampliada do mercado consumidor. Marx expõe esse processo como a lei tendencial da queda da taxa de lucro, cujo desdobramento final é uma limitação concreta ao processo de valorização do capital como também a ocorrência de crises cíclicas. Ademais, a introdução do regime de acumulação capitalista e a tendência a alteração da composição orgânica de capital impelem os capitais individuais a competirem entre si, um tema que é central para a obra de Marx. A competição entre capitais leva a centralização e a concentração cada vez mais aceleradas, o que reflete também a um nível individual e social, que será abordado à frente.

Esta digressão serve para visualizar com mais clareza o motivo pelo qual a competição funciona como um dispositivo ideológico: além dos pequenos e grandes capitais estarem sendo engolidos pelo processo de centralização que acompanha a acumulação de capital, entre os trabalhadores também surge a competição em razão deste exército que é criado, tanto entre os que estão no exército da ativa (internamente), quanto entre os da ativa e os da reserva (MARX, 2013).

Nesse contexto, o papel que o crédito assume é essencial, porque é o instrumento que viabiliza a competição entre capitais para financiar as partes componentes do capital constante (maquinário e matérias-primas) nos termos dos capitais de composição média, como também para a redução do tempo de produção e aumento da rotatividade do capital, contribuindo para a acumulação mais acelerada e a reprodução ampliada de capital.

Dessa forma, a transformação do trabalho (e do valor) está inserida na dinâmica da produção do capital e na transformação do dinheiro em capital, e tem como consequência a ampliação da desvalorização do trabalho produtivo, ao mesmo tempo em que amplia o fetiche do dinheiro. Em contraposição a queda da taxa de lucro surgem contratendências: elevação do grau de exploração do trabalho, compressão dos salários abaixo do seu valor, barateamento dos elementos que compõem o capital constante, superpopulação relativa, o comércio exterior e o aumento do capital por ações. A exploração do trabalho assume um caráter essencial dentro do modo de produção capitalista, porque apenas a partir dela é criada mais-valia e, portanto, o dinheiro. Em um primeiro nível, o trabalhador é responsável por produzir mais-valia aos donos dos meios de produção, depois de terem sido violentamente dissociados de seus meios de trabalho (acumulação primitiva). Em um segundo nível, são resignados à exploração excessiva e excedente (consumo da totalidade do valor de uso da sua mercadoria força de trabalho) (MARX, 2015).

Em resumo, as implicações desse regime de acumulação conformam uma lógica que perpassa e amarra desde a vida do trabalhador e seu processo de alienação, até a um cenário macroeconômico e global no qual os países periféricos são diferencialmente afetados: desde a substantivação do valor em dinheiro, a transformação do dinheiro em capital, através da apropriação do ΔD , a economia se baseia na orientação pelo dinheiro (lucro/mais-valia), o qual implica tanto no funcionamento generalizado pela exploração do trabalho em termos primários, como em uma desvinculação da mercadoria e do dinheiro, do processo de compra e venda e o fortalecimento do fetiche desse deus, tanto base quanto fator motivador da

centralização e concentração de capitais. Desse modo, a produção e a expropriação de mercadorias conformam os pressupostos históricos pelos quais o capital emerge. Por isso, Marx (2015) aponta o século XVI como o ponto de partida da história moderna do capital, quando surgem os mercados e os comércios mundiais.

Posta a explicação a respeito do desdobramento da forma valor, vimos o desdobramento do valor em dinheiro e de dinheiro em capital. A próxima seção aborda o aperfeiçoamento da forma capital, em suas diversas facetas, para alcançar a compreensão a respeito do capital fictício como a sua forma mais avançada e elaborada. Ao abordar os desdobramentos da sua forma, buscamos sedimentar nossa análise do neoliberalismo enquanto fase do processo de acumulação, atravessada pela financeirização.

1.3 Financeirização: o desdobramento da forma valor como fio condutor

Neste período histórico do capitalismo contemporâneo, são estabelecidas relações de causalidade entre o ritmo intenso de desenvolvimento e a integração de mercados mundiais e títulos e ações (finanças) como a constituição de um novo período histórico denominado como globalização. Vasta é a literatura que trata a globalização como um processo vinculado à alteração do regime de acumulação do capitalismo. Nesse sentido, tem-se o desdobramento do movimento do capital e a dinâmica de auto expansão como elemento central para essa alteração de regimes, em especial, no que se refere ao desdobramento da forma valor como fio condutor desse processo.

O desdobramento da forma valor segue, de acordo com Marx (2017), o seguinte fluxo: mercadoria; dinheiro; capital industrial/comercial; capital portador de juros e por fim, o capital fictício. Na seção anterior, foi sinteticamente abordado o início do processo em que o dinheiro se transforma em capital, a explicação a respeito da diferença das formas de capital industrial e comercial não serão foco dessa discussão, posto que se pretende abordar com mais atenção a transformação do dinheiro em mercadoria e as duas formas finais que são o capital portador de juros e o fictício.

Por meio desses conceitos, a dimensão do neoliberalismo, enquanto fase do regime de acumulação e projeto político-social, ganha contornos mais claros, em razão do fetiche da mercadoria-dinheiro. A inversão do ciclo de mercadorias incorpora uma nova dinâmica,

financeirizada, que na literatura marxista é representada pelo movimento D-D', ou em outras palavras, a capitalização do dinheiro, que pode ser entendida como a forma mais elaborada do aperfeiçoamento da autovalorização que se dá pelo capital fictício ou portador de juros.

Dado que a tentativa de sobreposição da esfera financeira sobre a produtiva é uma tendência que acompanha e co-constitui a manutenção do neoliberalismo enquanto regime econômico-político e dispositivo ideológico, precisamos nos voltar para o fenômeno e a emergência da financeirização nesta nova fase, para compreender a sua relação com o neoliberalismo. Sendo assim, tratamos a seguir deste fenômeno e sua dinâmica.

De acordo com Amaral (2012), a partir dos anos 1970 e 1980, mediado pela hegemonia da estratégia neoliberal de desenvolvimento, o capitalismo ingressa em uma nova fase. Dessa forma, o processo de acumulação, por uma nova roupagem, se dá pela financeirização. O conceito de financeirização é disputado por diversas abordagens teóricas; neste trabalho partimos dos conceitos de capital portador de juros e fictício, elaborados por Marx (2017), para introduzir a discussão. Apesar do autor não ter construído sua obra durante o fenômeno que aqui nos referimos como característico do final século XX, sua elaboração conceitual é essencial para um entendimento mais aprofundado.

A circulação do capital é apresentada como processo essencial do capital, a sucessão de metamorfoses do valor no curso da expansão está referida ao seu processo de valorização. O que se nota é que o capital se modifica qualitativamente na esfera da circulação e o conjunto de momentos da sua circulação conforma tanto a sua produção inicial como a reprodução (MARX, 1857-8, II:4, apud GARLIPP, 2001).

Através do processo de representação do capital em seus três ciclos, capital-mercadoria, capital-dinheiro e capital-produtivo e suas metamorfoses, vale destacar a necessidade contínua que é da permanente expansão e valorização, para além do processo de circulação e reprodução, que surge o capital portador de juros. Em outros termos, o capital portador de juros representa a autonomização do capital-dinheiro, cuja relação com o papel do crédito é fundamental (GARLIPP, 2001).

Como salienta Marx (1863, III: 462-6 e 1867, III/2, cap.xxi, apud GARLIPP, 2001), o movimento do capital em geral não é o mesmo do capital a juros, porque estão dissociados um do outro pela forma externa do retorno do CPJ dissociado do ciclo mediador, baseado unicamente em uma transação jurídica entre prestamista e prestatário, sem efetuar troca ou

mudança de troca, ou atravessar a mediação do processo de produção e o próprio capital se converte em mercadoria.

Nessa lógica, cabe salientar que, enquanto o capital portador de juros funciona como valor apto a se valorizar, fabrica juros, o capital produtivo, em função, produz lucros. São capitais que atuam de formas separadas e independentes entre si. Dessa forma, como formas antitéticas e conceitualmente definidas como partes de mais-valia plasmada em diferentes categorias, regulam a valorização do capital como propriedade face ao capital em funções. O mesmo capital se desdobra até que este se realiza no juro enquanto premissa da produção capitalista, tem-se o juro oriundo da mera propriedade do capital e então se apropria sem trabalho dos produtos do trabalho alheio. E assim, a “posse do dinheiro converte em posse do poder de apropriação de valor excedente” (GARLIPP, 2001).

Ao contrário de D-M-D', em D-D' temos a materialização das relações de produção alçadas à sua máxima potência; surge assim, a naturalização das determinações sociais encobertas pela relação do capital consigo mesmo e expressa relação única de capitalistas e não de capital e trabalho, nessa lógica a reificação das relações sociais atinge seu ponto máximo, porque a riqueza, em sua forma universal, se manifesta de forma independente dos indivíduos, dos trabalhadores. E aqui nos voltamos ao que na seção anterior foi discutido a respeito da concentração e centralização, ao passo que a capacidade do capital portador de juros de impor exigências na distribuição da mais-valia depende do seu grau de concentração e centralização atingido pelo capital monetário (GARLIPP, 2001).

Seguindo o desdobramento da forma valor, a valorização fictícia estrutura-se através da monetização do lucro fictício, o lócus para a plena realização da dominação do capital é a circulação financeiro-monetária. Por meio de um processo de “capitalização” de rendimentos regulares, toda renda concreta e regular em forma dinheiro é vista como juros de um capital, quer derive ou não de um. O capital fictício, portanto, se materializa em títulos convertidos em mercadorias, em que seu preço tem a característica de ser especulativo, variável e fixado por suas próprias leis (GARLIPP, 2001).

Por essa razão que o capital fictício é interpretado como a exponenciação do capital a juros, fruto da capitalização de rendimentos, se distancia ainda mais do processo produtivo, ainda que seja o juro uma parte do lucro que o capitalista industrial operante paga ao proprietário de capital. O lucro é um mero direito a uma parte do trabalho excedente, de algo

que ainda será produzido, ou seja, de um trabalho futuro, de mercadorias ainda inexistentes (GARLIPP, 2001).

Em vista disso, o processo de acumulação financeira representa uma modificação dos estados patrimoniais das diferentes unidades econômicas, como das suas relações de apropriação do excedente econômico efetivo gerado pela economia, ou seja, a acumulação financeira é a acumulação de “direitos” de propriedade. Desse modo, torna-se claro que seja possível a não alteração do volume do excedente produzido e sim a alteração apenas da forma como este excedente é apropriado, daí também que se origina a interpretação da criação de capital fictício (GARLIPP, 2001).

Dito de outra forma, em razão da busca por valorização de frações de capitais, o capitalismo contemporâneo disseminou a criação de títulos ou materializações da controvérsia que não se baseia apenas no direito de propriedade trabalho apropriado, como de um fluxo futuro de rendimentos, mesmo que não sejam derivados de um capital real, essa definição é o que Marx (2015) denomina como capital fictício, definido como um desdobramento do capital portador de juros.

Um aspecto que Marx (2015) sinaliza a respeito do capital fictício é o processo pelo qual todo fluxo de renda periódica da economia passa a ser entendido necessariamente como originário de algum montante de capital, mesmo que não seja na prática, a exemplo disso tem-se os títulos da dívida pública. Isso significa que começa a se espalhar uma inversão de que toda renda está atrelada a existência de um capital, que é representado por títulos, os quais passam a ser objetos de comercialização.

Sob esse arcabouço conceitual, entende-se que as crises decorrentes do desenvolvimento do capital fictício¹⁶ tornam evidentes os limites à autonomia da circulação com relação à produção. Guttman (1996, apud Garlipp, 2001) aponta que o capital fictício tende ao excesso¹⁷, mais do que qualquer outra forma de capital. Contudo, sua expansão acelerada pela atividade especulativa não se desvincula da estagnação industrial. Como as forças motrizes são as expectativas, taxas de juros e manipulações financeiras de instituições

¹⁶ Vale salientar que a interpretação que se faz do caráter das crises é de que elas surgem através do movimento real da produção capitalista; no entanto, a exacerbação do capital fictício no cenário econômico-político acelera seus episódios, à medida que torna mais contraditória a dinâmica de produção e apropriação da mais-valia.

¹⁷ Se o capital fictício tende ao excesso na esfera monetária, em contrapartida, o que sustenta isso é porque escasseia na esfera produtiva (GARLIPP, 2001).

que operam no mercado, ele as caracteriza como tendo uma natureza vulnerável a choques e desequilíbrios estruturais. Sendo assim, o autor ainda adverte sobre a intrincada relação entre capital fictício, capital a juros e capital industrial ser uma das forças mais importantes na dinâmica de longo prazo do sistema econômico.¹⁸

A valorização fictícia transfigura-se pela monetização do lucro fictício e assim é arquitetada a instância de plena realização da dominação do capital, por isso, o capital portador de juros representa a forma mais elaborada, desenvolvida e abstrata do capital, como propriedade natural do dinheiro independente da relação que lhe dá origem, e a relação social se transforma em uma relação consigo mesma. A generalização da forma capital portador de juros é resultado de um processo de “capitalização” de rendimentos correntes, cujo deslocamento não acompanha de maneira imediata a valorização do capital produtivo, dessa forma, o capital fictício assume um movimento próprio e se concretiza através de bônus, ações e títulos de propriedade (GARLIPP, 2001).

De maneira prática, todas essas formas de capital fictício significam direitos acumulados, ou seja, direitos sobre a produção futura, sendo assim, os títulos se convertem em mercadorias, cuja parte do preço é especulativa. Por isso, seu valor de mercado é definido de forma diferente do seu valor nominal, sem a modificação do seu valor de capital real. A relação do capital fictício com o processo produtivo se exhibe de maneira ainda mais distanciada do que aquela encontrada no capital a juros, em razão do desdobramento sobre si mesmo (GARLIPP, 2001).

Hilferding (1985) foi um dos primeiros autores a tratar do capital fictício na contemporaneidade, e introduz o debate do capital financeiro por meio das sociedades anônimas, com o que aponta para uma alteração da função exercida pelo capitalista industrial, em um processo que incorre na atribuição do capital aplicado na sociedade anônima em capital monetário. Sendo assim, o capital financeiro é entendido pelo autor como o capital à disposição dos bancos e utilizado por industriais, caracterizado como um fenômeno histórico organizado em combinação com o desenvolvimento das forças produtivas e de transformação das formas de competência capitalista.

¹⁸ A correlação entre os capitais aqui descritos para dinâmica do sistema capitalista corrobora a razão deste trabalho enveredar por um retorno histórico e teórico amplo, para captar a origem destes conceitos e da alteração de paradigma que se dá com a Revolução Industrial, quando a potência da agregação desses três capitais se eleva pela primeira vez na história do capitalismo a níveis estruturalmente significativos em âmbito global.

Nesse sentido, a propriedade deixa de expressar qualquer relação de produção determinada e se converte em um título de rendimento que aparece plenamente independente de qualquer atividade. Assim, a transformação que a propriedade privada dos meios de produção adquire com a generalização das corporações converte a concorrência entre os capitalistas acionistas em um processo completamente misterioso, entendido como especulação. Hilferding atribui um papel importante às corporações multinacionais no que se refere aos avanços e limites do capital financeiro, em que a dominação dessas organizações anuncia o protagonismo dos mercados financeiros, onde os interesses, dividendos e comissões são as formas canônicas de apropriação de mais-valia.

Além disso, as contribuições de Chesnais (1994; 1995; 2005) e Carcanholo (1999; 2008) chamam a atenção porque combinam este fenômeno com a centralidade do capital fictício no processo de globalização e como este determina e influencia a política e a economia. O processo de reprodução ampliada do capital (D-M-D') impulsiona as funções do capital mercadoria e capital-dinheiro a se autonomizarem em relação ao capital produtivo. O modo de produção capitalista, ao transformar-se através da acumulação de capital e reprodução ampliada, influencia as funções do capital-mercadoria e do capital-dinheiro, no sentido de haver uma tentativa de tornarem-se autônomas em relação ao capital produtivo. O desdobramento do capital portador de juros surge dessa tendência, em que o capital-dinheiro acumulado, quando lançado na forma de empréstimo na esfera da produção, cria um direito de propriedade sobre parte da mais-valia apropriada sob a forma de juro (ANDAKU; BUENO, 2009).

Para Carcanholo, o capital fictício é um elemento central na dinâmica do capitalismo contemporâneo e sofreu uma alteração quantitativa muito expressiva nas últimas décadas, ou seja, a magnitude do capital fictício tomou proporções nunca antes vistas, decorrente do aumento do mercado financeiro internacional. Por causa dessa mudança quantitativa, também houve uma mudança qualitativa, fazendo com que este domine o processo de reprodução ampliada do capital, de modo que o capital industrial passa a ser submetido pela lógica especulativa, sendo a expressão da globalização (ANDAKU; BUENO, 2009).

O que ocorre é que não há mais distinção entre ganhos originados pelo processo de produção daqueles efetivados pela especulação nas chamadas empresas produtivas. Sendo assim, Carcanholo chama de capital especulativo aquele capital industrial que é dominado pela lógica especulativa e capital especulativo parasitário, o que seria o capital fictício

dominante. A especulação assume assim, um papel inerente à natureza da busca de valorização do capital de modo geral, de forma que não se origina e nem restringe o capital fictício. Nesse sentido, a dominância da lógica especulativa sobre todas as funções do capital industrial redireciona, de modo que é o próprio capital a juros é orientado pela lógica especulativa, não pela lógica da produção (ANDAKU; BUENO, 2009).

A autonomia relativa do valor do capital fictício é ilustrada pela contraposição entre o âmbito individual e da totalidade. Através da ótica individual do capitalista, a possibilidade de transferência da renda derivada da posse de títulos é mediada pelo Estado através do conceito de garantia da propriedade legal. Portanto, a forma concreta do capital fictício desempenha a função de capital geral ao passo em que são comercializáveis, por serem reconvertidos em dinheiro (ANDAKU; BUENO, 2009).

No entanto, do ponto de vista da totalidade, a autonomia do valor do capital fictício não é referenciada em uma dimensão real, porque “Primeiro, ao conferir um caráter efêmero à riqueza supostamente criada pela valorização do capital fictício, a qual “(...) pode desaparecer a qualquer momento, em razão da oscilação especulativa” nos mercados. Segundo, porque a “valorização” do capital fictício, isto é, o aumento do seu valor de mercado, não significa qualquer alteração na quantidade da mais-valia produzida pela sociedade, uma vez que ela advém da transferência e apropriação na circulação e não da produção” (ANDAKU; BUENO, 2009).

Desse modo, a autonomia relativa da valorização do capital fictício carrega uma dualidade significativa no capitalismo, de um lado gera ganhos verdadeiros, concretos como qualquer outro, do ponto de vista individual, mas por outro lado esse ganho é definido por ser simultaneamente fictício e ilusório para a totalidade. Chesnais, por sua vez, não faz distinção do capital fictício para o portador de juros; ressalta o capital-dinheiro que é centralizado em montantes em que a dinâmica é baseada na valorização desvinculada da esfera da produção (placement). Destaca também a importância do “processo de especialização de uma fração capitalista na administração do capital fictício”, em que se organiza e aglutina em instituições financeiras não-bancárias, os chamados investidores institucionais, como é o exemplo dos fundos de pensão, de investimento e seguradoras (ANDAKU; BUENO, 2009).

Além disso, o fato do capital fictício assumir a propriedade acionária de outras formas organizacionais capitalistas, em especial das grandes empresas industriais “sobretudo

as grandes empresas industriais, desdobra-se na disseminação de uma estratégia específica de valorização para o conjunto dos capitais, centrados na maximização do chamado valor acionário, o qual passa a comparar o nível da taxa de juro sobre os títulos de dívida com o dos lucros industriais, desdobrando-se em novas formas de controle das atividades” (ANDAKU; BUENO, 2009).

Outra dimensão da obra de Chesnais é a oposição entre capital fictício e produtivo, na qual a propriedade sobre ações e dívida pública constituem o chamado regime de acumulação patrimonial. Tem-se assim um sistema que não é orientado para a geração de riquezas que aumentem a capacidade de produção e o consumo, mas para o rendimento em si, dando origem a uma “exterioridade em relação a produção” (ANDAKU; BUENO, 2009).

Portanto, entre Carcanholo e Chesnais, existe uma preocupação comum com a exterioridade do capital fictício em relação à esfera da produção. Enquanto para Carcanholo essa exterioridade decorre da não participação do capital fictício na reprodução ampliada do capital, para Chesnais ela surge da imposição de indicadores de lucratividade. O resultado dessa dinâmica é o baixo crescimento econômico e criação de obstáculos para a inovação tecnológica (ANDAKU; BUENO, 2009).

“Através da pressão por transformações produtivas que a financeirização trouxe, as inovações técnicas e organizacionais modificaram progressivamente a densidade do contrato de trabalho por tempo indeterminado. A despeito de reforçarem o assalariamento, elas instabilizaram esta forma de relação de trabalho. A terceirização e a polivalência, sob a égide da ameaça recorrente do progresso técnico sobre a condição de emprego, deram às empresas um poder importante de gestão da mobilidade do trabalho segundo seus interesses. Do ponto de vista dos trabalhadores, passou a ser fundamental defender a simples situação de emprego, perdendo espaço as demandas relativas às condições de trabalho” (DEDECCA, 2010, p. 10).

Daí a desvinculação da esfera da produção, e com isso pretende-se salientar que significa uma tentativa do capitalismo de se desvincular do trabalho, da vida dos trabalhadores, da materialidade, do desgaste humano e das controvérsias que esse mesmo modo de produção apresenta. Essa tentativa de desvinculação do trabalho é responsável por influenciar a criação do desemprego estrutural, deixando de ser o desemprego conjuntural, assim como de centralizar o fetiche do monetarismo e do capital financeiro, como também o de favorecer a transnacionalização da economia:

“A produção (...) produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. Logo, a produção produz o consumo, na medida em que 1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo de consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objetos. Produz, assim, o objeto de consumo, o modo do consumo e o impulso do consumo. Da mesma forma, o consumo produz a disposição do produtor, na medida em que o solicita como necessidade que determina a finalidade” (MARX, 2018, p. 46-7)

Sendo assim, um caráter que diferencia, em termos qualitativos, para os autores acima mencionados as diferenças entre as formas de capital é que, enquanto o capital portador de juros cumpre uma função direta no processo de reprodução do capital industrial, o capital fixo não cumpre função alguma. Por isso, enquanto também o capital portador de juros tem seu valor atrelado à dinâmica da extração de mais-valia do ramo industrial, o capital fixo é definido relativamente de forma autônoma à dinâmica da economia. O valor de mercado desses papéis é em parte especulativo:

“Portanto, Marx já aponta o processo de autonomização do mercado de títulos que, ao não representarem de fato valor, ficam sujeitos às intempéries da especulação, e não do processo de produção e geração de mais-valia. Consolida-se, assim, uma nova categoria de capital, o fictício, desdobrado e qualitativamente distinto do capital portador de juros e relativamente autônomo em relação ao processo de produção” (ANDAKU; BUENO, 2009: p. 3).

Para além disso, o capital fictício é interpretado como o ponto final de um desenvolvimento categorial que tem seu início marcado pela ‘forma elementar’ do modo de produção capitalista, a mercadoria. Esse desenvolvimento, por sua vez, é constituído através de um desdobramento da contradição entre valor de uso e valor, e produz consequências concretas, como a possibilidade da desmaterialização (inconvertibilidade) do dinheiro e a possibilidade de que as formas sociais mais autonomizadas (capital portador de juros, capital fictício) passem a capitanear o processo de reprodução capitalista de forma integral (PAULANI, 2009).

A financeirização é interpretada como uma das principais forças motrizes da reestruturação econômica mundial desde os anos 1970, desempenhando um papel elementar no que se refere à restauração do Império estadunidense após as derrotas no Irã e no Vietnã, como também a crise do dólar nos anos 1970 (SAAD FILHO, 2023). Enquanto o capital portador de juros é definido como um empréstimo de dinheiro por tempo determinado e a

devolução desse dinheiro acrescido de um mais valor (sob a forma de juros), o capital fictício é definido como um título de propriedade que dá direito a apropriar do mais valor que esse determinado capital emprestado vier a realizar tem na sua formação a denominação de capitalização, o qual o empréstimo de capital sob a forma de juros é desvinculada da esfera da produção, como ilustrado pelo autor no sentido de que cada receita regular para ser capitalizada é calculada utilizando a base da taxa média de juros.

O fato de que ocorre uma inversão de que todo fluxo de renda é originado de um montante de capital, somado à mobilidade com esses capitais, fragmentam cadeias produtivas globais em busca de uma maior taxa de lucro e têm impactos políticos, econômicos e sociais. A começar pelo âmbito econômico, alocação de cadeias produtivas com base no investimento em trabalho produtivo perde a centralidade da dinâmica capitalista, apesar de ser a fonte de produção de valor. Com isso, é reduzida a participação do investimento industrial e da geração de empregos, e estabelece-se uma tendência à privatização de setores estratégicos.

A redução do fundo público, que em tese deveria ser direcionado para promoção de políticas públicas capazes de garantir qualidade de vida para a sociedade como um todo, faz com que sejam direcionados para a reprodução de capital, a ampliação dos investidores institucionais como uma ilustração da desregulação da economia, ampliação de redes privadas de banco controlando os fluxos de capitais globalmente, a mercantilização de mercadorias fictícias, como foi o caso de diversos países da América Latina que enfrentaram de modo violento a privatização e comercialização da água. Além disso, a centralidade da especulação financeira inverte a alocação de recursos para a produção de bens, pois a tomada de decisão sobre a abertura de uma nova unidade agora passa a ser baseada na especulação da margem da taxa de lucro que esse determinado segmento pode vir a fornecer no futuro.

É possível concluir, portanto, que a financeirização é responsável por estimular a desvalorização do trabalho, precarização das condições de emprego e remuneração, aumento do desemprego, enfraquecimento da sociedade salarial construída durante as décadas de 1950 e 1960, destruição de políticas sociais, retrocesso na distribuição social do excedente produtivo (fundo público) e estímulo a um cenário de desigualdade econômica e social generalizado.

De modo geral, a financeirização é caracterizada pela expansão generalizada de ativos financeiros em relação à atividade real, multiplicação de tipos de ativos, desde derivativos a

mercados futuros, expansão do investimento especulativo em contraposição ao investimento real, tanto em termos absolutos quanto relativos. Além de uma mudança no equilíbrio dos imperativos produtivos para os financeiros, progressiva desigualdade de renda, booms de consumo a partir da oferta de crédito, penetração das finanças, como nos sistemas previdenciários, educação, saúde, infraestrutura econômica e social. Para além disso, a financeirização também está vinculada à emergência de uma cultura neoliberal de confiança nos mercados e do capital privado e o papel contínuo do dólar americano como moeda principal (SAAD FILHO, 2023).

O traço distintivo do capitalismo contemporâneo reside na reorganização do sistema financeiro internacional e na concentração de poder das instituições, cuja composição em escala global aprimorou-se em virtude da multiplicação de novos instrumentos e novos mercados financeiros. Dessa forma, essa nova dinâmica do mercado financeiro tem conduzido ao estabelecimento de um único “megamercado de dinheiro”, emergência de poderes ampliados de coordenação financeira, viabilizados pela desintermediação, desregulação e descompartimentalização dos mercados, fomentando o surgimento de conglomerados financeiros, através da multiplicação de intermediários não-bancários e inversores institucionais, ao mesmo tempo que as novas atividades de fluxos financeiros transformam as economias de crédito em economias de título (GARLIPP, 2008).

Até o momento, pontuamos as transformações do Sistema Financeiro Internacional e como os movimentos de expansão do capital e suas consequentes crises afetaram na dinâmica econômico-política global. E, ainda que os Estados tenham construído arcabouços para a sua hegemonia no cenário internacional, manifestam a representação de um movimento anterior e estrutural, o próprio movimento do dinheiro em seu incessante processo de busca de autovalorização. Por tudo isso, percebe-se que o fio condutor que mobiliza todos esses elementos econômicos, mas também políticos e sociais, é o movimento do capital, enquanto sujeito pretensamente autônomo.

O projeto neoliberal de sociedade encontra as condições para sua ressurgência justamente nessa reordenação provocada por períodos consecutivos de crise e instabilidade, de sorte que deve ser interpretado não como sistema político próprio e apartado das dinâmicas globais, mas como parte intrínseca ao o regime de acumulação, agora marcado pela exacerbação da sua tendência à financeirização. É o reflexo de uma reação violenta às tentativas de disciplinar um sistema falido e fadado ao fracasso, cujas ferramentas de controle

e apropriação se tornam limitadas pela contradição primária: a redução da mais-valia que provoca maior disputa de poder sobre sua apropriação.

Visto que as formas do capital se desdobram e se aperfeiçoam dentro dessa dinâmica e como isso impacta na distribuição da mais-valia e na lógica de funcionamento da economia, as funções do capital portador de juros e do capital fictício, na atualidade, conformam as bases de uma financeirização exponenciada. De tal modo, na seção seguinte, vamos prosseguir nessa linha de raciocínio e nos deter na relação entre a financeirização e o neoliberalismo.

1.4 A relação entre neoliberalismo e financeirização

A era atual do neoliberalismo é marcada por uma sobreposição de três crises: a crise da economia global (caracterizada pela estagnação, série de colapsos e a alta volatilidade das finanças), crise da política contemporânea ressaltada pelo declínio da democracia e a ascensão do autoritarismo, como também de novas formas de fascismo e a crise de saúde global evidenciada pela pandemia da covid-19 (SAAD FILHO, 2023).

A ascensão de modos de governança abertamente autoritários emerge de uma política neoliberal de gestão de crises orientada pela manipulação de ressentimentos setoriais (excludentes), cujo objetivo é estimular o sistema de acumulação por meio de conflitos permanentes, políticas de oposição, repressão, altas taxas de exploração e a acentuação da espoliação, de modo geral (SAAD FILHO, 2023).

As divisões sociais implícitas têm sido contidas, desviadas e canalizadas pelo nacionalismo, racismo e a violência, frequentemente revestidos por formas políticas autoritárias, populistas e de direita. No que se refere ao contexto global contemporâneo, esses processos tornaram-se evidentes com a unção de Narendra Modi como primeiro ministro da Índia, a eleição de Donald Trump em 2016, o voto pelo Brexit no Reino Unido, a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil, entre outros desdobramentos semelhantes ocorridos na Áustria, Filipinas, Hungria, Itália, Polônia e Turquia (SAAD FILHO, 2023).

A interpretação do neoliberalismo por parte de Saad Filho é embasada em três paradoxos: o paradoxo econômico, o político e o autoritarismo. O primeiro está relacionado a uma compreensão específica da economia política, a qual enfatiza as transformações nos padrões de crescimento, investimento, emprego, produção, finanças e consumo. O

neoliberalismo e a financeirização amparam a transnacionalização da produção e a liberalização do comércio e dos fluxos de capital.

Essas transformações foram acompanhadas pelo crescimento exponencial das formas de finanças e estagnação dos salários reais. Através de padrões de desenvolvimento desigual e combinado, em que apenas alguns estratos sociais são beneficiados (leia-se elites financeiras), o sistema mascara a performance do neoliberalismo com taxas de crescimento econômico (SAAD FILHO, 2023).

O segundo paradoxo, o político, se baseia no uso dos princípios da competitividade, eficiência de mercado e do controle da inflação para justificar as consequências desiguais do neoliberalismo, em consonância com as teorias neoclássicas, austríacas e monetaristas e neomonetaristas. A partir desses princípios, a ideia predominante é que os mercados financeiros e cambial podem ser utilizados como modelos para o funcionamento de todos os demais setores da economia, como também para os comportamentos individuais. Desse modo, no âmbito político, o princípio chave é a democracia, tendo a competitividade do mercado político regulado pelas leis e policiados pela mídia como expressão dessa dinâmica (SAAD FILHO, 2023).

O Estado desempenha um papel elementar em todos os domínios do neoliberalismo: conduz a transição a partir do sistema de acumulação pregresso, consolida um novo quadro jurídico, institucional e político e legitima a transição. Dessa forma, as políticas públicas desmantelaram as capacidades estatais e os serviços públicos para atender ao capital geral e as finanças, além de transformar as ideologias e as modalidades de reprodução social (SAAD FILHO, 2023).

Historicamente, as consequências das transformações do regime de acumulação neoliberal modularam as formas de disciplina social através de cinco canais: em primeiro lugar, a expansão do capitalismo nas economias avançadas conduziu à incorporação de milhões de trabalhadores a circuitos transnacionais de acumulação, o que levou a uma competição mais acirrada entre capitais, diferentes nações e a classe trabalhadora (SAAD FILHO, 2023).

Em segundo lugar, a aceleração de inovações tecnológicas, combinada a reestruturação da produção e a constituição de novos padrões de emprego, restrições salariais, subsídios, benefícios, transferências, direitos e outros tipos de proteções não-mercantis

introduzidas durante os regimes keynesianos fez com que ocorresse um fenómeno de desemprego em massa, compressão dos salários e a difusão de trabalhos informais, de carácter “flexível”, cujo pré-requisito de qualificação é substancialmente desagregado, além da alta rotatividade nos postos de trabalho (SAAD FILHO, 2023).

O terceiro elemento se dá por meio da instituição de políticas fiscais e monetaristas contracionistas, responsáveis diretas do declínio do investimento real de longo prazo, do crescimento da produtividade e da insuficiência do produto nacional. O quarto fator se baseia na reestruturação das instituições públicas, das políticas e das ideologias, com o objetivo de estabelecer um modelo de governança o qual sustenta o novo sistema de acumulação e blinda os processos de mercado das formas de *accountability* face a sociedade (SAAD FILHO, 2023).

Por último, a financeirização foi também responsável por transformar as estruturas e processos de reprodução social. Especialmente nas economias avançadas, a maioria dos trabalhadores destituídos de ativos se conduzem a enredar em circuitos financeiros, por meio de contas bancárias, cheque especial, cartões de crédito, hipotecas, pensões, apólices, além de pagamentos ordinários referentes à saúde e educação. A viabilização do crédito por fácil acesso era promovida tendo como garantia, na maioria dos casos, as suas casas já hipotecadas. Tal processo obrigou a classe trabalhadora a se inserir na lógica especulativa da inflação dos preços dos ativos (SAAD FILHO, 2023).

A difusão dessa dinâmica a nível global abriu espaço para as instituições financeiras venderem serviços e negociarem novos papéis, sobretudo no contexto do período de 1990 a 2000, em que o cenário era de baixas taxas de juros. Dessa forma, sob as insígnias do neoliberalismo, diversas formas de dívida se transformaram em instrumentos de integração social, como também um meio de compensar os trabalhadores pelo estancamento de suas rendas reais, redução da oferta de bons empregos e da disponibilidade de habitação social, benefícios de aposentadoria, saúde e educação (SAAD FILHO, 2023).

Para sustentar o pagamento das prestações dos empréstimos, combinadas a ameaça de perder suas casas, carros, os trabalhadores endividados passaram a aceitar formas rígidas de disciplina de trabalho, o que incluía longas jornadas e empregos simultâneos, combinados com contratos informais ou temporários extremamente precarizados, sob condições psicologicamente agressivas. Por tudo isso, o que se nota é que o crédito ao consumo

funcionou como uma forma de compensação pelos baixos salários, modelo de integração e subordinação da classe trabalhadora, fonte de lucros, como também como instrumento central da política macroeconômica, a medida que a uniformização dos fluxos de empréstimos hipotecários e ao consumidor por meio das mudanças nas taxas de juros ajudou a manter a estabilidade econômica e social naquelas economias que possuíam baixos déficits fiscais e baixos salários (SAAD FILHO, 2023).

Nessa orientação, a reestruturação da produção, dos modos de trabalho, do emprego e da vida social causou profundas implicações para a reprodução social em geral; tais desdobramentos são descritos por Saad Filho (2023) como a “financeirização da reprodução social”, responsável por sustentar uma ampliação significativa da taxa de exploração através da extração de mais-valia absoluta e relativa, combinada a uma reestruturação produtiva e mudanças institucionais que alteraram a composição do modo de existir, da cultura e solidariedade entre trabalhadores.

A reestruturação econômica em larga escala está diretamente associada a financeirização, sobretudo a internacionalização dos sistemas de produção, o que inclui processos de trabalho, produtos, insumos, tecnologias e, nessa esteira, a especialização internacional surge como implicação desse movimento, assim como os padrões de emprego e o próprio consumo. Tais mudanças tendem a criar uma série de “perdedores” econômicos, como Saad Filho (2023) denomina, figuras concentradas na classe trabalhadora qualificada em princípio, mas que se expandiu para os trabalhadores informais, as classes médias tradicionais, gestores, pequenos capitalistas e agricultores familiares, dado que as condições de reprodução da vida de todos estes estratos se deterioraram.

Nas economias avançadas, em especial, categorias e postos de trabalho por inteiro foram eliminados, milhões de empregos qualificados, até mesmo de cargos gerenciais, ao passo que as economias começaram a ser penetradas pelas novas tecnologias ou desmobilizadas pela formatação da nova divisão internacional do trabalho. Em paralelo, as oportunidades profissionais no setor público também reduziram, em razão do crescimento das privatizações em massa e do enxugamento das instituições por causa da disciplina imposta pelo neoliberalismo (SAAD FILHO, 2023).

Nos setores em que restou trabalho formal, a maioria dos trabalhadores testemunhou uma deterioração de salários e proteções sociais e os padrões de empregos tornaram-se

também desqualificados. As reformas no sistema de seguridade social causaram uma lacuna de proteção para os aposentados. Imersos em uma sociedade dominada pelo fetiche do capital, estes estratos acabam por ser marginalizados politicamente, estruturalmente desorganizados, ideologicamente perplexos, se veem incapazes de expressar seu desgaste de vida por meio de instituições totalmente contaminadas, os trabalhadores se encontram perdidos à sua própria sorte (SAAD FILHO, 2023).

Isto posto, entendemos pertinente retomar a observação de Polanyi (2013) sobre o “paradigma do sistema de mercado”, cuja implantação se dá sob a égide das “mercadorias fictícias” (terra, trabalho e dinheiro). Tal observação, entendemos, se mostra extremamente relevante para entender a dinâmica de sobreposição da esfera financeira sobre a produtiva aqui exposta, à medida que o movimento que modelou a história social do século XIX e perdura até a atualidade é esboçado a partir de dois ângulos: um se origina do choque entre os princípios organizadores do liberalismo econômico e a proteção social, levando a uma tensão institucional profundamente arraigada; o outro surge do conflito de classes que, interagindo com o primeiro, transformou a crise numa catástrofe."

Destarte, o caminho para o livre-mercado estava aberto e se mantinha aberto através do incremento de um intervencionismo contínuo, controlado e organizado de forma centralizada: afinal, “o laissez-faire, imposto pelo Estado, não era o método para atingir alguma coisa, era a coisa a ser atingida”. E assim, tem-se o neoliberalismo como ideologia, como instituições e como etapa do capital.

Em síntese, as seções deste capítulo tratam em boa medida da instabilidade da ordem monetário financeira internacional, operada à margem dos bancos centrais, submetidos às altas finanças e sua lógica parasitária e impositiva de impor vetos às políticas macroeconômicas, e resvalam sobre o sistema financeiro internacional transformando-o pela desestabilização. Portanto, a capacidade decisória é confiscada e submetida aos imperativos da esfera financeira, regulada por um pequeníssimo número de atores (GARLIPP, 2008).

As consequências dessas transformações e da sujeição da vida humana ao movimento do capital transformaram o sistema a tal ponto que o modelo econômico-político vigente, o neoliberal, estimula a violência, a fome e a barbárie, em que trabalhadores, perdidos à sua própria sorte, enfrentam os altíssimos custos deste sistema com total desgaste das suas condições de reprodução da vida e, de maneira generalizada, de sua tessitura social.

CAPÍTULO 2 - Neoliberalismo: além de um modelo econômico, um projeto de sociedade

2.1 - A competição, racionalidade neoliberal amorfa e a ressonância de um imaginário comprometido

Um sistema de acumulação é definido como a configuração do modo de produção capitalista em determinadas circunstâncias históricas, a leitura compreendida neste trabalho é comum a leitura do autor Saad Filho (2023) de que o neoliberalismo é o sistema de acumulação dominante da atual fase do capitalismo, sendo sustentado pela financeirização, ou seja, a preponderância das finanças na produção, práticas políticas, ideologia e reprodução social.

O neoliberalismo é um conceito relativamente novo, surgido a partir da perspectiva da história das ciências sociais e não comunga de consenso teórico a respeito da sua definição. Apresentamos, ainda que brevemente, algumas definições, com o objetivo de promover um melhor entendimento sobre a pluralidade de questões e níveis de análise que envolvem o tema, tamanha sua complexidade, como também para facilitar a compreensão sobre seus impactos no que se refere ao âmbito político-social.

Saad Filho (2015) expõe algumas análises marxistas a respeito do neoliberalismo, cujas definições se baseiam em quatro interpretações distintas: como conjunto de ideias; conjunto de políticas, instituições e práticas; um momento da luta de classes; e como sistema de acumulação (SAAD FILHO, 2015). De maneira específica, a primeira interpretação se baseia na compreensão de que a associação ideológica e monetarista de Friederich von Hayek, Ludwig von Mises, Milton Friedman e a sociedade de Mont Pelerin, *think thanks* espalhados no mundo, organizações não governamentais, departamentos universitários, organizações internacionais, empresas e organizações de comunicação e lobbies conformam e estruturam o neoliberalismo.

A segunda como um projeto político de direita contra os pobres e trabalhadores, imposto por vários governos, que se inicia no Chile com a ditadura de Pinochet. A terceira interpretação compreende-o como um conjunto de políticas públicas e práticas inspiradas no chamado Consenso de Washington, cujo caráter comum é a tentativa de “redução do Estado”. A quarta se baseia em uma perspectiva foucaultiana, em que o neoliberalismo é lido enquanto uma tecnologia do eu (self) que estimula e estabelece uma subjetividade específica, a mentalidade empreendedora, vinculado a modos de (auto)governança. Por último, a análise

proposta por Saad Filho é a do neoliberalismo enquanto sistema de acumulação, uma perspectiva que parte da compreensão da realidade através da totalidade.

Ainda que todas as compreensões citadas se sobreponham e se complementem, a compreensão do neoliberalismo pela totalidade abrange a economia, a alocação de recursos, os formatos de trabalho, as mudanças ideológicas, os sistemas políticos, as relações e forças de classe, a estrutura social, subjetividades e os modos de comportamento dominantes. De modo geral, essas análises compartilham de uma compreensão de que reformas neoliberais são implementadas primeiro por uma fase de transição em que o Estado cumpre um papel forte de interventor na contenção dos trabalhadores, afim de promover a integração transnacional do capital nacional e instituir um novo quadro constitucional (SAAD FILHO, 2023).

Em seguida, o neoliberalismo maduro centraliza a estabilização de relações sociais impostas na sua fase de implementação, consolida a sobreposição do setor financeiro, o que significa o controle sobre a alocação de recursos, na coordenação feita pelo Estado da nova categoria de integração nacional da produção, como também na introdução de políticas sociais especificamente neoliberais tanto como instrumento de controle das privações forçadas pelo neoliberalismo como para reconstituição dos sujeitos sociais em formatos neoliberais (SAAD FILHO, 2015).

Diante disso, um elemento principal é a sobreposição da esfera financeira sobre a produtiva, debatido no âmbito teórico na seção anterior e que aqui ganha contornos político-sociais, à medida que as modalidades de exploração presentes na financeirização estão pautadas na flexibilização e intensificação do trabalho, a limitação do crescimento dos salários e das negociações coletivas, mudanças no regime de seguridade social, as privatizações, apropriações de espaços onde os direitos de propriedade eram ausentes (conhecidos como “*commons*”). Deste modo, as consequências da financeirização sobre a reprodução social de classe, como também a distribuição desproporcional dos efeitos das crises macroeconômicas (que são mais propensas dentro do neoliberalismo) sobre a classe trabalhadora são elementos centrais (SAAD FILHO, 2015).

Portanto, faz-se necessário salientar que, seguindo esse ponto de vista, a financeirização é interpretada como o pilar que define a acumulação sob o regime neoliberal e que tem orientado a reestruturação da economia global desde a década de 1970. A

financeirização revela o controle do capital portador de juros sobre a alocação de recursos sociais e a reprodução social, por meio de formatos diversos de capital fictício.

Aqui o conceito de financeirização dialoga, por sua vez, com as contribuições teóricas de Nakatani (2006), à medida que o autor compreende a síntese do Consenso de Washington e por sua vez, do neoliberalismo, fundamentada sobre a estabilidade monetária e a constituição e manutenção de circunstâncias para a “remuneração da dívida interna, do pagamento dos serviços da dívida externa e das remessas de lucros, dividendos e ganhos de capital para o exterior”. Sendo assim, o neoliberalismo funciona como um elemento/agente/conjunto de políticas que é responsável por influenciar na subordinação econômica, política e social.

Para além disso, Diaz (2020) apresenta a distinção entre o Neoliberalismo e neoliberalismo: enquanto o Neoliberalismo é um termo definido como conjunto de teorias e práticas econômicas e políticas que sustentam que o bem-estar humano pode ser alcançado através da maximização das liberdades empresariais definidas nos termos de um marco institucional em que há a proteção dos direitos de propriedade, liberdade individual e dos mercados de livre comércio. Por essa perspectiva, o Neoliberalismo se sustenta como um projeto geopolítico que administra hegemonicamente tanto o movimento do modo de produção capitalista, como as suas contradições internas.

Este projeto político é compreendido por uma dimensão utópica, à medida que oferece um modelo teórico que reorganiza e justifica o movimento do capital internacional; pela sua dimensão política é definido por reestabelecer as condições necessárias para a acumulação do capital como uma estratégia para restaurar o poder de classe das elites econômicas depois da Guerra Fria. Desse modo, tem como resultado o impulsionamento da financeirização de todas as esferas da vida, da redução do papel do Estado a um mero instrumento que garante o direito à propriedade privada enquanto perde o papel de assegurar direitos sociais básicos (DÍAZ, 2020).

Já o neoliberalismo é definido como projeto econômico e político, definido nos termos da micropolítica, o qual promove determinadas formas de relações sociais, identidades e subjetividades nos sujeitos contemporâneos, como também influencia a forma como os sujeitos se valorizam e enxergam o mundo, sua forma de racionalizar. Somado a isso, o neoliberalismo conta com uma poderosa matriz de mudanças e variabilidade sociolinguística a

qual possui uma raiz da economia, das finanças e do marketing que se apropriaram dos campos da educação a ponto de colonizá-los integralmente (DÍAZ, 2020).

Chaui (2020), por sua vez, apresenta o conceito vinculado ao totalitarismo, ao passo que o capital transforma toda e qualquer realidade em objeto que existe em função do capital, convertendo-se em mercadoria e institui um sistema universal de equivalências invertido e fetichizado por meio de uma formação social na qual a troca é baseada pela mediação de uma mercadoria universal abstrata, o dinheiro.

Uma vez que todas as esferas da vida são mercantilizadas, baseadas não pelo seu valor, mas pela mediação dessa mercadoria universal abstrata que é o dinheiro e, portanto, transfigurando o valor do dinheiro, como se este tivesse valor em si, surge a prática da administração, a qual se sustenta sobre dois pilares: a concepção de que toda realidade social é equivalente a outra e, portanto, são todas realidades administráveis, como também de que os princípios administrativos são uniformes e equivalentes, à proporção que todas as manifestações sociais, por serem semelhantes, podem ser regidas pelas mesmas regras. Por isso, a administração é praticada conforme um conjunto de regras gerais e homogêneas, estimulando a transformação de instituições sociais em organizações (CHAUI, 2020).

Enquanto a instituição social é fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e atribuições, a partir de um princípio de diferenciação, sua ação se realiza nos marcos de uma temporalidade histórica, impulsionada pela dinâmica das relações sociais. Em contrapartida, uma organização social é definida pela instrumentalidade, elemento que se origina justamente através dos pressupostos administrativos da equivalência e se dinamiza operacionalizada por estratégias para atingir determinado objetivo particular ou fim, baseado na noção de eficácia, tendo sua temporalidade desvinculada de um elemento histórico (CHAUI, 2020).

Desta forma, a cisão das instituições sociais é executada através da lógica da competição e do individualismo, em que se cria uma tendência de homogeneização, no que se refere a condução de políticas que garantam a sobrevivência da classe trabalhadora, por isso inviabiliza a construção de políticas que garantem direito à vida, como também enfraquece a legitimidade das instituições sociais conformadas para resistir a essa lógica violenta. O fortalecimento das organizações, por sua vez, é favorecido porque o Estado mínimo dialoga com uma visão instrumentalizada que procura a utilização do aparato burocrático em favor da

dominação de classes, alavancada pelo individualismo e pela desregulamentação, cujo impacto final é o desfavorecimento da classe trabalhadora, por estar desmobilizada socialmente.

Além disso, o componente totalitário é expresso a partir da recusa das especificidades das diferentes instituições sociais e políticas: “O totalitarismo é a afirmação da imagem de uma sociedade homogênea e, portanto, a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos e valores” (CHAUI, 2020).

Sendo assim, o neoliberalismo também é compreendido como um dispositivo ideológico, em que a subjetividade da chamada economia de mercado é originada, cuja dinâmica de todas as relações sociais é baseada na busca pelo lucro. Ao produzir o desmonte do Fundo público, dos direitos sociais, fragilizar as condições de vida, modelar o subjetivo da sociedade e os modos como se relaciona, em que todo indivíduo se torna uma empresa que está constantemente à procura de estratégias comerciais para produzir mais, de acordo com lógica do mercado, os sujeitos se tornam também cada vez mais reféns desse sistema econômico-político aniquilador e violento.

A racionalidade neoliberal é conformada em combinação com a busca pelo lucro, a intensificação da mercantilização da vida, do tempo, dos territórios, dos recursos materiais que garantem a sobrevivência das sociedades se torna um imperativo ideológico e teórico, cujo pilar de sustentação é a noção de Estado mínimo e desregulamentação. Sendo assim, a competição, a ausência do Estado e a desregulamentação generalizada provocam o espraiamento do individualismo metodológico, a cisão de instituições sociais e o fortalecimento de organizações sociais e cria, portanto, uma polarização de classes, entre a opulência e indigência absoluta.

Portanto, nota-se que o neoliberalismo, além de uma doutrina econômica, também constitui um vasto arcabouço cultural, político e ideológico que amplia a lógica da mercantilização para todas as esferas da vida social. Tendo isso em vista, é possível notar que a agenda do projeto de sociedade neoliberal se baseia na produção de indivíduos e coletivos completamente funcionais ao sistema econômico imperante.

De tal modo, é produzida também uma subjetividade modelada que funciona em sintonia com o modelo econômico, sendo sustentada e sustentando-o. Foucault (2008) define

essa subjetividade pelo imperativo do indivíduo enquanto "empresário de si", o qual dirige sua vida como uma empresa e aplica princípios da administração racional do trabalho à sua própria existência. A noção do "homem unidimensional" exposta por Marcuse (1973), por sua vez, descreve o conceito como a ausência do pensamento crítico por parte dos indivíduos e da capacidade para a ação coletiva revolucionária, ainda define esse conceito como sendo produto da sociedade industrial avançada, que aprisiona os sujeitos à lógica da circulação das mercadorias e da manipulação dos meios de comunicação.

Han (2018), por sua vez, faz referência ao “sujeito do rendimento”, o qual acredita estar liberto de qualquer coação externa e que baseia sua vida em favor de um ideal de produtividade e positividade ilimitadas. Nesse sentido, a legitimidade das políticas neoliberais é fundida em estratégias sutis de manipulação que buscam exprimir que este estado de coisas seria o único possível e desejável, e ao capital são dispostos trabalhadores-consumidores dóceis.

Vimos brevemente, até aqui, alguns elementos que podem exprimir a produção de subjetividades imposta pelo projeto neoliberal, e como estes impactam nas relações sociais entre indivíduos, que cada vez mais são compelidos a competirem entre si, através de uma dinâmica co-constitutiva atravessada pela acumulação de capital e pela valorização do dinheiro. Além disso, nota-se também como a utilização do neoliberalismo enquanto dispositivo ideológico produz alienação para a classe trabalhadora, tanto do seu valor, quanto da estrutura massiva que a compele a ser cada vez mais explorada. Tratamos do neoliberalismo como a gestão do sofrimento psíquico de modo mais aprofundado na última seção do Capítulo 4, posto que também contribui para a análise da paralisia da sociedade e da conjuntura atual, diante de tamanho desgaste.

Capitaneado pelo ideário neoliberal, a financeirização, a competição, mercantilização dos meios de subsistência, somadas a uma tendência ao totalitarismo, restringem as condições materiais de vida das sociedades e da reprodução da vida, como também impulsionam a sociabilidade e a produção de subjetividades que responsabiliza indivíduos sobre a realidade de opressão, violência e miséria em que estão inseridos. De modo geral, o neoliberalismo em todos seus prismas estimula o indivíduo a introjetar o modo de pensar capitalista e a normalização da não distribuição da mais-valia, além de criminalizar movimentos sociais que questionam seus pilares.

Desde uma dimensão econômico-política global, pela breve ilustração da financeirização, procuramos apontar como a sobreposição da esfera financeira sobre a produtiva e a busca pelo lucro apontam para uma tentativa de desvinculação do trabalho e levam à precarização da reprodução da vida. Co-constituídas pelo regime econômico e pelo dispositivo ideológico, a competição e a concorrência surgem como pilares materiais e abstratos que impactam tanto a nível global, como a nível individual, ao que se soma a mercantilização dos meios de subsistência para reprodução da vida, e se traduz em um cenário de colapso.

Por tudo isso, o neoliberalismo, enquanto dispositivo ideológico, sustentado por esses pilares, produz uma tendência ao totalitarismo, que obriga os indivíduos a se responsabilizar pela violência, privação, escassez, opressão, precarização e ameaça à sua própria vida a que são submetidos através de uma lógica de homogeneização social e subjetiva.

Portanto, expostas a origem do modelo econômico-político neoliberal e a dinâmica geral em que foi gestado, é possível visualizar que este regime presta o papel de instrumento para a reprodução do capital e sua expansão. Além disso, funciona como dispositivo ideológico modulando a subjetividade da sociedade contemporânea. Em vista disso, no próximo capítulo abordamos os aspectos econômicos, políticos e sociais que levaram a sociedade chilena, em específico, a um nível de esgotamento que direcionava suas forças em direção a ruptura com aspectos do sistema estabelecido.

De acordo com Caniato e Rodrigues (2012), a competição tem dois marcos históricos: o primeiro é pela instituição da propriedade privada no século XV e pelas Revoluções Industriais nos séculos XVIII e XIX. A instituição da propriedade privada data a origem da naturalização da expropriação do trabalho alheio ao mesmo tempo em que privilegia o individual em detrimento do coletivo. O segundo marco data a utilização da ciência para segregação entre indivíduos. Dessa forma, uma leitura possível acerca do fenômeno da competição enquanto fenômeno social está relacionada à atividade do homem e as suas relações de concorrência pela propriedade e uso dos bens. Marx aponta o momento em que é instituída a propriedade privada como acumulação primitiva.

A lógica da competição que impele trabalhadores e capitalistas a concorrem entre si é um dos argumentos centrais para Marx (2015) como determinante do processo de acumulação de capital. Em um nível mais amplo, a competição entre capitais leva à centralização e a

concentração cada vez mais acelerada. Nesse sentido, somada ao desenvolvimento de tecnologias, a composição orgânica do capital é alterada, de forma que em relação ao capital constante, o capital variável cresce de maneira totalmente desequilibrada, forçando a “liberação de trabalhadores” em razão do aumento da produtividade (que também afeta na redução do tempo de trabalho necessário para um trabalhador se pagar). A tendência à “liberação de trabalhadores” ou desemprego, por sua vez, influencia na produção de um exército de reserva de trabalhadores. O que isso provoca é que, além de serem desqualificados pelas máquinas de alta tecnologia com um nível de produtividade enorme, os trabalhadores são desmobilizados pela criação deste exército de reserva, provocando condições políticas que permitem o pagamento do salário abaixo do valor.

Esta retrospectiva teórica nos serve para visualizar com mais clareza a razão pela qual a competição funciona como um dispositivo ideológico, posto que, além dos pequenos e grandes capitais estarem sendo engolidos pelo processo de centralização que acompanha a acumulação de capital, entre os trabalhadores também surge a competição em razão deste exército que é criado, tanto entre os que estão no exército da ativa (internamente), quanto entre os da ativa e os da reserva (MARX, 2013). Posto isso, o impacto do neoliberalismo é expresso de forma mais contundente, à medida que aprofunda os impactos da lei geral de acumulação, exacerba a competição entre sujeitos a um nível ainda mais nocivo, produzindo e intensificando novos formatos de competição.

A tendência a queda da taxa de lucro conforma um aspecto estrutural do processo de acumulação do capitalismo e, com efeito, a concorrência e a competição entre grandes capitais na dinâmica de apropriação da mais-valia produzida e no impulso pelos capitais de composição média impulsionam a competição e a concorrência entre capitalistas individuais, os quais buscam sempre transformar a sua composição orgânica, se posicionar acima dos capitais de composição média, aumentar a parte alíquota de capital (propriedade privada) e aumentar sua taxa de lucro.

O investimento produtivo é, portanto, uma ferramenta necessária para viabilizar a realização do lucro; no entanto, a tentativa de desvinculação com a esfera produtiva através da orientação na geração de lucros a juros é uma tendência que acompanha as transformações do sistema econômico internacional, como ilustrado pelo desenvolvimento do Sistema Monetário-financeiro por meio dos desdobramentos e contradições da forma valor. Desde o século XVIII os autores destacam a dimensão moral da nova ordem, baseada no controle, na

disciplina do tempo e na concorrência como princípios fundamentais para manutenção da sociedade capitalista.

Pois bem, o neoliberalismo é conformado no bojo desse processo, sob a pressão da tendência a queda da taxa de lucro, o sistema econômico internacional atravessa, durante a década de 1970, um movimento de concentração e centralização mais vigoroso em reação às políticas adotadas de distribuição de mais-valia durante os “anos dourados” e, nesse sentido, a competição entre grandes capitais surge como consequência desse movimento, gerando maior exploração e apropriação da mais-valia produzida.

Refletindo a dinâmica global, de um ponto de vista estrutural, o trabalho a nível individual, é visto como o único lugar possível de reconhecimento e realização; no entanto, à medida que se aprofundam as flutuações do mercado, o indivíduo se vê cada vez mais comprometido em se flexibilizar para se adaptar às novas normas. Desse modo, as organizações empresariais se tornam um núcleo para identificação dos indivíduos, situando assim um “imaginário¹⁹ organizacional moderno responsável por balizar processos sociais.

Para além disso, têm destaque as pedagogias da prosperidade calcadas na meritocracia, em que o indivíduo só tem espaço enquanto permanece na luta pela ascensão social, e o que se produz disso é uma sociedade de concorrentes e inimigos. Nessa lógica, os espaços de formação crítica, dialógica e humanizadora são esvaziados ou destituídos e adentram sobretudo os espaços de educação.

A teoria econômica neoclássica prescreve as condições de concorrência e competição de modo tão arraigado, ao ponto que toda situação que não comunga com a concorrência é considerada uma anomalia que impossibilita a execução harmônica entre agentes econômicos (DARDOT; LAVAL, 2017). Para isso, o pensamento austro-americano atribuiu novos significados à palavra mercado. Dardot e Laval defendem que o processo de mercado constituiu um quadro que não carece mais de intervenções, ainda que não seja mais o lócus natural onde as mercadorias circulam livremente; não atua como intermediário, é um processo regulado que se vale de motivações psicológicas e competências lapidadas. O mercado é concebido como um processo de autoformação do sujeito econômico, subjetivo com caráter autodisciplinador, pelo qual o sujeito aprende a se conduzir e se aperfeiçoar e, assim, constrói

¹⁹ Conceito que define o espaço em que desejos e objetivos são compartilhados, onde também ocorre a produção de valores e mitos.

seu próprio sujeito. Ao invés de trocar o que tem a mais, o indivíduo passa a empreender, guiado pelo ideal de um homem que escolhe um objetivo e busca sua realização.

E, mais, a concepção que enxerga a sociedade como uma empresa constituída por empresas exige uma nova norma subjetiva, não mais necessariamente atrelada ao sujeito produtivo das sociedades industriais. O sujeito neoliberal está relacionado a um dispositivo de desempenho e gozo. Tanto a psicanálise quanto a sociologia têm registrado uma alteração no discurso que representa uma mudança de paradigma entre discurso da ciência e capitalista. Ao final do século XX, a figura de sujeito empresarial começa a ser engendrada,

“O homem benthamiano era o homem calculador do mercado e o homem produtivo das organizações industriais. O homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial” (DARDOT; LAVAL; 2017, p. 317).

O sujeito ocidental socializava em regimes normativos que eram heterogêneos e conflituosos, em que as práticas consuetudinárias e religiosas das sociedades antigas, as quais envolviam a esfera da troca mercantil e da soberania e faziam com que esse indivíduo vivesse em três espaços distintos: serviços, concepções de uma sociedade ruralizada e cristianizada; Estados Nações e da comunidade política; mercado monetário da produção e do trabalho. Através das mudanças das relações humanas, das estratégias políticas, da transformação das práticas cotidianas induzidas pelo novo formato da economia, as subjetividades ganharam novos contornos (DARDOT; LAVAL, 2017).

As democracias liberais demarcavam, minimamente, um funcionamento heterogêneo do sujeito, no sentido de que asseguravam uma distinção das esferas da vida. Tal formato se traduziu em uma relativa independência entre instituições, normas morais, políticas, religiosas, intelectuais. Os indivíduos eram então guiados pela dita democracia política e pelo capitalismo, cuja composição nutria a noção de cidadão com direitos inalienáveis e a orientação por seus próprios interesses, em termos genéricos, se traduziu no desenvolvimento de uma lógica das relações humanas subjugadas à regra do lucro máximo, como já exposto anteriormente (DARDOT; LAVAL, 2017).

As mudanças engendradas no sujeito através desse processo apontam para uma dissolução dos vínculos humanos, e a mercantilização das relações sociais, combinada com a urbanização, se tornou um dos principais fatores da “emancipação” dos indivíduos acerca das tradições, fidelidades pessoais, raízes e apegos familiares. Marx apontou que o preço dessa

suposta liberdade subjetiva manifestava uma nova forma de sujeição às leis impessoais desregradas da valorização do capital. Ainda que o sujeito liberal acreditasse que dispunha de todas as suas faculdades naturais, livre exercício de sua razão, sua autonomia, continua como engrenagem da economia política (DARDOT; LAVAL, 2017).

Nas relações humanas, o processo de mercantilização se materializou no fenômeno da contratualização: os contratos voluntários entre pessoas substituíram as formas institucionais de filiações, alianças e reciprocidades simbólicas, tornando-se assim, a medida das relações humanas. De tal modo, o indivíduo começa a experienciar uma suposta liberdade de compromisso voluntário e perceber a sociedade como um conjunto de relações de associação entre pessoas dotadas de direitos consagrados, o que se convencionou denominar de “individualismo” moderno (DARDOT; LAVAL, 2017).

No entanto, como apontado por diversos autores, como Durkheim, Foucault e Marx, trata-se de uma ilusão singular sobre o contrato: sem a presença do Estado como garantidor, não existe liberdade subjetiva. Por intermédio de um arranjo de processos de normatização e ferramentas disciplinares é constituído um dispositivo de eficácia, como sugerem Dardot e Laval. Tais arranjos são minuciosamente construídos e elaborados, porque os sujeitos não teriam se convertido voluntariamente à sociedade industrial somente pela propaganda do livre-comércio ou pelos encantos do enriquecimento privado.

Dessa forma, as ferramentas incluíram a utilização de tipos específicos de educação da mente, controle do corpo, organização do trabalho, noção de descanso, lazer, habitação, cuja delimitação apontava para a forma institucional do novo ideal de sujeito, combinação de indivíduo calculador e trabalhador produtivo. A postulação da liberdade de escolha suscita e pressupõe que os sujeitos sejam conduzidos por uma “mão-invisível”, cuja razão será sempre orientada a fazer escolhas a todos e a cada um (DARDOT; LAVAL, 2017).

Como obra da sociedade industrial, o sujeito produtivo²⁰ servia ao sistema não somente para expandir a produção material, mas também para redefinir o conceito de poder, para torná-lo produtivo, como estimulante em que os seus limites seriam determinados apenas pelos efeitos de suas próprias ações (para além do trabalhador, o sujeito produtivo induz uma

²⁰ As instituições atuavam para enquadrar as dissidências para fazer convergir os sujeitos dentro de uma só roupagem, no entanto, as narrativas das próprias instituições se exibiam contraditórias.

noção de que a produtividade permeia todos os aspectos de sua vida, produzindo bem-estar prazer, como se responsabilizando por todas essas áreas).

Fabricar homens úteis, dóceis ao trabalho, dispostos ao consumo, fabricar o homem eficaz é o que já começa a se delinear, e de que maneira, na obra benthamiana. Mas o utilitarismo clássico, apesar de seu enorme trabalho de pulverização das categorias antigas, não conseguiu explicar a pluralidade interna do sujeito nem a separação das esferas a que correspondia essa pluralidade. O princípio de utilidade, cuja vocação homogeneizante era clara, não conseguiu abranger todos os discursos e as instituições, do mesmo modo que o equivalente geral da moeda não conseguiu subordinar todas as atividades sociais. Precisamente esse caráter plural do sujeito e essa separação das esferas práticas é que estão em questão hoje (DARDOT; LAVAL, 2017: p. 321).

De modo oposto, o momento neoliberal qualifica uma homogeneização do discurso do indivíduo a respeito da figura da empresa e tem como resultado a operação de um processo de unificação da pluralidade das subjetividades. Desde então, o indivíduo denominado como “sujeito empresarial²¹”, “sujeito neoliberal” ou “neosujeito” não se encontra disciplinado em sociedade pelos mesmos mecanismos clássicos de coerção. A subjetividade dos sujeitos passa a estar completamente vinculada e envolvida na atividade que se exige que ele cumpra: “o sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo”. A neogestão empresarial se apropria do desejo e da vontade de realização pessoal de cada indivíduo, para fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se estivesse trabalhando para si mesmo, e dessa forma elimina a sensação de alienação e distanciamento²² entre esses atores.

As novas técnicas da “empresa pessoal” chegam ao cúmulo da alienação ao pretender suprimir qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao Outro que fala em voz baixa dentro de nós dá no mesmo. Nesse sentido, a gestão moderna é um governo “lacaniano”: o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito. A construção das figuras tutelares do mercado, da empresa e do dinheiro tende exatamente a isso. Mas é isso sobretudo que se consegue obter com as técnicas refinadas de motivação, estímulo e incentivo (DARDOT; LAVAL, 2017: p. 322).

²¹ A empresa é o nome dado ao governo de si na fase neoliberal.

²² Aqui a citação de Dardot e Laval (2017: p. 322) exprime com mais profundidade o significado da alienação: “As novas técnicas da “empresa pessoal” chegam ao cúmulo da alienação ao pretender suprimir qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao Outro que fala em voz baixa dentro de nós dá no mesmo. Nesse sentido, a gestão moderna é um governo “lacaniano”: o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito. A construção das figuras tutelares do mercado, da empresa e do dinheiro tende exatamente a isso. Mas é isso sobretudo que se consegue obter com as técnicas refinadas de motivação, estímulo e incentivo.”

Sendo assim, surge a *governamentalidade empresarial*, conceito que articula uma noção de homem através do seu desejo de ser “bem-sucedido”, assim como o modo como é guiado, estimulado e empoderado para cumprir seus objetivos, como exposto:

Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. (DARDOT; LAVAL, 2017: p. 323).

O que se produz são sujeitos enquanto mercadorias, a corrosão dos direitos ligados ao trabalhador, a insegurança generalizada, o empobrecimento material e psíquico, a transferência da sensação do risco, a ampliação e o reforço das relações de competição, o aperfeiçoamento da disciplina social, a racionalização do desejo. Ademais, a responsabilidade do indivíduo pela valorização do próprio trabalho tornou-se um princípio absoluto no mercado; dessa forma, a relação de cada um com o valor de seu trabalho é objeto de investimento, desenvolvimento e gestão, dentro de um contexto de mundialização. À medida que o trabalho é interpretado como um produto, o contrato salarial é substituído por um contrato entre empresas, e não apenas de modo metafórico, porque todo o esforço do indivíduo é centralizado no processo de valorização do eu (DARDOT; LAVAL, 2017).

O sujeito é interpretado como proprietário de “capital humano”, o qual ele precisa acumular por meio de escolhas esclarecidas, amadurecidas e por um cálculo responsável de custos e benefícios. É um dos aspectos mais corrosivos dessa dinâmica é que ser a empresa de si mesmo pressupõe experienciar a vida inteiramente em risco²³. Além disso, a novidade do governo empresarial reside na característica geral, transversal e sistemática do modo de orientação baseado na responsabilidade²⁴ individual e no autocontrole; dessa forma, a exigência é que o indivíduo governe a si mesmo por meio da racionalização técnica de sua relação consigo mesmo, daí surge a noção de *accountability* (DARDOT; LAVAL, 2017). A responsabilização dos sujeitos é medida por escalas de gestão de recursos humanos e administradores, e assim se produz uma subjetivação contábil dos indivíduos. Em resumo, o sujeito é avaliado pelo seu valor de uso diretamente mensurável de sua força de trabalho e

²³ Por isso que a própria noção de risco virou em si um setor de comércio, ao passo que os indivíduos contam, cada vez menos, com formas mútuas de ajuda de redes de solidariedade e coletividade. Se antes o sujeito entendia a vida enquanto um desamparo frente ao risco, mas era apoiado por núcleos e redes de apoio, o sujeito neoliberal enfrenta o risco apenas com ferramentas racionais e isolado dos demais, por estar em uma dinâmica de competição. Dessa forma, todas as crises são interpretadas como crises individuais.

²⁴ Entendida por Dardot e Laval como resultado de uma interiorização de coerções.

pelos ganhos acionários vinculados à atividade que realizam, envolvendo uma lógica de subjetivação financeira dos assalariados. Esse processo desemboca na ultra subjetivação, cujo propósito final não é um estado último e equilibrado da posse de si, mas um além de si que é sempre rejeitado e constitucionalmente arranjado em seu próprio regime seguindo dois pilares: a lógica da empresa e o cosmo do mercado mundial (DARDOT; LAVAL, 2017).

Em uma breve retomada, até aqui traçamos uma retrospectiva histórica a respeito da evolução do sistema de acumulação vigente, até seu desembocar no neoliberalismo, recorrendo a um aporte teórico baseado nas contribuições de Marx para sedimentar essa reconstrução histórica, além de algumas referências a interpretações críticas sobre a relação do neoliberalismo com a financeirização, sob uma ótica mais voltada para a economia política.

Com efeito, o objetivo de avaliar o neoliberalismo para além da economia política, como foi abordado nesta seção, requer considerações sobre as consequências subjetivas para a sociedade, sobretudo no que tange a esse novo sujeito e a nova ordem que impera e modula as relações sociais na atualidade. Postas essas bases, a primeira seção se valeu do como ela modula os indivíduos, e a próxima seção se dedica a como ela modula o esgotamento dos sujeitos e da própria tessitura social em termos materiais, com enfoque no contexto chileno, nosso objeto de estudo.

2.2 - O moinho satânico chileno: esgotamento da tessitura social

Entre os desdobramentos do movimento do capital, as facetas do neoliberalismo em sua complexidade são responsáveis por impactar a sociedade e a economia política internacional como um todo de diferentes formas. Nesta seção, pretendemos abordar a subordinação econômica, política e o aprofundamento da mercantilização da vida que ocorreu e continua em processo no Chile nos últimos cinquenta anos. O fio condutor do esgotamento que a sociedade chilena tem vivenciado ao longo desse período, entendemos, é o movimento de reprodução do capital, que nessa fase se torna um sujeito autônomo. O ponto chave desse fio condutor é a mercantilização e exploração de todos os aspectos da vida, seja pelos meios de subsistência necessários para reprodução da vida, pelo trabalho em si, como também pela subjetividade.

Autores como Marx e Polanyi buscaram desmistificar o caráter natural atribuído ao liberalismo econômico, uma categoria historicamente engendrada, por meio de uma separação entre mercado e instituições sociais, em que o primeiro se pretende autorregulável, na esteira de uma dinâmica econômica autônoma com objetivo de dominar a sociedade (GARLIPP, 2001). Ao colocar em foco o caráter arbitrário das estruturas da produção e distribuição de mercadorias, Polanyi demonstra com clareza que a ontologia do *homo economicus* é antes a expressão de um sistema emergente que demanda a instituição do econômico de maneira distinta do social, com pretensões de dirigir e comandar a sociedade. O conceito de mercado, da mesma maneira, não é uma alusão às formas variadas que assumem os mercados ao longo da história, mas sim uma separação a respeito da economia de mercado, “uma economia dirigida pelos preços do mercado”. Polanyi bem esclarece tratar-se de um sistema historicamente datado, cuja implantação se dá sob a égide das ‘mercadorias fictícias’: terra, trabalho e dinheiro (GARLIPP, 2001).

Distintivamente das “mercadorias genuínas”, produzidas de acordo com as expectativas de sua realização, as fictícias não são naturalmente geradas com o objetivo de serem levadas ao mercado. A incorporação da terra, do trabalho e do dinheiro no mecanismo de mercado significa, em outros termos, subordinar a própria substância da sociedade às leis do mercado. É por meio do processo de mercantilização das mercadorias fictícias que as normas de funcionamento do mercado subjuguam as condições de vida da sociedade a processos impessoais, cujo objetivo é sempre o lucro (GARLIPP, 2001). Ao acusar o princípio da produção em busca do lucro como algo não natural, em que ocorre a separação de uma motivação econômica apartada das relações sociais, refuta-se também o universalismo do cálculo econômico orientado para a acumulação de riqueza, aspecto que caracteriza a economia de mercado. Tal princípio representou durante décadas os dogmas clássicos: mercado de trabalho, padrão-ouro e o livre comércio. No entanto, esta organização se revela insustentável, sobretudo, quando nos voltamos aos efeitos que este tipo de dinâmica produz na substância social (GARLIPP, 2001).

Nesse sentido, o que se revela, nos termos de Polanyi, é que as origens do colapso do sistema repousam sobre a tentativa utópica do liberalismo em construir um mercado autorregulado, instituição incapaz de existir sem a completa aniquilação da substância humana e natural da sociedade. Por tudo isso, Polanyi entende que o movimento que modula a história do século XXI é atravessado por dois pontos: o choque entre as leis organizadoras do liberalismo econômico e a proteção social, ocasionando uma tensão institucional latente e o

conflito de classes que, ao interagir com a latência do primeiro elemento, transfigurou a crise em uma catástrofe (GARLIPP, 2001).

A partir disso, nesta seção tratamos de modo geral da forma como esses princípios organizadores sublinharam a economia política do Chile, tensionando o tecido social e a substância humana, para que, na próxima seção, possamos nos deter em cada um dos elementos elencados a seguir.

No que tange aos aspectos econômicos-estruturais, o Chile atravessa, desde a década de 1970, profundas transformações negativas em razão do estabelecimento do regime neoliberal. Com base nas diretrizes do Consenso de Washington, ilustramos alguns elementos que surgiram das suas orientações de políticas e que impactaram a economia do país. No que se refere à abertura comercial, o desempenho medíocre das economias latino-americanas pós reformas neoliberais revelam os seus problemas estruturais, sobretudo o processo de abertura externa, que intensificou a fragilidade financeira e a vulnerabilidade das economias. Através de um Sistema Financeiro Internacional de grande instabilidade, a fragilidade revelada é exposta pela dependência de capital externo como fornecedor de crédito. As dimensões dessa vulnerabilidade podem estar relacionadas à dimensão de instrumentos de política econômica em resposta a choques externos ou ao seu custo de enfrentamento. O processo de abertura econômica, tem assim, papel relevante, pois tende a reduzir os instrumentos de política econômica para combater as instabilidades geradas pelos choques, como também tende a aumentar os custos desse enfrentamento (CARCANHOLO, 2008).

No que tange aos aspectos econômicos, o modelo chileno, de modo geral, se destaca pelos seguintes elementos: armadilha da dívida; vulnerabilidade latente em relação a políticas externas (exemplo do choque dos juros); condição de dependência de financiamento (até mesmo de instituições contra hegemônicas); controle da política fiscal por meio de organismos internacionais - FMI; disseminação de regras fiscais restritivas e sufocantes; processo de desindustrialização guiado pelo aumento da especialização em *commodities*, manufaturas baseadas em recursos naturais e a expansão de serviços de baixa produtividade em detrimento da indústria de transformação; superexploração da mão de obra; incapacidade de utilização de financiamentos não-hegemônicos ou contra-hegemônicos, reversão da reforma agrária; apreciação cambial²⁵ (aspecto que facilitava a realização de importações); abertura cambial; redução da produção industrial no PIB; a disciplina fiscal; mudanças nas

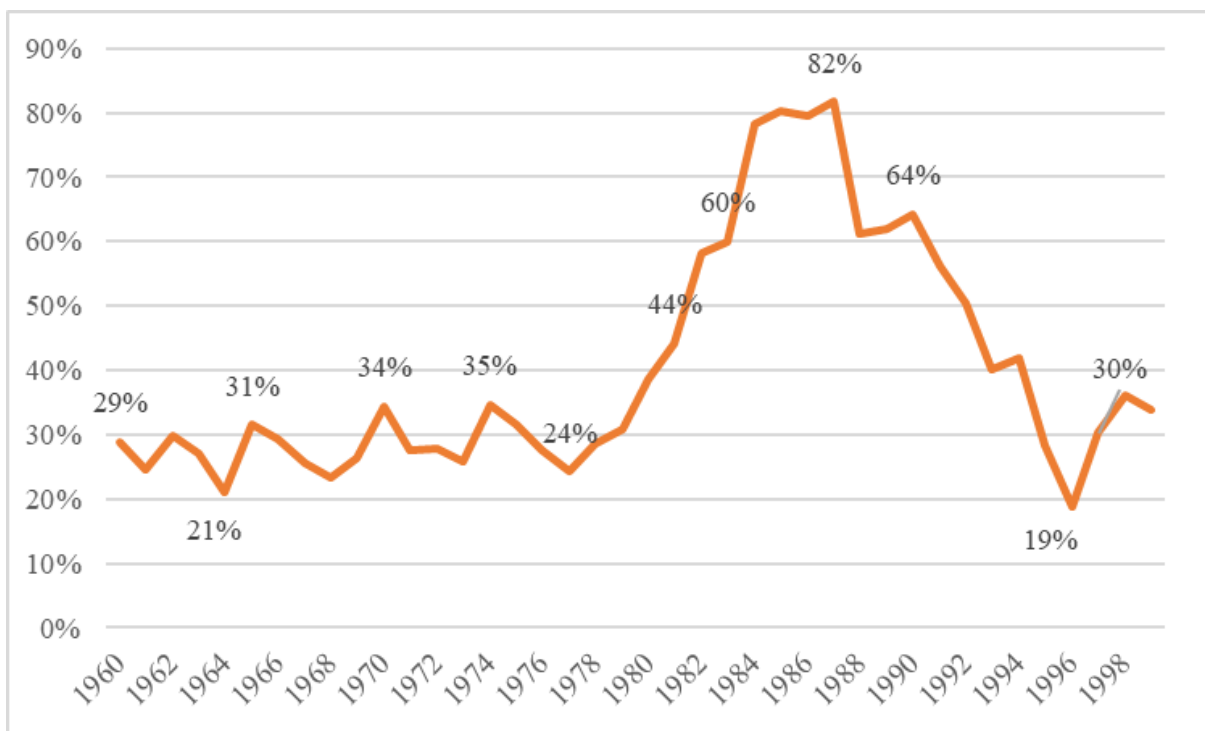
²⁵Ver Lira (2010).

prioridades dos gastos públicos; reforma tributária; taxas de juros positivas; taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado; liberalização do comércio; fim das restrições aos investimentos estrangeiros; privatização das empresas estatais; concessão comum, desinvestimento, liquidação e desregulamentação das atividades econômicas e a garantia dos direitos de propriedade²⁶ (IEDI,2016).

O crescimento econômico do Chile caiu drasticamente durante a década de 1970, até alcançar uma queda de -12,9% em 1975, em comparação com o ano anterior e, entre os anos de 1976 a 1981, mostrou recuperação, mas despencou novamente em 1982, revelando a vulnerabilidade das políticas econômicas implantadas. Entre a década de 1990 a 2019 performaram positivamente: a inflação atingiu 704% em 1975 e se manteve estratosféricamente alta até o ano de 1978.

Em relação a renegociação da dívida pública, entre os anos de 1972 e 1975, o serviço da dívida caiu de 417 em 1971 para 152 em 1972. Conforme Gráfico 1, a média de porcentagem de juros sobre os serviços da dívida externa está em torno de 46% entre os anos de 1973 a 1999, o que revela o aprofundamento da armadilha da dívida:

GRÁFICO 1: Chile - Porcentagem de juros sobre o serviço da dívida externa (1960-1998)

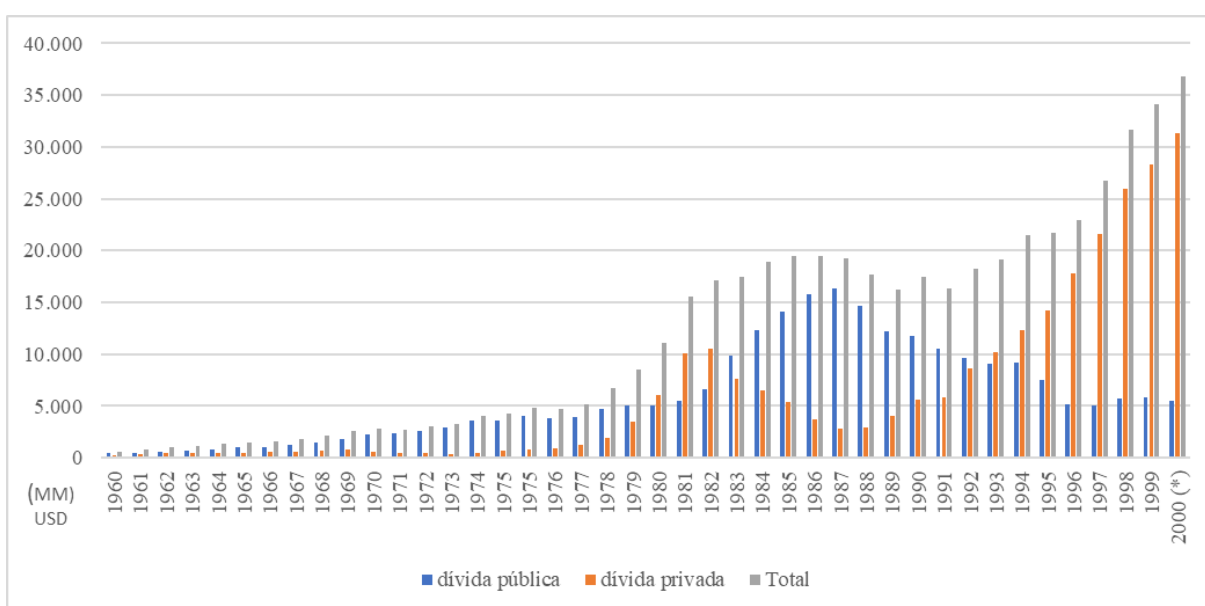


²⁶ Em análise dos dados da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, o Chile registrou um total de 92.097 formulários para cadastro de patente entre os anos de 1980 a 2022, com média de 4 % de aumento de registros nesse período (WIPO IP Statistics Data Center, 2024).

Fonte: Elaborado pela autora, dados extraídos de Banco Central do Chile (2024)

Em relação à dívida externa (pública e privada), o Banco Central do Chile apontou um crescimento contundente entre as décadas de 1977 a 1986. Para além disso, também é possível visualizar uma inversão entre a proporção da dívida pública em relação à dívida privada ao longo das décadas, em que a dívida privada se torna preponderante, de maneira ainda mais desequilibrada a partir de 1995.

GRÁFICO 2: Chile - Dívida Externa (1960-1999)



Fonte: Elaborado pela autora, dados extraídos de Banco Central do Chile (2024)

Um outro aspecto super relevante para exemplificar o que foi argumentado sobre o papel da dívida é a sua proporção em relação ao PIB. Na Tabela 1 pode ser observado como a porcentagem da dívida mantém uma média alta, sobretudo ao considerar que este valor poderia ser investido em políticas públicas e geração²⁷ de emprego, fortalecimento da indústria interna. A média do período ditatorial de Pinochet se mantém em torno de 25% do PIB (considerando o dólar com a base em 1989=100). À medida que a dívida gira em torno de 25% do PIB e cerca de 47% dos serviços da dívida são orientados para pagamento de juros, apreende-se que pelo menos 12% do PIB são esvaziados em juros, ao passo que o país destina 6% do PIB para a educação, com o que é possível inferir as possibilidades que o uso destes recursos poderia significar em termos de investimento social.

²⁷ No ano de 2022, o Chile investiu 6% do PIB em educação.

TABELA 1: Chile - Porcentagem da dívida externa (pública e privada) sobre o PIB

Ano	Dívida Externa	PIB	Dívida/PIB
1960	2033,00	26775,25	8%
1961	2863,00	28179,68	10%
1962	3495,00	29314,39	12%
1963	4177,00	31026,39	13%
1964	4690,00	31819,81	15%
1965	4987,00	32122,18	16%
1966	5237,00	35731,51	15%
1967	5833,00	37023,56	16%
1968	6557,00	38353,45	17%
1969	7347,00	39863,80	18%
1970	7636,00	40592,90	19%
1971	7746,00	44417,84	17%
1972	8140,00	43964,80	19%
1973	7558,00	41753,70	18%
1974	7860,00	42748,34	18%

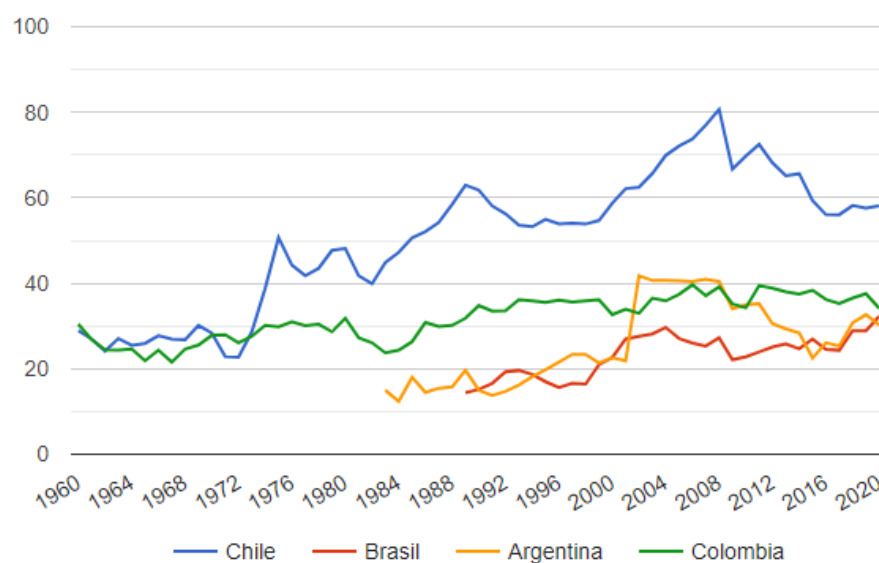
1975	8204,00	37228,63	22%
1976	7658,00	38655,45	20%
1977	7524,00	42692,89	18%
1978	8643,00	45980,71	19%
1979	9825,00	49851,51	20%
1980	10515,00	53832,96	20%
1981	13808,00	57345,76	24%
1982	15220,00	51029,52	30%
1983	16178,00	48469,16	33%
1984	18325,00	50458,18	36%
1985	19075,00	52481,51	36%
1986	19981,00	55303,80	36%
1987	18500,00	58876,69	31%
1988	15926,00	63201,24	25%
1989	13279,00	69472,95	19%
1990	13624,00	71788,87	19%
1991	13977,00	77391,56	18%

1992	14542,00	86033,65	17%
1993	15418,00	91702,22	17%
1994	17310,00	96315,02	18%
1995	17951,00	104919,13	17%
1996	19736,00	112056,69	18%
1997	24589,00	120339,62	20%
1998	28953,80	125370,89	23%
1999	30850,00	125027,83	25%

FONTE: Elaborado pela autora; dados extraídos de Banco Mundial e Banco Central do Chile

Com relação a abertura ao comércio exterior, o Chile pode ser visto como um dos países de destaque nesse quesito, em relação a Colômbia, Brasil e Argentina, como pode ser observado pelo Gráfico 3.

GRÁFICO 3: Países selecionados - Abertura ao comércio internacional (como %PIB)



Ahumada e Selaive (2007) argumentam que a eliminação da banda cambiária²⁸ em setembro de 1999 e pelo fim dos controles de câmbio em 2001, a atividade cambiária foi incrementada de forma substancial com uma participação maior de agentes do setor real e com um significativo incremento de transações transfronteiriças no mercado denominado *non delivery forward*²⁹. Os contratos realizados em bolsa (*organized exchanges*) têm sido relativamente menores que aquelas operações fora da bolsa (*over the counter*).

A liberalização comercial e o desregramento do fluxo de capitais têm impactos claros na atualidade, o número de derivativos aumentou de 407 em 1998 para 1685 em 2005. Como reflexo da incorporação de setores não financeiros e institucionais com uma proporção de 1607 (de um total de 1685), o que expressa a amplitude da economia desregulada. De modo geral, o mercado de derivativos cresceu exponencialmente, passando de 112 milhões de dólares em 1998 para 382 milhões de dólares em 2005. Também o mercado de *spots* manteve um crescimento contínuo e alcançou um volume de transações que somaram 600 milhões de dólares em 2005 (AHUMADA; SELAIVE, 2007).

Na esfera do trabalho, o desemprego ao longo da ditadura militar foi notadamente um tema pouco desenvolvido. Ao contrário das políticas estabelecidas pelo governo Allende, a Junta praticou políticas que aprofundaram o desemprego e a precarização de condições gerais do trabalho remunerado, além do distanciamento de medidas que atribuíam ao Estado um papel importante no que se refere à promoção de políticas públicas que fomentavam o mercado de trabalho formal (LLANOS, 2018).

Desde a década de 1970, nota-se a nível internacional a ascensão de discursos que se referem à centralidade do mercado e suas regras “naturais”, controle da inflação como objeto central da política econômica, além dos problemas referentes ao excesso de mão de obra. Dessa forma, uma leitura histórica a respeito das políticas estabelecidas pela ditadura militar chilena envolve necessariamente o desenvolvimento e a imposição de novas perspectivas sobre os fenômenos sociais do trabalho, bem como implica considerar os fenômenos sociais

²⁸ Um sistema de câmbio em que o banco central fixa um regime com cotações mínimas e máximas.

²⁹ São denominados os mercados que operam derivativos cambiários com o exterior, no qual as transações se liquidam por meio da compensação e se realizam pelas legislações estrangeiras. Ocorre entre residentes e não residentes.

ligados aos problemas da relação capital-trabalho, as quais se expressam na dimensão política (LLANOS, 2018).

Existem diversas variáveis que poderíamos analisar para exemplificar as modificações emanadas pelo Consenso de Washington e pela onda de transformações que sedimentaram a conjuntura econômico-política desde os anos 1970. A utilização da dívida pública foi apresentada aqui com o intuito de nos aproximar do discorrido no Capítulo 1 e de uma condição mais específica das periferias do núcleo orgânico de capital, como um dos fatores que mais determinam a restrição e a capacidade decisória não só no Chile como em diversos outros países.

Também com o objetivo de demonstrar de forma resumida o que se apresenta como objetivo desta seção, a seguir tratamos de uma série de reformas institucionais e estruturantes outorgadas no Chile nos últimos 50 anos, em relação a perda de direitos sociais e a mercantilização das mercadorias fictícias.

QUADRO 1: Chile - Histórico de reformas institucionais

Ano	Reformas
1973	Golpe de Estado da Junta Militar
1974	Promulgação das normas que liberaram o funcionamento do mercado de capitais, autorizando instituições financeiras privadas a estruturar livremente as taxas de juros usando instrumentos financeiros de grande liquidez e mantendo os bancos estatais sujeitos a altas taxas de depósito compulsório e com a imposição de fixar taxas máximas.
	Decreto Lei nº 600: versava sobre investimento estrangeiro, o qual facilitava a entrada de novos capitais estrangeiros no país, oferecendo condições favoráveis em termos tributários, tarifários, cambiais e de lucros.
	Venda das empresas de propriedade estatal do setor industrial, financeiro e de transporte.
	Reversão da estatização de empresas;

Ano	Reformas
	Redução das barreiras alfandegárias de 94% para 10%
	Permissão que indivíduos e empresas pudessem mover capital para o país; flexibilizar as regulações sobre as operações cambiárias
	Determinação das regras que regiam as privatizações de bancos e empresas estatais.
1975	Eliminação de encargos sobre rendas e lucros;
	Adoção de imposto sobre valor agregado(IVA), supressão da exceções existentes para bens de consumo;
1979	Novo Plano Laboral - Decreto Lei 2.950: proibição de negociação coletiva por categoria, permissão da demissão de trabalhadores em greve, permissão da terceirização de serviços;
1980	Promulgação da Constituição Vigente;
	Reforma do sistema Previsional (Decreto Lei nº 3500) em que o benefício deve diretamente estar atrelado com seus esforços que realizam como cotizantes durante sua vida laboral ativa;
	Decreto lei nº 1 estabelece a criação de estabelecimentos de educação privados;
1981	Reformas na saúde, ao iniciar o processo de municipalização dos centros de atenção primária;
	Lei Orgânica Constitucional 18.097 de Concessões Minerais: Desnacionalização do cobre
	DFL nº 1.122 em 21 de outubro de 1981: privatização da água
	Constituição das Instituições de Saúde Previsional (ISAPRES)

Ano	Reformas
	Reforma do sistema educacional e instituição do orçamento por frequência de alunos;
	Capitalização do sistema de pensões; Permissão para criação de universidades privadas.
1982	Lei Nº 18.045 - Lei de Mercado de Valores
	Intervenção em 60% dos ativos bancários privados;
1984	Reprivatização das AFPs;
	entrada de investidores estrangeiros no sistema de pensões;
	Criação do Fundo de Utilidades Fiscais, permite pagamento de impostos sobre a proporção do lucro;
1990	LOCE - Ley Orgánica de Enseñanza (municipalização do sistema de educação, implementação do sistema de vouchers, autorização dos estabelecimentos em escolher os alunos(as), protagonismo do sistema privado subvencionado).
2006	Lei nº 19.039 que estabelece normas aplicáveis aos privilégios industriais e proteção dos direitos de propriedade industrial

Fonte: Elaborado pela autora; dados extraídos de Biblioteca Nacional de Chile, [s.d.]

No que tange aos aspectos políticos, os impulsos à privatização da educação, saúde e sistema de aposentadoria são quase como paradigmas que alavancaram a convulsão de protestos sociais ao longo da década de 2010, as políticas de consenso do governo *Concertación*, a crise institucional do governo Boric. A repressão massiva de movimentos sindicais, que remonta ao período ditatorial, tomou outros contornos ao longo das últimas décadas através de uma sofisticação da violência apresentada pelo neoliberalismo. Diversos

autores têm feito vinculações teóricas entre neoliberalismo e totalitarismo, à medida que o Estado precisa de instrumentos violentos para manter o nível de apropriação de direitos sociais.

Até aqui, portanto, vimos que a transformação do dinheiro em capital é o ponto de origem e base da dinâmica capitalista, à medida que é nesse processo que se inicia a mercantilização do trabalho, o surgimento da mais-valia, o ponto de partida para a reprodução ampliada e o fenômeno de produção e apropriação do trabalho. Em seguida, como uma nova roupagem do desenvolvimento deste sistema, a financeirização surge atrelada ao modelo neoliberal, como um aperfeiçoamento da busca pelo lucro que tem como elemento central as movimentações aceleradas do capital portador de juros, sendo assim, o neoliberalismo é interpretado neste trabalho como sistema de acumulação travestido e modulado pela financeirização.

Registre-se que essa dinâmica não é absolutamente nova, porque remete ao mesmo movimento de produção e apropriação, mas traz agora um aprofundamento inédito em termos de contradição do próprio sistema, sobretudo ao se diagnosticar a velocidade das crises, em razão da competição pela mais-valia produzida em relação a sua distribuição. Exibe, assim, elementos e processos decorrentes dessa fase do sistema de acumulação que lhe são próprios, a começar pela concorrência e competição, que ultrapassam os limites dos capitais e transbordam para a subjetividade social, como discutido nos próximos capítulos.

Registre-se, ainda, que também permanecem as cicatrizes expostas desse modelo violento de apropriação, sobretudo, no que se refere à mercantilização da vida. Sendo assim, na próxima seção, são expostas as heranças que a ditadura militar chilena, de modo particular, fundamentalmente violenta, insere-se em um sistema internacional que se utiliza do contexto político e receoso da “ameaça” comunista que representava o governo de Allende, para implementar o primeiro laboratório neoliberal da América Latina.

2.3 - Heranças da ditadura de Pinochet

2.3.1 - Violência e Memória

Segundo informe da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação (Informe Retting)³⁰ a ditadura chilena é classificada em três períodos: o primeiro, entre 11 de setembro e 31 de dezembro de 1973; o segundo, entre janeiro de 1974 e agosto de 1977; e o terceiro, entre setembro de 1977 e 11 de março de 1990 (SIMÕES, 2012).

O primeiro período é marcado pela consolidação da ditadura civil-militar, expresso por prisões massivas, fuzilamentos coletivos e uma sistematização do sistema repressivo. O segundo foi caracterizado pela atuação da Direção de Inteligência Nacional (DINA), como aparelho de controle do *modus operandi* que aprimorava as técnicas de tortura e o funcionamento dos centros clandestinos de detenção. O terceiro período teve como referência as operações da Central Nacional de Informações (CNI) - criada em agosto de 1977, a qual empregava métodos de tortura não tão indiscriminados como a DINA (SIMÕES, 2012).

Através de um Terrorismo de Estado, o Chile instituiu um sistema de repressão política, violência coletiva e de catástrofe social durante o período da ditadura. O golpe de Estado não pode ser entendido de maneira desvinculada do intenso movimento popular gestado ao longo da década de 1960, sobretudo da vitória de Salvador Allende em 1970. Surge assim, o atentado violento da Junta Militar para desmobilizar e despolitizar os movimentos populares, para conter a ameaça às classes dominantes chilenas. Processo iniciado em Valparaíso, no dia 11 de setembro de 1973, as rádios exigiam a renúncia de Allende, a restauração da ordem e da institucionalidade, sendo suspensas todas as atividades de informação dos meios de comunicação vinculados à Unidade Popular, ameaçados de serem bombardeados (SIMÕES, 2012).

O Palácio de La Moneda, sede da presidência no Chile em Santiago, foi cercado por tanques de guerra. O discurso veiculado nas rádios pelas forças armadas durante o golpe era de que o governo Allende havia violado a lei, as liberdades dos indivíduos, incitado a luta de classes, usurpado o poder executivo, imposto ideais alheios ao modo de vida chileno e de medidas políticas que levaram a uma inflação descontrolada e ao declínio econômico. Houve ataques aéreos ao local onde Allende estava ocupando e por meio do Decreto de Lei nº 1 - Acta

³⁰ Relatório Final elaborado pela Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, no qual são reconhecidos publicamente os crimes políticos e as violações aos direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar de Pinochet no Chile. O nome do relatório (Retting) faz referência ao presidente da Comissão.

de Constitución de La Junta del Gobierno - estabelecia-se a ditadura de Pinochet (SIMÕES, 2012).

Em 4 de dezembro de 1974, pelo Decreto ley Nº 788, ficava estabelecido que os Decretos Leis de Caráter constitucional modificariam a Constituição de maneira expressa. Entende-se que a intervenção dos Estados Unidos, no que se refere a organização e financiamento do golpe está vinculada ao processo de nacionalização do cobre iniciado pelo governo Allende. A relação entre o processo da Unidade Popular Chilena e sua interrupção tem sido invisibilizado tanto pela historiografia quanto pelas narrativas midiáticas (SIMÕES, 2012).

Historicamente, a possibilidade de estabelecer um sistema de dominação nacional no Chile dependeu da capacidade de controle do aparato estatal. Os militares, ao tomarem em suas mãos o poder estatal, modificaram radicalmente o sistema político e o sistema econômico derivados das crises que antecederam o golpe militar. Como bem argumenta Kay (1981), desde a crise do setor de salitre e nitrato, ocorrida durante as primeiras décadas do século XX, debilitou-se a base econômica do Estado e o declínio da influência econômica britânica sobre o Chile. Como consequência, se deu uma crise oligárquica de dominação dos proprietários de terra tradicionais mediante o controle do aparato estatal e seus estreitos laços com o capital britânico. Foram conformadas novas alianças de classe entre a burguesia industrial nascente, as classes médias e o capitalismo norte americano. Além disso, alguns setores do proletariado em formação apoiaram essa aliança em razão da contraposição que a aliança poderia fazer ao poder oligárquico dos proprietários de terra e do controle britânico sobre as minas de salitre (KAY, 1981).

Em 1925 foi promulgada uma nova constituição que expressava o controle exercido por essas novas forças políticas sobre o Estado. Sendo assim, a burguesia industrial alcançou uma posição hegemônica. Na década de 1930, o setor rural já não possuía a mesma relevância para a economia chilena, gerava apenas 15% do PIB do país; no entanto, ainda era responsável por empregar 35% da força de trabalho, de modo que os proprietários de terra exerciam certa influência política. Ao final dos anos 30, no entanto, o setor agrícola entrou em uma crise estrutural, entre 1945 e 1964 a produção agrícola cresceu a uma taxa de apenas 1,8%. Para além disso, a partir de 1936, a balança comercial agrícola se tornou negativa, ou seja, as importações superavam as exportações. Nesse sentido, o déficit aumentou até chegar a 150 milhões de dólares em 1964, representando $\frac{1}{5}$ do total de divisas do Chile (KAY, 1981).

No final da década de 1930, e sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, o Estado chileno seguiu uma política de industrialização através da substituição de importações. Desenvolveu uma infraestrutura básica conectada com a industrialização, introduziu o aumento de barreiras comerciais do setor industrial, aprimorou o sistema de crédito, subsidiou insumos industriais, fixou os preços de produtos agrícolas abaixo para reduzir os custos de reprodução de vida dos assalariados. Dessa forma, o setor industrial tornou-se motor do processo de acumulação de capital, em conjunto com o setor exportador de cobre.

Desde a década de 1970, o debate sobre a origem e o significado do golpe militar de 1973 segue sendo uma fonte de forte controvérsia nos espaços públicos; as memórias contrapostas presentes na experiência pela grande maioria da população permeiam as arenas sociais, políticas e culturais, como também se atualizam e transformam à luz das políticas oficiais de memória; as ações de organizações de direitos humanos, os processos jurídicos, as conjunturas históricas, o jogo de equilíbrio entre as forças políticas e a inserção de novos atores sociais vão modificando a relação entre a memória hegemônica e as alternativas (WALDMAN, 2014).

Desde o início da ditadura, o governo militar começou a impor à sociedade chilena, através da repressão, da desarticulação política e do controle dos meios de comunicação, uma narrativa hegemônica de que o golpe foi um ato indispensável para salvar o país do caos em que a Unidade Popular o havia inserido, como também para evitar o comunismo. As famílias dos presos e desaparecidos resistiam à essa narrativa ao realizar protestos na frente do Congresso com as fotos de seus familiares desaparecidos, através dos bordados nas “arpilleras”, como também pela criação de redes culturais marginais que davam voz a novos escritores. Em 1983, no auge da ditadura, quando Pinochet anunciou que ficaria mais 6 anos no poder e comemorava a unificação de todos os chilenos pelo “amor à pátria”, a crise econômica devastou o país e as mobilizações sociais explodiram, o que contribuiu para o resultado do plebiscito nacional em 1988 - que colocava em questão a manutenção do poder de Pinochet ou a implementação de uma transição à democracia, o qual foi finalizado com 55% dos votos a favor da transição (WALDMAN, 2014).

A partir dos anos 1990, organismos de direitos humanos passaram a dar visibilidade às violências ocorridas durante a ditadura e exigir justiça; os testemunhos realizados pelas vítimas que foram veiculados pelo Informe Oficial da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, em 1991, os informes historiográficos, as memórias, os testemunhos dos

presos políticos documentaram as violações aos direitos humanos e contribuíram para a construção de memórias de grupos fragmentados. As iniciativas do governo *Concertación*³¹ foram insuficientes, o próprio Pinochet faleceu sem passar por um tribunal de justiça, as práticas políticas se baseavam na governabilidade democrática, suavizando a memória traumática do golpe militar. Além disso, o processo de dirigir um governo com foco no futuro da economia, manteve a participação social dentro de limites estreitos e estabelecidos juridicamente pelo governo. Inclusive, enquanto Alwyn ocupava o cargo da presidência em 1993 pelo *Concertación*, Pinochet, além de ser chefe do exército chileno, ainda reivindicava a outorga da Ley de Punto Final, em que propunha a paralisação dos processos judiciais contra os autores de crimes durante a ditadura. Além disso, em 1998 foi decretada a suspensão do feriado nacional em memória às vítimas da ditadura (WALDMAN, 2014).

Com o mandato do presidente socialista Ricardo Lagos (2000-2006), os eventos em memória da ditadura foram restabelecidos, através de uma lógica de política de Estado por meio da recuperação de lugares simbólicos, uma multiplicidade de espetáculos culturais e artísticos, a proliferação de programas televisivos que divulgavam o ocorrido de 11/09 difundindo a informação para o grande público, como também a exaltação da figura de Salvador Allende. A publicação do Informe Nacional sobre a Prisão Política e a Tortura, no ano de 2004, significou um giro radical no que se refere ao reconhecimento público da massividade da tortura como política governamental da ditadura (WALDMAN, 2014). No ano de 2003, a memória do 11/09 explodiu de maneira inédita, durante a presidência de Sebastian Piñera, cujo governo incluía diversos funcionários civis que promoveram o golpe militar.

Em conclusão, a memória chilena com relação aos impactos da ditadura foi negligenciada pelos governos do *Concertación*, o que implica na hipótese de que o neodesenvolvimentismo estabelecido na América Latina seguiu uma tendência de sucatear memórias coletivas revolucionárias em favor de políticas de conciliação, sobretudo pela manutenção de uma cúpula militar remanescente da ditadura.

Mostra, assim, mais uma faceta de como o neoliberalismo incute a gestão da memória política de maneira a ocultar a produção de relações sociais marginalizadas e radicais e, sob o manto do neoconservadorismo, fortalece políticas de apagamento que conformam o bojo do neoconservadorismo. A mercantilização da vida, dessa forma, é expressa pela orientação a todo custo à governabilidade em favor da economia pela economia e não ao desenvolvimento

³¹ Grupo político que reunia governos de esquerda e centro esquerda.

humano que considera as questões psíquicas de uma população com milhares de vítimas de violência e torturas.

2.3.2 - A metamorfose do Estado

Com o golpe militar, as políticas sociais estabelecidas pela Unidade Popular foram revertidas, a começar pela contrarreforma agrária, como também a ditadura de Pinochet praticou uma ofensiva contra o projeto de nacionalização do cobre, originalmente executado por Frei Montalva (1964-1970), que foi retomado por Allende para ser operado de maneira integral. A Unidade Popular havia realizado um processo de expropriação dos latifúndios, a nacionalização das minas de cobre de propriedade estrangeira, a expropriação dos bancos e mais de 500 empresas comerciais e industriais de grande porte instaladas no país (KAY, 1981).

Com o esgotamento do modelo de acumulação de capital por meio da fase de substituição de importações, baseado na produção de bens de consumo, desenrolou-se uma crise em razão das restrições de mercado e das limitações das divisas. Diferentes governos tentaram e falharam na reconstrução da economia, desde as iniciativas tecnocratas do governo conservador Alessandri (1958-1964) até a tentativa reformista do governo democrata de Cristiano de Frei (1964-1970). A política de Frei era baseada na expansão do mercado interno de bens industriais e de consumo por meio da elevação do poder de compra das camadas sociais de renda mais baixa através da reforma agrária, entre outras medidas. Também houve a tentativa da expansão de exportações através de programas de integração regional como o Pacto Andino. O Estado tentou oferecer incentivos ao capital norte-americano. O modelo reformista de Frei estabelecia uma aliança de classes diferente, ainda que a burguesia industrial seguisse hegemônica, mas além de incorporar alguns setores da classe média, os democratas cristãos mobilizaram o campesinato e os habitantes das periferias urbanas. O sistema político burguês teve uma abertura democrática com a inclusão desses grupos e houve uma melhora nas condições de vida dadas as garantias promovidas pelo sistema de saúde e educação (KAY, 1981).

No entanto, o estancamento econômico desenrolado nos últimos anos do governo Frei freou os processos em curso, e o governo cristão revelou-se incapaz de resolver, culminando em uma segmentação da burguesia, ao que se somou a mobilização de algumas camadas

sociais, conduzindo o país à vitória da Unidade Popular em 1970. O governo de Allende, por sua vez, tinha como objetivo dar início a um processo de transição para um sistema político socialista. A presidência deu o controle de parte do aparato estatal para a Unidade Popular. Durante o governo Allende, o Estado chileno passou a empregar a maior parte de trabalhadores do país, gerando cerca da metade do PIB, e financiava mais de 80% dos investimentos na economia (KAY, 1981).

Com o golpe militar de Pinochet, a Junta conduziu a pior crise econômica da história moderna do Chile: a produção diminuiu em escala, o desemprego aumentou, o poder de compra dos assalariados despencou de maneira aguda. Os subsídios estatais foram eliminados, sobretudo aqueles que favoreciam os consumidores, enquanto a grande burguesia recebia privilégios através da venda de empresas estatais a preços subvalorizados. Como resultado da reestruturação de capital sob o novo esquema de divisão internacional do trabalho, alguns conglomerados oligopolistas voltaram a aparecer no cenário econômico sob novas roupagens, em grande medida controlados pelo capital financeiro. Nesse sentido, a política econômica da Junta Militar era baseada na economia social de mercado e a condução aos problemas políticos era a política de repressão (KAY, 1981).

A influência dos Chicago Boys refletiu na elaboração do Programa de Desenvolvimento Econômico conhecido como “El Ladrillo”, o qual serviu de fundamento para as políticas econômicas implementadas no regime Pinochet. Na primeira fase da política econômica da ditadura militar, o regime priorizou a estabilização macroeconômica, pautando primeiro sua atuação no problema da hiperinflação, a qual alcançou 700% quando anualizada à taxa média mensal dos últimos quatro meses do governo de Allende. A escassez dos mercados foi solucionada pelo fim dos controles sobre os preços. O resultado imediato foi o aumento dos níveis dos preços muito acima do projetado de expectativas inflacionárias reprimidas (RESENDE, 2021).

A política anti-inflacionária do governo, combinada com a liberalização de preços e política monetária e fiscal restritivas, destruiu os salários reais e a atividade econômica. Para além disso, o governo ainda reduziu a inversão pública que foi reduzida de 15,3% em 1973 para 13,2% em 1976. Embora a política de choque tenha levado a queda da atividade econômica, redução do déficit público, deterioração dos salários e controle monetário, a inflação ainda não tinha atingido um nível satisfatório, acima de 300%, o que colocava em xeque as bases teóricas da Escola de Chicago (RESENDE, 2021).

A recessão de 1975 teve como resultado uma diminuição do PIB em 13% e a persistência da inflação em níveis altos exibia que outros aspectos deveriam ser considerados com relação à dinâmica inflacionária, como a existência da inércia inflacionária. Na segunda fase, por volta de 1976, a equipe econômica admitiu que a política monetária restritiva era insuficiente para encerrar o processo inflacionário, sendo assim, o governo colocou foco no controle inflacionário através da taxa de câmbio. Sendo assim, o peso chileno foi desvalorizado com o objetivo de contornar o déficit em conta corrente e em paralelo manter o poder de compra real da moeda. Essa estratégia era acompanhada de um processo de abertura comercial por meio da redução das tarifas a fim de incentivar as importações para baixar os preços e baixar os preços (RESENDE, 2021).

Diante deste cenário, houve uma forte entrada de capitais externos atraídos pelas altas taxas de juros, combinado com a redução nas taxas de desemprego e aumento do salário real, a propagando ditatorial girava em torno de um ‘milagre econômico’. Ao encontrar uma brecha político-econômica, o regime de Pinochet começou a executar uma série de reformas administrativas e financeiras, tais como a reforma da previdência, a privatização foi simbolizada pela redução de empresas estatais (300 em 1973 para 24 em 1980), no âmbito da Corporação de Fomento da Produção - CORFO. As empresas que foram poupadas da privatização foram a CODELCO e a ENAP (empresa de cobre e petróleo, respectivamente), consideradas estratégicas pela alta cúpula do regime (RESENDE, 2021).

Em contrapartida à estratégia de valorização cambial entre 1976 e 1980, a deterioração da situação externa do Chile na década de 1970 foi ampliada substancialmente. Nesse sentido, a política econômica se torna continuamente mais dependente da entrada de capitais estrangeiros e do endividamento, de sorte que a dívida cresceu cerca de 3,5 vezes nesse intervalo de quatro anos. Sendo assim, na terceira fase (1981 a 1983), a fragilidade da estratégia econômica foi revelada, à medida que a redução das tarifas externas, combinada à valorização cambial, barateavam as exportações ao mesmo tempo que desincentiva as exportações, com a consequente deterioração da balança comercial e da conta corrente, essa dinâmica se tornava altamente dependente do fluxo de capitais estrangeiros (RESENDE, 2021).

No ano de 1981, o déficit comercial triplicou, enquanto o saldo negativo da conta corrente dobrou, em paralelo, a conta capital³² cresceu somente 47%, como reação, o governo teve que abandonar o câmbio fixo, desvalorizando o câmbio em 30% em termos nominais e em 11% em termos reais. A recessão na atividade produtiva provocou um aumento na inadimplência interna no mercado financeiro, principalmente de empresas privadas e bancos, para isso, o governo fez 8 intervenções financeiras para evitar o colapso do sistema e do setor agrícola, industrial e da construção civil (RESENDE, 2021).

O mercado, no entanto, assume papel central como regulador exclusivo da atribuição de recursos, o sistema de dependência externa é reordenado, a gestão do plano de economia estatal é desacelerada, o padrão de distribuição de renda é alterado através da diminuição da participação do trabalho na estrutura de renda em consonância com aumento do setor financeiro na concentração e absorção de recursos, a organização social, política, institucional e econômica é radicalmente modificada (GARCÍA, 1985).

Durante o golpe militar, a estrutura produtiva e o emprego manufatureiro sofreram diversas modificações relevantes, sobretudo, porque as bases com que o regime autoritário construía sua “nova economia” colocava o setor industrial em segundo plano, o que teve impactos diversos na manufatura, nos agentes sociais associados ao setor, aos diversos componentes e possibilidades de transformações no país (GARCÍA, 1985).

Nesse sentido, a ausência de políticas industriais específicas, a ideia principal do contexto ideológico que aflorava indiretamente e que sustentava os setores do governo, a equipe fiscal e os grupos econômicos, era de que os recursos e agentes manufatureiros, como todo o resto dos setores econômicos, deveriam liberar-se das travas estabelecidas durante o domínio da estratégia de substituição de importações para orientar-se rumo ao exterior ou ao mercado interno, conforme as vantagens comparativas que oferecia cada opção (GARCÍA, 1985).

No setor manufatureiro, durante os anos de 1973 a 1975, houve uma redução das tarifas e restrições às importações, foram eliminadas as exigências de depósitos prévios das franquias aduaneiras³³ exclusivas, os pagamentos por cotas, as cotas por importação, as exonerações das tarifas para o setor público, o rebaixamento das tarifas máximas a um nível

³² Conta capital descreve as transações que envolvem compra e venda de ativos não financeiros não produzidos, e transferências de capital.

³³ Isenção total ou parcial do pagamento dos direitos e impostos à importação e/ou exportação aplicáveis às mercadorias que entram ou saem do território aduaneiro.

de 140%, o restabelecimento da disciplina de trabalho por meios coercitivos, suspensão da negociação coletiva, restrição da atividade sindical, aumento das horas de trabalho, limitação da política de remuneração (GARCÍA, 1985).

No âmbito institucional das políticas industriais, ocorreu também a limitação das atividades do Estado, ao eliminar os organismos de apoio ao setor industrial em contrapartida ao aumento do setor privado, liberalização do mercado de capitais, desregulamentado as taxas de juros e eliminando os créditos diretos e subsídios que o Estado fornecia aos agentes privados. A promulgação do Decreto com Força de Lei (DFL) 600, o qual tinha como tema o Estatuto de investimento estrangeiro, outorgava uma série de garantias aos novos capitais estrangeiros. A revogação do imposto por fortuna e sobre lucros, e a substituição do imposto sobre vendas pelo IVA (imposto sobre o valor acrescentado). Redução de 17% para 10% dos impostos da categoria que tributa o lucro das empresas, manutenção do imposto único de 2ª categoria (tributar salários, vencimentos, pensões) a mesma medida que reduzia a 7% os impostos que recaiam sobre profissionais e diretores de sociedades anônimas (GARCÍA, 1985).

Através de tais medidas, o regime mantinha um discurso de alcançar maior capitalização, modernização da manufatura, intensificação da industrialização graças a generalização de excedentes que permitiram adotar as novas formas de organização, eficiência e tecnologia. A partir de 1975, inicia o chamado “Plano de Recuperação Econômica”, o qual se caracterizava por um aprofundamento acelerado dos planos que estavam em vigência anteriormente que tinham como foco: deter a queda do PIB, eliminação do déficit fiscal e desequilíbrio da balança de pagamentos, a redução da taxa de desemprego e o recrudescimento da inflação (GARCÍA, 1985).

O Plano era também uma tentativa de implementação de uma política de longo prazo da abertura indiscriminada para o exterior, desprezando artesãos, trabalhadores, pequenos e médios empresários e todo grupo social que não participasse ou não tivesse influência para operar as atividades comerciais, financeiras e de exportação. Em comparação com a política do período anterior em relação ao setor manufatureiro, se mantiveram as mesmas medidas, a grande alteração foi a continuidade expressiva da transferência de empresas estatais. Somado a isso, os investimentos em programas públicos de habitação, obras públicas, infraestrutura e de empresas estatais é reduzido drasticamente, conjuntura que têm repercussões imediatas sobre o lado da demanda e as possibilidades de recuperação da manufatura (GARCÍA, 1985).

Os efeitos recessivos, a deterioração das remunerações, alto desemprego, falência de empresas, o deslocamento definitivo da manufatura enquanto setor central na estratégia de desenvolvimento nacional em detrimento da ascensão setores primário-exportadores e indústrias processadoras de recursos naturais e tradicionais como (cobre, molibdênio³⁴, ferro, salitre, iodo, papel, celulose, papel, farinha de pescado, madeiras, azeites, graxas industriais, petróleo e derivados, acompanhada de um ampliação da exportação de frutas e pescados (GARCÍA, 1985).

A partir de 1976, o DFL 600 é alterado para DFL 1748, promovendo garantias especiais ao capital estrangeiro, são intensificadas as reduções tarifárias e o Chile se retira do Pacto Andino. Esta saída afeta ainda mais o setor manufatureiro, à medida que perde uma série de acordos, e possibilidades de integração. Ademais, o setor é influenciado pelas reduções tarifárias (GARCÍA, 1985). Em números, o resultado desse arcabouço de políticas neoliberais significou um crescimento negativo no setor manufatureiro entre os anos 1974 a 1983, assim como a redução da sua participação no PGB em mais de 7 pontos percentuais entre 1973 e 1984. Outro indicador importante foi a diminuição em 30% do Valor Bruto Agregado Industrial (VBAI) no ano de 1975. A queda na produção cai em 21% comparando o ano de 1982 com 1981.

Entre os anos de 1979 e 1981, realiza-se o apogeu do modelo de entrada ampla de capitais, a constituição política de 1980 é promulgada, e se iniciam reformas administrativas e institucionais, como a privatização do sistema previdenciário, as transferências da educação primária, secundária e técnico-profissional aos municípios e ao setor privado. Apesar da propaganda oficial disseminar a operação de um milagre econômico, havia 575 mil pessoas desempregadas, a inflação mais alta que a média histórica das décadas de 1940, 1950 e 1960, um superávit fictício da balança de pagamentos e o aumento de trabalhadores independentes em ocupações de baixíssima renda, a deterioração e a maior desigualdade na distribuição de renda (GARCÍA, 1985).

Em junho de 1981, o desemprego atinge um patamar de 20%, ou seja, 800 mil pessoas desempregadas, combinada a desaceleração do ritmo de crescimento, redução da taxa de investimento, déficit na balança de pagamentos, aumento da taxa de juros, falência de milhares de empresas, restrição do crédito externo. A conjuntura político-econômica tensiona

³⁴ o molibdênio é utilizado para diversos fins industriais, entre eles a produção de ligas metálicas, como o aço.

o setor manufatureiro a perda da efetividade frente à competência proveniente do exterior, aumento dos custos de produção em razão do aumento das taxas de juros reais e a escassez de crédito; a falência de médias e grandes empresas como a CRAV, YARUR, Fanaloza, IRT; a baixa dos níveis de produção e venda (GARCÍA, 1985).

O cenário catastrófico fez com que o Estado executasse diversas intervenções, no setor manufatureiro, ocorrem quatro medidas importantes: o desenho de um sistema de desvalorização constante do peso de acordo com a inflação interna e a sua relação com a cesta de divisas, repartição de 30% das dívidas das empresas produtivas, a subida das tarifas a 20%; implementação da possibilidade pequenos e médios industriais de aumentar seu nível de endividamento ainda que não tivessem bens para garantia (GARCÍA, 1985).

Em 1984, começa a ser delineado um Plano Trienal de Desenvolvimento, o qual buscava recuperar os níveis econômicos no que concerne à produção, emprego, renda e comércio, dentre seus estímulos, o plano incluía uma política de câmbio real alto, aumento das tarifas para 35%, manutenção dos programas de promoção às exportações, reprivatização de bancos e indústrias, continuação do subsídio estatal ao apoio no pagamento das dívidas contraídas pelo setor privado, política estatal de créditos subsidiados a setores produtivos e a continuação de políticas monetaristas (GARCÍA, 1985).

O setor agrícola desempenhou papel fundamental dentro do modelo político econômico da Junta, já que a burguesia rural constituía uma base importante do apoio político à ditadura. O movimento campestino, por sua vez, que se desenvolveu rapidamente durante os governos do partido da democracia cristã e da Unidade Popular foi repentinamente reprimido e desarticulado com o golpe militar. Líderes do movimento campestino marxistas foram assassinados, muitos perseguidos e presos. Além disso, todos os conselhos campestinos, criados durante o governo da unidade popular, foram fechados como parte da campanha política militar. Os sindicatos rurais foram reduzidos, por um lado, porque os partidos de esquerda (os quais conformavam alianças políticas) foram declarados como ilegais. Os líderes dos sindicatos foram retirados dos cargos, assim como o financiamento estatal e, além disso foram impostas restrições como: a negação ao direito de folga, direito de eleger democraticamente seus líderes, proibição de apresentar manifestos ou petições pelo aumento do salário ou de outros tipos referentes à direitos trabalhistas (KAY, 1981).

Os sindicatos tinham que pedir permissão à Junta Militar para realizar reuniões e em toda reunião tinha a presença de um militar e um representante das forças de segurança para acompanhamento das discussões e certificar que só seria discutido o que era permitido pela Junta. Os fundos sindicais foram reduzidos, tanto por parte do empregador, como dos membros dos sindicatos. Uma organização que prestou apoio político e financeiro ao movimento campesino foi a Igreja Católica (KAY, 1981).

Entre as medidas da contrarreforma agrária, uma parte devolvia as terras expropriadas aos proprietários anteriores e o restante da terra foi subdividida e vendida gradualmente, surge como iniciativa combinada ao modelo de privatização implementado após 1970. Sendo assim, as cooperativas de produtores foram gradualmente eliminadas e substituídas por latifúndios e a retomada do desenvolvimento de uma economia de mercado da terra. Os resultados dessa contra reforma foram a reconcentração de terras e a desmobilização da população campesina. A CORA (Corporação de Reforma Agrária) revisou 5213 de 5809 propriedades expropriadas durante os governos anteriores (KAY, 1981).

Além disso, as instituições estatais que trabalhavam dando assistência para os pequenos produtores rurais foram sucateadas pelo corte do quadro de funcionários e a diminuição de verbas. O sistema de financiamento antes do golpe militar era concentrado na CORFO (Cooperação de Fomento Estatal) e no Banco do Estado do Chile - BECH, os quais forneciam linhas de financiamento com as taxas de juros inferiores àquelas praticadas no mercado. Com a ditadura militar, além de cortar as linhas de crédito, as taxas de juros subiram de maneira estratosférica. Dessa forma, os campesinos perderam acesso a linhas de financiamento, à infraestrutura, ao maquinário vinculados às cooperativas (KAY, 1981).

As contribuições de Kay (1981) nos revelam como a questão agrária no Chile foi central para o movimento violento de reconcentração de capital ocorrido pelo golpe militar de Pinochet. Traspadini (2018) bem aponta que a questão agrária demarca a centralidade do processo histórico atravessado por disputas, contradições, dominação da terra, vida, ser social e da sociabilidade. Como também demarca as relações sociais de poder-contrapoder e a estruturação de normas políticas-jurídicas-morais a partir da perspectiva dominante e o exercício concreto de poder, ou seja, estabelece a condicionalidade da liberdade desconectada da posse, uso.

A repressão aos movimentos camponeses revela esse processo histórico atravessado por violências e demarca também as relações sociais de poder, até aqui mostra também a dominação do aparato estatal por parte das elites no domínio das populações camponesas e assalariadas para comprimir os seus direitos básicos. De maneira geral, esse processo estabelece marcos no que se refere ao desenvolvimento do processo de acumulação de capital, tendo a América Latina e seus estados dependentes como atores centrais para apropriação de riquezas e transferência de valor para os núcleos orgânicos de poder.

2.3.3 - Saúde

Com relação ao sistema de saúde, a instituição do SNS, criado em 1952, foi um marco muito importante na história do país, através de um modelo de administração estatal e centralizada, foi responsável por expandir a cobertura das atenções médicas, inaugurar uma lógica de planejamento sanitário, estabilização da priorização da saúde materno-infantil e a implantação de uma rede pública que atendia as populações rurais (CORTÉS; COELHO; SANABRIA, 2020).

A cobertura do SNS atingia 65% da população, tinha como fonte de recursos, tinha como fonte dos seus recursos, aportes estatais, contribuições dos trabalhadores e de instituições privadas, atuava na saúde básica (preventiva) e curativa. Em 1968 também foi criado o Serviço Médico Nacional de Empregados (Sermena), o qual cobria cerca de 20% da população, de caráter institucional misto, tinha como missão oferecer serviços privados de saúde aos empregados, por isso tinha como fonte de recursos a previdência social e o pagamento direto dos usuários finais (SOUSA; PAZ; MENESES, 2016).

Entre os anos de 1960 e 1973 ocorreu um processo de democratização da saúde através da materialização de políticas desenvolvidas ao redor do SNS, no entanto, com o golpe militar, ocorreu uma redução violenta do gasto social sobre o sistema de saúde. Entre algumas análises divulgadas, estima-se que entre 1974 e 1987, a média de gastos sociais por pessoa foi 71% do observado em 1970. Além disso, observou-se uma redução expressiva do orçamento público para o setor de saúde combinada com uma reestruturação administrativa e o processo de universalização do SNS foi interrompido (CORTÉS; COELHO; SANABRIA, 2020).

Dentre os aspectos dessa reestruturação administrativa, tem-se o Decreto Lei nº 2.763 como símbolo, uma vez que através dele as atribuições do Ministério da Saúde foram limitadas à fiscalização. A execução da atenção à saúde foi submetida à administração do SNSS (Sistema Nacional de Serviços de Saúde), órgão constituído em 1973, o qual fornecia serviços de forma descentralizada para atores autônomos, nesse sentido, um dos resultados dessa alteração foi a municipalização da atenção primária de saúde, entendida aqui como o nível que abrange a promoção e a proteção de saúde, sendo a principal porta de entrada ao sistema (CORTÉS; COELHO; SANABRIA, 2020).

A substituição do SNS pelo SNSS não significou apenas de uma mudança de nomenclatura, mas da própria concepção no papel das instituições em relação a sua integralidade, programação, financiamento, acesso dos usuários, progressão de carreira de funcionários e principalmente quanto a sua responsabilidade com a população (SOUSA; PAZ; MENESES, 2016).

Em paralelo, ocorreu também a criação do FONASA (Fundo Nacional de Saúde), agência responsável por administrar os recursos públicos ligados ao setor, cuja missão objetivava arrecadar as contribuições dos filiados de seguro público. Adicionalmente foram criados vários órgãos auxiliares. A criação do FONASA foi realizada no âmbito de um esforço de divisão do antigo SNS porque combina a iniciativa com o nascimento também do Isapres (Instituciones de Salud Previsional) em 1981 (CORTÉS; COELHO; SANABRIA, 2020).

A contrarreforma experimentada pelo sistema de saúde teve uma série de efeitos negativos para a cobertura e acesso à saúde, sobretudo pela assimetria de recursos injetados no setor privado em detrimento do financiamento do público, o qual passou a ofertar serviços precários de baixa qualidade, destinados a cobrir minimamente os usuários que não conseguiam acessar o sistema privado. Além disso, não havia órgão fiscalizador do Isapres, na prática, as empresas expandiram os custos dos serviços de forma arbitrária, os pacientes de alto risco foram excluídos, como também aqueles que precisavam de cuidados de maiores custos como gestantes, idosos, doentes crônicos. Outro fator derivado da contrarreforma foi o aumento da contribuição, de 4% para 7% dos salários, enquanto os empregadores eram obrigados a passar uma quota de apenas 2% para financiar a cobertura de trabalhadores de baixa remuneração (SOUSA; PAZ; MENESES, 2016).

Com a posse de Patricio Alwyn, o cenário político começa a se alterar, no entanto a influência política de Pinochet era forte, porque continuou como comandante do exército chileno até o ano de 1998 e posteriormente assumiu o cargo de senador vitalício. O presidente intensificou o processo de descentralização, foi instituído o mecanismo de pagamento per capita para usuários inscritos nos centros de atenção primária. Além disso, houve a implementação do Estatuto da Atenção Primária, cujo objetivo era normatizar a administração, o financiamento e a coordenação da atenção primária à Saúde (APS). Também a ISAPRE passou a ter uma superintendência em 1990 para ser regulada, no entanto, em termos gerais, a saúde não foi uma pauta central no governo de Patricio, em razão do foco na estabilidade política e econômica (OLIVEIRA et al., 2020).

Durante o governo Ricardo Lagos, as pautas políticas tinham como foco a estabilidade macroeconômica, disciplina fiscal e a busca pelo crescimento e a coalizão com partidos do centro. Apesar de ter como propósito a reforma da saúde como um direito protegido pelo Estado, não foi levado adiante. Dentre os objetivos do Ministério da Saúde no ano de 2000, a prioridade era estabelecer os objetivos sanitários para a década de 2000 a 2010, na qual foram definidas quatro metas para melhoria dos indicadores sanitários e serviços prestados, enfrentamento aos desafios referentes ao envelhecimento da população e diminuição das desigualdades em saúde. Ademais, também foi criada uma comissão interministerial para elaboração de uma proposta de reforma da saúde (OLIVEIRA et al., 2020).

De modo resumido, o governo Lagos tinha como proposta a reforma integral da Saúde, criação do fundo solidário com recursos do Estado e da população, revigoramento da regulação e fiscalização dos prestadores privados do Isapre, melhoria em termos de acesso, oportunidade e qualidade níveis de atenção, execução da modernização do sistema público de saúde, eliminação dos tempos de espera nos consultórios públicos. No entanto, as estratégias adotadas foram: aumento contínuo das transferências fiscais, estabelecimento dos objetivos sanitários, instituição do Modelo de Atenção Integral de saúde Familiar e Comunitária na atenção primária, promoção da reforma incremental do sistema AUGES/GES e a construção do Fundo de Compensação Solidário entre as Isapres (OLIVEIRA et al., 2020).

Durante o governo Bachelet (2006-2010), por sua vez, as ações sociais de saúde da família foram fortalecidas, assumidas como políticas de Estado, com destaque para o programa Chile Cresce Contigo, o qual era destinado à primeira infância. De modo geral, as políticas davam continuidade ao governo anterior, com ênfase na APS, qualificado como fator

estruturante de atenção pública. Como também houve a ampliação dos Centros Comunitários de Saúde Familiar e o protagonismo do sistema GES também foi mantido, expresso pela expansão das patologias e procedimentos cobertos. Contudo, com a saída de diversos membros do Partido Socialista, o governo de Bachelet enfrentou instabilidades políticas e críticas, ampliando as bases para a eleição de Piñera e a Coalização pela Mudança, grupo ao qual o próximo presidente pertencia.

O governo Piñera (2010-2014) promove a suspensão da contribuição obrigatória para pensionistas beneficiários do Programa *Pension Basica Solidaria*, redução de 7% para 5% da contribuição de pensionistas por motivos de invalidez, idade, acidentes do trabalho e doenças ocasionadas por trabalho, foi criada a Agência Nacional de Medicamentos, aumento no investimento na infraestrutura de consultórios e hospitais, fundação de hospitais autogestionados, regulamentação da Lei de Direitos e Deveres em Saúde nos termos da Lei nº 20.584/2012, implantação da Lei antitabaco (Lei nº 20.660/2013), início do tratamento de fertilização de baixa complexidade pelo Fonasa e aumento da cobertura de patologias (de 50 em 2010 para 80 em 2013) (OLIVEIRA et al., 2020).

Com relação ao segundo governo Bachellet (2014-2018), foi instituída a Lei nº 20.850/2015, a qual garantia o tratamento universal de alto custo (Lei Ricarte Soto), a lei nº 21.030/2017 que determinava a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez em casos específicos, lançamento do Plano Nacional de Investimentos Públicos de Saúde, cujo financiamento permitiu a ampliação da construção de hospitais, fortalecimento da Atenção Primária através da construção de novos centros comunitários de Saúde familiar (CECOSF) e Centros de Saúde Familiar (CESFAM) e de Serviços de Atenção Primária de Urgência e Alta Resolução (SAR), a implantação do Programa Mas Sonrisa para Chile (OLIVEIRA et al., 2020).

De modo geral, a análise das trajetórias das políticas de saúde no Chile revela a configuração de três principais condicionantes: estruturais, institucionais e políticas, as quais se baseiam nas heranças trazidas pela ditadura da relação entre mercado e Estado. A estruturação de um sistema dual com protagonismo da participação privada logrou sólida institucionalidade e foi objeto de mobilização de interesses entre todos os governos subsequentes à ditadura de Pinochet. Dessa forma, tanto as contribuições obrigatórias para o setor privado como o sistema de livre eleição começaram a compor a raiz da institucionalidade do sistema político chileno, de tal forma que foi responsável por gerar

obstáculos à implementação de reformas estruturais no sistema de saúde. Além do mais, o processamento de reformas incrementais, como foi o caso do GES, gerou uma nova segmentação no sistema, à medida que agravou a assimetria de acesso e tempos de espera entre pessoas beneficiárias do GES e aquelas que não tinham esta cobertura. Cabe ressaltar que o financiamento do GES se baseava em um sistema de imposto regressivo e a demanda por prestação de serviços tem sido insuficientemente atendida (OLIVEIRA et al., 2020).

Em termos políticos, as propostas de reforma do setor de saúde se mantiveram na agenda de dois governos consecutivos. No entanto, a proposta de Piñera, focada no setor privado, prosseguiu estacionada no parlamento. A proposta de Bachelet, em seu segundo governo, de natureza mais radical, nem chegou a ser debatida no legislativo, frente às resistências políticas e a coexistência de outras reformas conflitivas, como a da educação (OLIVEIRA et al., 2020). Por outro lado, o caráter pluralista e heterogêneo dos partidos de centro-esquerda que constituíam o *Concertación* gerou uma diversidade de obstáculos aos governos de Bachelet, limitada a um governo reformista.

2.3.4 - Sistema de pensões

Com a introdução da acumulação flexível, os fundos de pensão ganham espaço, à medida que transformam a poupança dos assalariados para aposentadoria em ativos e o principal laboratório dessa política foi o Chile (CHESNAIS, 2005). No bojo das reformas neoliberais, em 1981, foi implementado um novo regime de previdência social, derivado da capitalização individual; nessa lógica, cada afiliado é responsável pelo financiamento da sua própria pensão através de cotizações individuais, obrigatórias e voluntárias, as quais são direcionadas para um fundo gerenciado pelas Administradoras de Fundo de Pensões (AFPs). As AFPs, por sua vez, dispõem de liberdade para investir tais recursos no mercado financeiro, dessa forma, o rendimento da conta individual é a pensão do aposentado (OLIVEIRA; MACHADO; HEIN, 2019).

O país foi o primeiro a impor o regime de repartição solidária para a capitalização individual, em que a contribuição é pré-fixada, mas o benefício depende das flutuações do mercado, elemento que destitui o caráter social do serviço de seguridade (DILIGENTI; ARAUJO, 2019). A previdência social foi a primeira medida de proteção social no Chile; ao longo do século XX foram criadas diversas caixas previdenciárias e semi-públicas, com o

objetivo de atender setores com maior poder de pressão. Antes da reforma de 1981, a organização do sistema previdenciário era executada de forma segmentada distribuída conforme os grupos ocupacionais, por isso, diversos governos tentaram reformá-lo, mas todas as tentativas foram fracassadas pela força dos grupos de oposição.

No entanto, com a ditadura militar, a previdência passou por uma contrarreforma, orientada pela privatização do tipo substitutiva, em que a partir da sua vigência, não seria mais possível a entrada de novos usuários por meio do sistema público, apenas pelo privado. Como justificativa para tal medida, de caráter radicalmente neoliberal, a narrativa construída era de que a previdência se encontrava em déficit por ser mal administrada e dispor de poucos benefícios (SOUSA; PAZ; MENESES, 2016).

Nessa dinâmica, no ano de 1980 o modelo público é desmontado, a administração antes realizada pelo Instituto de Normalização Previsional (INP) é substituída por sociedades anônimas de direito privado, denominadas como Administradoras de Fundo de Pensões (AFPs). As contribuições individuais passam a ser exclusivas da classe trabalhadores registrados, pois empregadores e autônomos não são legalmente obrigados a contribuir. As administradoras dispõem de liberdade para investir os recursos segurados em diversas atividades financeiras para auferir lucros, sendo o cálculo final da aposentadoria mensurado sobre o montante acumulado, a expectativa de vida e o rendimento das ações ou títulos. Um fator importante é que a contribuição mensal de 10% tinha em seu valor final um desconto da taxa de administração das AFPs (SOUSA; PAZ; MENESES, 2016).

Através de uma separação entre benefícios oriundos de seguros e os de assistência social, o regime ditatorial se baseou em uma atuação segmentada: as Pensões Mínimas Garantidas pelo Estado (PMGE) era um sistema destinado a segurados que não atingiam o tempo mínimo necessário de 20 anos ou o saldo; o Programa de Pensões Assistenciais (PASIS) proposto para a parte da população que conseguisse comprovar a incapacidade de executar as necessidades básicas para reprodução da vida, que não era contributivo; por fim, o sistema de contribuições voluntárias (SOUSA; PAZ; MENESES, 2016).

Um elemento importante dessa reestruturação é que, se as AFPs não conseguissem alcançar sua rentabilidade mínima de 50% de retorno médio, o Estado era responsável por arcar com o que faltasse a fim de garantir a liquidez e a blindagem financeira, outro fator de apropriação do fundo público em favor do lucro. As forças armadas e a polícia também foram

isentas da reestruturação agressiva. Ao contrário do que se tinha como expectativa, houve um aumento do déficit previdenciário nos anos seguintes e uma concentração no mercado das AFPs, uma redução expressiva no número de segurados e a redução do número de administradoras (SOUSA; PAZ; MENESES, 2016).

Após a redemocratização, assim como em outros países do Cone Sul, houve uma transição para um modelo de novo-desenvolvimentismo ou social-liberalismo³⁵, sendo assim, os governos democráticos que assumiram pós-ditadura tentavam conciliar crescimento econômico com desenvolvimento social, conforme orientações da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a tentativa era de ampliar os gastos sociais sem comprometer a estabilidade econômica (SOUSA; PAZ; MENESES, 2016).

De maneira estrutural, essa atuação não provocou alterações substanciais. Ao tomarmos a previdência como exemplo, ocorreram reformas no sistema durante o governo de Michelle Bachelet, em 2008, com o objetivo de ampliar a cobertura previdencial e incrementar a densidade de cotas para diminuir a pressão fiscal; a superintendência de AFPs foi substituída pela Superintendência de Pensões (o que alterou foi a fiscalização das AFPs); o INP foi também realocado para a criação do Instituto de Previdência Social, foi criada a Comissão de Usuários, cuja representação obrigatória exigia um membro trabalhador, aposentado, membro do IPS, AFP e um acadêmico). Em relação a tentativa de aumento da cobertura, foram criados três programas: a Pensão Básica Solidária (PBS), destinada a pessoas em situação de vulnerabilidade social, maiores de 65 anos; a Contribuição Previdencial Solidária (APS), a qual funcionava como complementação à aposentadoria contributiva oferecida pelo Estado; o Bônus por Filho em que todas as mães, independente da condição socioeconômica, recebiam um valor por cada filho nascido vivo, depositada no dia do nascimento da criança, no valor de 10% de 18 salários mínimos (SOUSA; PAZ; MENESES, 2016).

Para além dos critérios normais, a APS e a PBS também são consentidas em casos de invalidez, como também foi criado o Subsídio Previdencial para os Trabalhadores Jovens, como incentivo a contratação de jovens entre dezoito e vinte e cinco anos, em que o Estado

³⁵ De acordo com Castelo (2010), o social liberalismo surge como proposta de revitalização do neoliberalismo através do emprego de uma agenda política de alívio das questões sociais mais agudas, que ganham contornos materiais via políticas sociais assistenciais, sobretudo de transferências de renda e programas de economia solidária.

arca com 50% das despesas previdenciárias por um período de dois anos. Por último, o Bônus de Inverno aos idosos que recebem pensões baixas (SOUSA; PAZ; MENESES, 2016).

Em termos gerais, o resultado do sistema de pensões implicou em perdas sociais para a população do Chile: estudo conduzido pela OCDE aponta que os chilenos e chilenas, em comparação com os demais países do grupo, se aposentam mais tardiamente e possuem uma sobrevida menor após a saída do mercado de trabalho. Além disso, em sua maioria as aposentadorias são postergadas por um ano, em média, depois que completam a idade mínima (65 anos para homens e 60 anos para mulheres), de tal modo que a média de idade da aposentadoria do país é de 66 anos, enquanto os demais países que compõe a OCDE possuem uma média de 64,3 anos³⁶.

Em plebiscito popular organizado no ano de 2017, quase um milhão de chilenos, cerca de 97% dos votantes demonstraram-se favoráveis a mudanças no sistema de pensões. No entanto, para além da tentativa de reforma estabelecida no segundo governo Bachelet, em que dos 24 especialistas que compunham a Comissão Assessora Presidencial sobre Sistema de Pensões, apenas 1 deles advogou em favor de uma reforma radical com o objetivo de estabelecer um sistema de repartição solidária, como também nos últimos anos, o sistema de pensões tem passado por um processo de desnacionalização contínua de recursos, em que o Estado cedeu lugar para grandes conglomerados financeiros como Metlife (EUA), BTG Pactual (Brasil), Principal Financial Group (EUA), Citigroup (EUA) e Grupo Sura (Colômbia).

Em que pesem as iniciativas dos governos após a redemocratização no Chile, não se logrou alterações significativas no sentido de reduzir as consequências negativas do sistema de pensões para a sociedade, de modo que a experiência chilena não só revela o fracasso do sistema capitalizado, como das iniciativas de reformas não estruturais, com a persistência da baixa cobertura de alguns grupos, desigualdades geracionais produzidas e as baixas taxas de reposição, ainda que o Estado gaste mais com a previdência do que com a Educação ou a Saúde, o que nos revela a amplitude da deterioração das políticas públicas. Em 2017, mais de 22% da população acima de 60 anos viviam em situação de pobreza multidimensional, o número de trabalhadores aposentados aumentou de 8,5% em 2008 para 14% em 2017, além do país apresentar altas taxas de suicídio na terceira idade. “Em 2016, a taxa de mortalidade

³⁶ Dados de 2016.

por suicídio para a população chilena foi de 10,2 por 100 mil habitantes; na faixa etária de 60 a 64 anos, a taxa foi de 12,0, e na de 80 anos ou mais, de 16,2”.

Em síntese, a proposta deste capítulo é apontar como o neoliberalismo, para além de um modelo econômico, também se revela como um projeto de sociedade, o qual perpassa desde a modulação subjetiva, sujeitando os indivíduos e a coletividade ao imperativo de uma racionalidade neoliberal comprometedora da vida das pessoas, e que elimina as instituições sociais, através da competição e do espraçamento da noção de—sujeito do rendimento, neosujeito, empresário de si mesmo que administra sua vida como uma empresa e enxerga os demais como inimigos ou competidores, com o que se explica de algum modo como as heranças da ditadura, perversamente intrincadas na história de chilenos e chilenas, ressoam ainda de maneira tão significativa na atualidade, sobretudo a política de consensos e de caráter reformista implementada pelos governos *Concertación* no que se refere a recuperação da perda de direitos sociais, coalizão de partidos subjugada frente a tamanha força do capital e da força política que a propriedade privada e os grandes conglomerados representam no país (pressionando a desnacionalização de serviços básicos), em uma dinâmica que contaminou partidos políticos de esquerda rumo a uma racionalidade que não consegue quebrar as amarras postas durante o período ditatorial. A sociedade chilena, ao atravessar violências e reformas sutis, têm a tessitura de sua vida integralmente deteriorada diante de um imaginário comprometido, cujo horizonte pouco aponta para um cenário de transformação, ainda que siga assim, movimentando-se nas ruas em busca de justiça social.

Seguindo essa lógica, no próximo capítulo apresentamos um breve histórico dos movimentos sociais ocorridos no Chile ao longo das últimas décadas e das tentativas de transformação da Constituição vigente, posto que interpretamos tais iniciativas como a materialização do esgotamento social provocado pelas características até aqui abordadas que constroem e sustentam o projeto neoliberal.

CAPÍTULO 3 - Constituinte como materialização do esgotamento social

3.1 Histórico da constituição de 1980

No fim da década de 1960 e início da década de 1970, Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai e Peru vivenciaram ditaduras. No Chile, os militares intervieram no governo do país em três breves interregnos, ao contrário de Brasil e Argentina, cuja história é atravessada por 150 anos de presença militar na república (AZEVEDO, 2022).

Apesar do histórico democrático do Chile, em contraposição à história dos atores do Cone Sul, a ditadura de Pinochet deixou heranças substanciais no que se refere a aspectos políticos, econômicos, sociais e de justiça social, com destaque para a própria Constituição, que não foi revogada em consonância com o processo de redemocratização que ocorria entre os anos de 1989/90. A origem da atual Constituição chilena tem início com o Decreto Supremo n. 1150 em 21 de outubro de 1980, cujo processo de estabelecimento ressaltava seu caráter antidemocrático, à medida que se destacou pela ausência de registros eleitorais e revisão de qualquer ato eleitoral. Em 1981 entrou em vigor a nova Constituição, ainda que em regime transitório, com 120 artigos, divididos em 14 capítulos e 29 disposições transitórias, a qual substituiu a Constituição de 1925 (REIS, 2023).

O modelo instaurado desde então era a “democracia protegida”, em que a soberania se ancorava nas Forças Armadas. Em 1988, ocorreu um plebiscito que modificou a dinâmica política, à medida que a população chilena votou não à continuação de Pinochet no poder por mais oito anos, como era o planejado pela Junta de Governo, cujo marco delimita o início do processo de redemocratização no país (REIS, 2023).

No ano de 1989, é iniciada a denominada “Reforma de Transição”, ao tempo em que ocorrem as primeiras alterações substanciais no texto da Constituição. Por meio de um plebiscito, partes do texto do art. 8º, que declarava inconstitucionais partidos políticos com ideologia embasada na luta de classes, foram revogadas, sendo assim, a mudança foi aprovada com 85,7% dos votos e formalizada por meio da Lei 18.825 de 17 de agosto (REIS, 2023).

Posteriormente, uma das mudanças mais relevantes foi a reforma de um Novo Tribunal Constitucional, mediada pela Lei 20.050, a qual extinguiu a figura de senadores vitalícios ou nomeados que fossem eleitos por instituições como as Forças Armadas ou pelo Supremo Tribunal. Para além disso, também foram aprovadas comissões de investigação do

executivo, houve a redução do mandato presidencial de seis para quatro anos, sem a possibilidade de reeleição consecutiva perpétua, além de avanços com relação ao equilíbrio entre forças militares e a sua subordinação ao poder civil democrático (REIS, 2023).

No entanto, as reformas promovidas na atual Constituição não foram suficientes para sanar aspectos estruturais que restringem direitos fundamentais da população chilena, sobretudo pela manutenção do caráter neoliberal e a sua restrita noção de direitos fundamentais. Desse modo, o grau de insatisfação da população com relação à carta e a própria conjuntura do país têm sido sinalizados por um processo de mobilização social que tem origem, de maneira contundente, em 30 de maio de 2006, quando ocorre o maior protesto de secundaristas da história do país até aquele momento, protagonizado por mais de 600.000 estudantes, manifestação conhecida como “Revolução dos Pinguins”. Em consonância com esse movimento, em 2011 uma nova onda de protestos protagonizada desta vez por estudantes de ensino superior, tendo como foco o sistema educacional e contra o fenômeno de privatizações, alarga as pautas sociais postas em 2006. Aglutinaram-se mais de 100 mil estudantes e professores em favor de uma educação pública, gratuita e universal (REIS, 2023).

Como reação às manifestações sociais, em 2015, dá-se início ao Processo Constituinte Aberto aos Cidadãos, cuja proposta principal era a de iniciar um processo de reforma constitucional baseada na consulta à população civil, em que qualquer pessoa com mais de 14 anos poderia participar das etapas, independente se residiam no país ou no exterior. Em curto prazo, a proposta ganhou engajamento de mais de 100 mil pessoas e foi levada adiante sob diferentes instâncias, no entanto, pela mudança de governo em 2018, o processo foi suspenso (REIS, 2023).

Já em abril de 2018, novos processos, desta vez convocados pela Confederação Nacional de Estudantes do Chile, reivindicando reformas no sistema educacional, tendo o protagonismo feminino um marco nas manifestações. No entanto, a dimensão das manifestações ganha contornos inéditos no ano de 2019, iniciado por um reajuste de 30 pesos no valor da passagem, de modo que o governo de Piñera e toda a estrutura política do país são contestados, e a maior expressão dessa contestação foi a manifestação de 25 de outubro, que

reuniu mais de 1 milhão e duzentas mil pessoas em Santiago, reivindicando uma nova Constituição, movimento conhecido como *Estallido Social* ³⁷.

O efeito desse movimento social foi o Acordo pela Paz e Nova Constituição, firmado por 11 dos 17 partidos que integravam o congresso nacional, o qual propunha um plano de participação cidadã a respeito da alteração da Constituição, sistematizado em um informe denominado Bases Cidadãs para a Nova Constituição (REIS, 2023).

Em 2020 o processo foi retomado, após suspensão por alguns meses em razão da pandemia de covid-19; ocorre então o plebiscito com participação de mais de 5 milhões de chilenos, com 78% de aprovação para elaboração de uma nova Constituição, o qual deveria ser redigido por uma Assembleia Constituinte, respeitando a regra de paridade de gênero³⁸ e a reserva de assentos para povos originários (REIS, 2023).

Os 155 representantes foram eleitos em 2021, e conformaram a primeira Convenção Constitucional na história do país, composta por 78 homens, 77 mulheres e 17 assentos para representantes de povos originários (7 representantes dos povos Mapuche, 2 dos Aymara e 1 dos Rapa Nui, Lickanantay, Quechua, Colla, Diaguita, Chango, Kawashkar e Yaghan), a presidência da Convenção era de responsabilidade da Dra. Elisa Loncón, figura importante na luta dos povos Mapuche (REIS, 2023).

No entanto, ao final do processo constituinte, o texto escrito pela Assembleia foi levado para plebiscito e não alcançou aprovação da sociedade chilena. O resultado do fracasso da Assembleia levou à reinauguração de uma nova rota pelo governo de Boric, com o estabelecimento de uma comissão, desta vez, composta por um grupo menor, de membros do corpo legislativo do aparato estatal, para redação de uma nova proposta de Constituição, também negada pela população em votação ocorrida no final de 2023. Isto posto, a seguir são expostos e avaliados os principais pontos e diferenças entre as duas propostas de Constituição e a Constituição vigente.

³⁷ Como bem afirmam Henríquez; Pleyers (2023, p.26), “o *estallido* de 2019 ficará na história social e política do país. Não porque os ideais daqueles que se reuniram nas praças foram diretamente traduzidos na política, na Constituição e na cultura chilenas, mas porque os movimentos e eventos de outubro de 2019 colocaram o Chile em movimentos. Eles abalaram a sociedade e a política chilena, e permitiram que se iniciasse um período de intensa atividade de consultas, debates e discussões sobre todas as áreas da vida coletiva encarnada pela produção chilena”.

³⁸ Apesar da Lei prever a paridade de gênero, o resultado foi que 11 mulheres tiveram que ceder cadeiras aos homens, à medida que a legislação previa que se a paridade não ocorresse de forma natural, o gênero que superasse o outro em quantidade de votos deveria ceder lugar para corrigir a disparidade (BRASIL, 2021).

3.2 Diferenças entre Constituição de 1980 e Proposta de 2022

A proposta de Constituição elaborada pela Convenção Constitucional em seu primeiro artigo reconhecia o caráter plurinacional, além da garantia da proteção dos direitos humanos e responsabilização do Estado no sentido de assegurar bens e serviços que asseguram a igualdade de direitos (ao contrário da vigente, a qual não utiliza o termo garantir, como também se limita a estabelecer no artigo 9º a punição em caso de violação).

A noção de República do novo texto se estendia à de República solidária, pelo estabelecimento de uma democracia inclusiva e paritária (elemento inexistente na C1980). Um elemento bastante relevante é o reconhecimento da relação intrínseca entre seres humanos e natureza.

A interpretação do conceito de soberania também é diferenciada: na Constituição de 1980 a soberania reside na nação e é exercida pelo povo através de plebiscitos, conforme exposto no Artigo 4º. Na proposta de Constituição de 2022, ao contrário, a soberania reside no povo que é conformado por diversas nações e é exercido de maneira direta e representativa democraticamente, conforme art. 2º.

No artigo 61, são delineados direitos sobre o aborto. Em contraste com a Constituição vigente e ao cenário conservador político da América Latina com relação a este tema, revela-se como uma introdução de significativos avanços para a saúde de pessoas que gestam, a atribuição do direito ao aborto relacionada a uma prática sem violência e discriminação são fatores que cabem ser mencionados, como mostra o trecho da carta a seguir:

- “El Estado garantiza su ejercicio sin discriminación, con enfoque de género, inclusión y pertinencia cultural; así como el acceso a la información, educación, salud, y a los servicios y prestaciones requeridos para ello, asegurando a todas las mujeres y personas con capacidad de gestar las condiciones para un embarazo, una interrupción voluntaria del embarazo, un parto y una maternidad voluntarios y protegidos. Asimismo, garantiza su ejercicio libre de violencias y de interferencias por parte de terceros, ya sean individuos o instituciones”.

Além disso, na proposta também se reconhece a coexistência de diversos povos e nações no marco da unidade do Estado; de maneira explícita, reconhece os povos por seus nomes, estabelece ainda o papel do Estado em garantir o exercício da livre determinação, que é uma noção inédita incluída na redação. Ademais, promove a ampliação do conceito de

dissidências sexuais para além do conceito biológico entre homem e mulher, e traz o conceito de Buen Vivir para a redação, além de afirmar a natureza laica do Estado, aspecto inexistente na carta de 1980.

Ao contrário da Constituição de 1925, a qual estabelecia como dever do Estado a prestação de assistência à saúde, através da criação do Sistema Nacional de Saúde (SNS) em 1952, na esteira da proposta socialista de um projeto de socialização dos serviços médico-sanitários (LABRA, 2000). A Constituição vigente no Chile (de 1980) não assegura a saúde propriamente dita, mas sim “o direito ao livre e igualitário acesso às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e a reabilitação do indivíduo” (CHILE, 1980, tradução livre). A proposta de Constituição, por sua vez, estabelece a gratuidade e universalidade da saúde.

No que se refere ao conceito de segurança, a proposta de 2022 abre brecha também para a desmilitarização da polícia, por meio da substituição da atual conformação da estrutura dos *Carabineros*, por uma instituição controlada por civis, com “ênfase cidadão e desmilitarizada”

Em relação a educação, pauta latente das manifestações sociais das últimas duas décadas, o artigo 7º tem destaque por estabelecer a responsabilidade estatal de promover educação em diferentes níveis e de maneira laica, como segue:

“La educación pública constituye el eje estratégico del Sistema Nacional de Educación; su ampliación y fortalecimiento es un deber primordial del Estado, para lo cual articulará, gestionará y financiará un Sistema de Educación Pública de carácter laico y gratuito, compuesto por establecimientos e instituciones estatales de todos los niveles y modalidades educativas.”

Além de estabelecer a gratuidade do ensino superior nas instituições públicas, conforme item 6 do artigo 37, uma das pautas mais articuladas durante as manifestações de 2019, sobretudo pelo fato de que a Constituição vigente, quando foi estabelecida, encerrava a gratuidade do ensino superior, em contraposição a política educacional instituída pelo governo socialista de Allende.

Por último, a obrigatoriedade da paridade de gênero nos poderes do Estado também foi prescrita pela Constituição de 1922; a utilização do termo igualdade de gênero contida na proposta de 2022 já é revelada como um elemento inédito, em contraposição a Constituição

vigente, que contém apenas um artigo em todo o seu texto, pelo qual explicita que homens e mulheres são iguais perante a lei.

A proposta de 2022, além de estabelecer um compromisso com a promoção à igualdade de gênero, inova em incluir as dissidências sexuais e de gênero, reconhecendo a necessidade de um trabalho para que haja representação efetiva como condição para o exercício da democracia. No artigo 6º, estabelece que todos os órgãos colegiados do Estado, incluindo os autônomos constitucionais, os superiores e diretos de administração, como também os diretórios de empresas públicas e semipúblicas devem ter composição paritária, que assegure que pelo menos 50% sejam mulheres. Para além disso, demanda a incorporação transversal do enfoque de gênero no desenho institucional, de política fiscal e de política orçamentária e no exercício das suas funções.

Em resumo, as diferenças entre a Constituição vigente e a proposta elaborada pela Convenção de 155 constituintes contém contrastes extremamente relevantes, sobretudo no que tange a mudança de papel do Estado, em assumir a responsabilidade de prestar serviços públicos gratuitos e de qualidade, com destaque para a educação. No entanto, em 4 de setembro de 2022, quando ocorreu a votação do projeto de Constituição e aprovação do texto, a população rejeitou a proposta por 62% dos votos. O resultado da votação causou uma onda de agitação novamente na população chilena e nas esferas políticas, forçando a Presidência representada por Boric a propor novos caminhos.

3.3 Diferenças entre Constituição de 1980, proposta de 2022 e proposta de 2023 (poder legislativo)

Na esteira destes acontecimentos, é criado o Conselho Constitucional, eleito em 7 de maio de 2023, por meio do anteprojeto elaborado pela *Comisión Experta*, nomeada pela Câmara de Deputados e Deputadas e o Senado. O Conselho Constitucional foi estabelecido no dia 7 de junho de 2023 e finalizou a proposta no dia 7 de novembro de 2023 (CÂMARA DE DISPUTADOS, 2023)

Sob o domínio da direita ultraconservadora radical, 51 membros integraram o Conselho Constitucional; alguns dos membros nostálgicos inclusive da ditadura de Pinochet. Os republicanos compuseram 22 assentos, a direita moderada 11 e a esquerda 16, com apenas uma representação indígena (FRANCESA, 2023).

A maioria republicana na composição do Conselho se deu através de uma eleição, marco importante desse processo é que o Partido Republicano, presidido por José Antonio Kast, sempre foi contrário à mudança constitucional e venceu o pleito com 35% dos votos. O Conselho recebeu um projeto elaborado previamente por especialistas que contém 12 princípios irrevogáveis (FRANCESA, 2023). Além disso, o partido tem narrativa historicamente marcada pela mídia por ser contrário ao aborto e promover discursos anti-imigração.

Os partidos tradicionais da esquerda chilena, como a Democracia Cristã, Partido Radical e o Partido pela Democracia, cujo protagonismo pós-Pinochet foi expressivo, ficaram fora do Conselho, não conseguindo nenhum assento. Ao contrário da Convenção Constituinte, em que os indígenas representavam 11% da Assembleia com 17 dos 155 membros, o Conselho Constitucional reservou apenas uma cadeira supranumerária para o mapuche Alihuen Antileo (FRANCESA, 2023).

No dia 17 de dezembro de 2023, a população chilena também rejeitou a segunda proposta de nova constituição com 56% dos votos contra. Alguns analistas consideraram o texto mais conservador do que o da ditadura, à medida que coloca no centro dos direitos a propriedade privada e regras rígidas sobre imigração e aborto (SOUZA, 2023).

A proposta de 2023 contém uma noção de família que não reconhece a amplitude de possibilidades da heterogeneidade. A respeito da educação, não versa sobre gratuidade e

laicidade. Em relação à saúde, ao contrário da proposta de 2022, não caracteriza a saúde como universal, nem os princípios sob os quais deve ter sua operação sedimentada, como o faz a Assembleia de constituintes. Não faz menção ao direito ao aborto, a noção de Estado plurinacional, a igualdade de gênero ou ao reconhecimento do trabalho doméstico, e ainda introduz uma noção reformista de acesso ao sistema previdenciário.

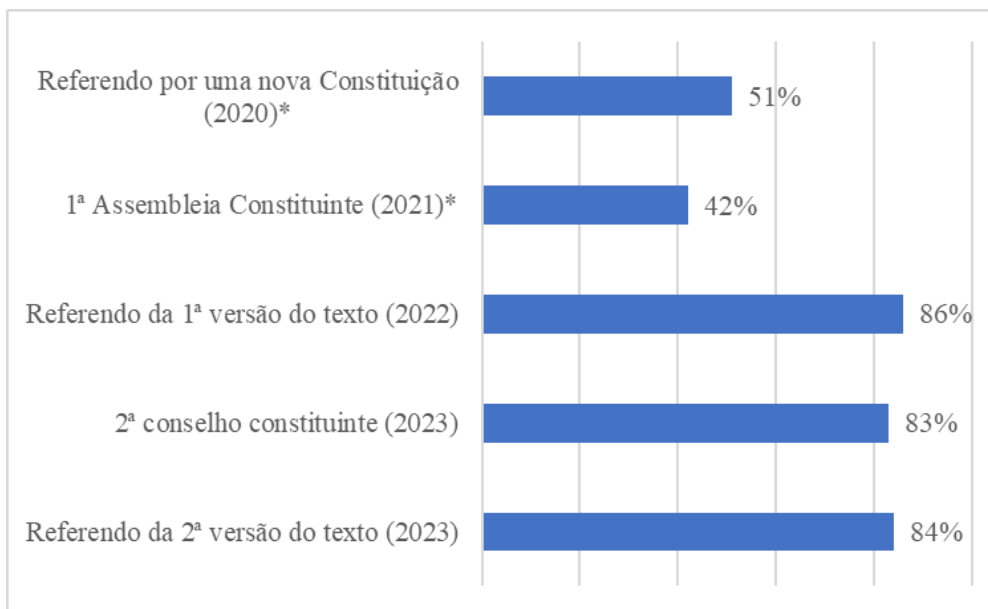
Nesse caminho, na próxima seção são sintetizados os elementos de continuidade e de transgressão entre a Constituição de 1980, a proposta de 2022 e a proposta de 2023, com o objetivo de analisar a racionalidade e a formatação da reivindicação de direitos em diferentes conjunturas políticas. De maneira antecipada, a hipótese prévia é a de que o rompimento da noção de público estabelecido pelas reformas estruturais durante a ditadura, consideradas no capítulo anterior, provocou não só uma obstrução da sociedade em dispor de dignidade na reprodução da vida, como também rompeu com um imaginário coletivo que pudesse reaver direitos básicos.

3.4 Síntese entre as propostas

As demandas presentes na proposta de Constituição de 2022, em contraposição à Constituição vigente (1980), refletem, sobretudo, a trajetória de pautas exibidas nas manifestações sociais das duas últimas décadas, com destaque para a garantia de direitos sociais básicos (saúde, educação, terra, identidade); no entanto, não se materializaram, em razão dos avanços e retrocessos políticos que tumultuam a arena política do país, com destaque para a contraposição ideológica que representa a conformação da Constituinte de 155 membros e a cúpula de legisladores, com 24 membros.

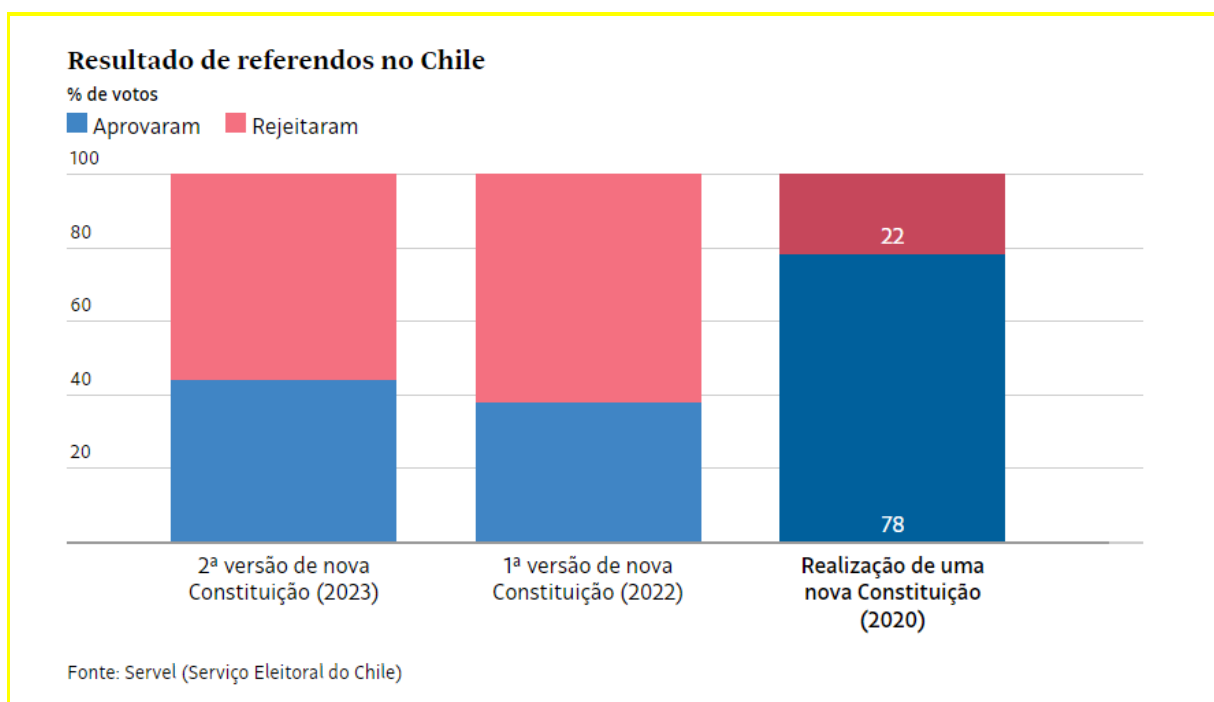
Em termos gerais, o engajamento político por parte da população começou mais baixo, com cerca de 55% dos eleitores participando do referendo em 2020, teve uma queda na primeira Assembleia, com a diminuição em 12 pontos percentuais, mas alcançou 86% no referendo da primeira proposta de Constituição, conforme ilustra o Gráfico 4.

GRÁFICO 4: Chile - Participação de eleitores por processo



Fonte: Folha de São Paulo

GRÁFICO 5: Resultado de referendos no Chile



A seguir, trazemos no Quadro 2 um breve resumo comparativo sobre os principais pontos dos três textos:

QUADRO 2: Chile – Resumo comparativo entre Constituição vigente e propostas constitucionais

Tópico	Constituição vigente (1980)	Proposta Constitucional (2022)	Proposta Constitucional (2023)
Família	“A família é o núcleo fundamental da sociedade”	“O Estado reconhece e protege as famílias em suas diversas formas, expressões e modos de vida, sem restringir vínculos exclusivamente filiativos ou consanguíneos, e garante uma vida digna”	“A família é um núcleo fundamental da sociedade. É dever do Estado e da sociedade dar proteção para as famílias e promover seu fortalecimento”
Educação	“A liberdade de educação inclui o direito de abrir, organizar e manter estabelecimentos educacionais. A liberdade de educação não tem outras limitações do que aquelas impostas pela moral, bons costumes, a ordem pública e a segurança nacional. A educação oficialmente reconhecida não poderá ser orientada para a propagação de qualquer tendência política partidária. Os pais têm o direito de escolher o estabelecimento de ensino para seus filhos. Uma lei orgânica constitucional estabelecerá os requisitos mínimos que devem ser exigidos em cada um dos níveis da educação básica e média e indicará as normas objetivas, de aplicação geral, que permitem ao Estado garantir o seu cumprimento. A referida lei, da mesma forma, estabelece os requisitos para o reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis.”	“A educação pública constitui o eixo estratégico do Sistema Nacional de Educação; A sua ampliação e fortalecimento é um dever primordial do Estado, para o qual articulará, gestionará e financiará um Sistema de Educação Pública de caráter laico e gratuito, composto por estabelecimentos e instituições estatais de todos os níveis e modalidades educativas.”	“O Estado proporcionará uma educação pública, pluralista e de qualidade, através de estabelecimentos próprios em todos os níveis. O Estado garantirá o financiamento dos seus estabelecimentos de ensino infantil, básico e secundário. Em qualquer caso, a lei poderá conceder financiamento às suas instituições de ensino superior.”
Saúde	O Estado protege o acesso gratuito e igualitário às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e reabilitação do indivíduo. Será também responsável pela coordenação e controle das ações relacionadas com a saúde. É dever preferencial do Estado garantir a execução das ações de saúde, sejam elas prestadas por meio de instituições públicas ou privadas, na forma e nas condições determinadas por lei, que poderá estabelecer	“O Sistema Nacional de Saúde é de caráter universal, público e integrado. Regido pelos princípios de equidade, solidariedade, interculturalidade, relevância territorial, descentralização, eficácia, qualidade, oportunidade, enfoque de gênero, progresso e não-discriminação. Da mesma forma, reconhece, protege e integra as práticas e conhecimentos dos povos e nações indígenas, bem como daqueles que os transmitem, de acordo com esta Constituição e a	“É dever, preferencialmente, do Estado garantir a execução das ações de saúde, através das instituições estatais e privadas, na forma e condições que determinam a lei, que poderão estabelecer contribuições obrigatórias. Cada pessoa terá o direito de escolher o sistema de saúde do qual deseja se beneficiar, seja estatal ou privado. A lei estabelecerá um plano de saúde universal, sem discriminação por idade,

Tópico	Constituição vigente (1980)	Proposta Constitucional (2022)	Proposta Constitucional (2023)
	contribuições obrigatórias “cada indivíduo terá o direito de escolher o sistema de saúde que desejar utilizar/beneficiar, seja estatal ou privada”.	lei.”	sexo ou pré-existência médica, o qual será oferecido por instituições estatais e privadas”.
Aborto Voluntário	sem menção	“O Estado garante o seu exercício sem discriminação, com enfoque de gênero, inclusão e pertinência cultural; Assim como o acesso à informação, educação, saúde, e aos serviços requeridos por estes, assegurando a todas as mulheres e pessoas com capacidade de gestar, uma interrupção voluntária da gravidez, um parto e uma maternidade voluntários e protegidos. Da mesma forma, garantirá o seu exercício livre de violências e de interferências por parte de terceiros, sejam indivíduos ou instituições.”	sem menção
Previdência	A ação do estado estará dirigida a garantir o acesso de todos os habitantes ao gozo de prestações básicas uniformes, seja por outorga através de instituições públicas ou privadas. A lei poderá estabelecer contribuições obrigatórias. O Estado super vigiará o exercício adequado do direito à seguridade social.	“Toda pessoa tem o direito à seguridade social, fundada nos princípios da universalidade, solidariedade, integralidade, unidade, igualdade, suficiência, participação, sustentabilidade e oportunidade. A lei estabelecerá um sistema de seguridade social público que outorgue proteção em caso de enfermidade, comorbidades por idade avançada, incapacidade, maternidade, paternidade, desemprego, acidentes de trabalho, doenças do trabalho, e demais contingências sociais de falta ou redução de meios de subsistência ou capacidade para o trabalho. Em particular, garantirá a cobertura de prestações para quem realiza trabalho doméstico e de cuidados. (...) “O Estado define a política de segurança social. Esta será financiada pelos trabalhadores, homens e mulheres, através de contribuições obrigatórias de rendimento geral da nação. Os recursos com os quais se financia a seguridade social não poderão ser utilizados para outros fins que não o pagamento dos benefícios estabelecidos pelo sistema.”	“O Estado garantirá o acesso a prestações básicas e uniformes, estabelecidos na lei, sejam concebidos através de instituições públicas ou privadas, protegendo as pessoas das contingências da terceira idade, invalidez, morte, doença, gravidez, maternidade, paternidade, desemprego, acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, sem prejuízo do estabelecimento de outras contingências ou circunstâncias estabelecidas na lei. A lei poderá estabelecer contribuições obrigatórias. (...) “Cada pessoa será titular das suas contribuições para a pensão de velhice e das poupanças por elas geradas e terá o direito de escolher livremente a instituição, estatal ou privada, que as gere e investe. Em nenhum caso poderão ser expropriados ou apropriados pelo Estado através de qualquer mecanismo.”
Estado Plurinacional	sem menção	“Chile é um Estado social e democrático de direito. É plurinacional, intercultural, regional e ecológico”.	sem menção

Tópico	Constituição vigente (1980)	Proposta Constitucional (2022)	Proposta Constitucional (2023)
Igualdade de gênero	sem menção	“O Estado assegura a igualdade de gênero para as mulheres, meninas, diversidades e dissidências sexuais e de gênero, tanto em âmbito público, como privado”	sem menção
Conceito de Soberania	“A soberania reside essencialmente na Nação. O seu exercício é realizado pelo povo através de plebiscitos e eleições periódicas e, também, pelas autoridades estabelecidas por esta Constituição. Nenhum setor da população nem qualquer indivíduo pode assumir a responsabilidade pelo seu exercício.”	“A soberania reside no povo do Chile, composto por várias nações. É exercido democraticamente, de forma direta e representativa, reconhecendo os direitos humanos enquanto limite, como atributo que deriva da dignidade humana”.	“O Chile adota para seu governo uma república democrática, com separação de poderes e regime presidencialista. A soberania reside no povo do Chile, nação única e indivisível, e é exercida por ele através de eleições periódicas, plebiscitos e mecanismos de participação e, também, pelas autoridades estabelecidas por esta Constituição. Nenhum setor do povo, pessoa, instituição ou grupo pode assumir a responsabilidade pelo seu exercício.”
Trabalho Doméstico	sem menção	“O Estado reconhece que o trabalho doméstico e de cuidado são trabalhos socialmente necessários e indispensáveis para a sustentabilidade da vida e o desenvolvimento da sociedade. “Constituem uma atividade econômica que contribui para as contas nacionais e deve ser considerada na formulação e execução de políticas públicas.”	sem menção

FONTE: Elaborado pela autora, em tradução livre, a partir dos textos originais.

Para além disso, o jogo de forças que se imprime entre manifestações sociais e estrutura burocrática marca o processo de judicialização do sujeito³⁹ das relações sociais, dos direitos. Dessa forma, ficam expostas também as limitações da juridicidade, judicialização como elemento signatário da emancipação. Evidencia, assim, uma sociedade desigual e fraturada, a qual dispõe de restritos dispositivos para reivindicar direitos sociais básicos, utilizaram-se da tentativa de judicialização como instrumento de emancipação e de ferramenta de mudança social, cuja capacidade de transformação se revelou limitada (sobretudo pela

³⁹ Entende-se a judicialização do sujeito como o movimento de regulação normativa e legal do viver, em que os sujeitos se apropriam da normatividade para a resolução dos conflitos, estimulando uma lógica que reproduz o controle entre indivíduos, assim como o julgamento e a punição das condutas. O que se destaca é uma individualização e punição exacerbada, nessa linha, tudo deve ser controlado, punido ou recompensado pelo judiciário e outros atores, baseando-se em uma suposta neutralidade por parte dos profissionais.

origem do direito estar vinculada a noção de propriedade privada) dada a ausência de consenso em ambas as propostas.

Nessa perspectiva, têm-se a polarização, desmobilização da classe trabalhadora e a coexistência da violência e antidemocracia em sociedades ditas democráticas, também como resultado das forças de acumulação de capital, por fim, exibindo o próprio movimento do capital como limite do avanço rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

No próximo capítulo, serão discutidos apontamentos sobre as possíveis causas de tamanha fragmentação política e social, através da utilização de conceitos como a alienação, *General Intellect*, subjetividade neoliberal enquanto dispositivo ideológico, o autoritarismo e a própria noção de desenvolvimento.

CAPÍTULO 4 - Apontamentos sobre a paralisia material e subjetiva

As análises que fazem menção ao surgimento de pautas identitárias levantadas de maneira não-estrutural são relacionadas ao desestímulo de um consenso político e social, à medida que a identificação política se torna mais fragmentada entre os indivíduos. O neodesenvolvimentismo processado na América Latina por figuras políticas de esquerda ou centro-esquerda, é um elemento que compõe esse processo de *rechazo*, pela falta de compromisso político radical por parte dos partidos políticos em direcionar movimentos não-fragmentados e que não compactuam com consensos que favoreçam o pacto entre elites. Para além disso, o cenário de encapsulamento estimulado pelo histórico violento, ausente de memória, de deterioração de direitos, da vida em si, combinado com uma racionalidade estimulada pela competição e alienação, conduzem a sociedade chilena a um cenário de paralisia, ainda que exista uma diversidade de movimentos sociais eclodindo desde o início da década de 2000. Desse modo, nas próximas sessões são expostas algumas limitações estruturais que vão desde o nível subjetivo, coletivo a atuação dos Estados, no que se refere ao projeto político neoliberal e como seus resultados reverberam na produção de dissidências sociais e políticas, ainda que sejam óbvias as necessidades de transformações.

4.1 - Teoria da Alienação, o trabalho e a produção de inimigos

O processo de abstração operado pela produção burguesa pode ser analisado por diversas instâncias, para além do plano econômico, pois também estabelece uma relação intrínseca com os processos de subjetividade. Mais precisamente, o que se pode observar é uma vinculação entre a noção de abstração e a noção de alienação no nível da reprodução ampliada (SANTOS, 2018).

Nesse sentido, é importante entender o que Marx define como abstração: em o Capital toma como ponto de partida que as mercadorias têm dupla natureza, valor de uso e valor de troca, quando as mercadorias adentram o mercado, faz-se necessário um primeiro processo de abstração, em resumo, na relação de troca, o valor de troca das mercadorias surge como algo totalmente independente do seu valor de uso, apesar da mercadoria também possuí-la. Dito de outro modo, um bem ou valor de uso possui valor, somente, porque nele está objetivado trabalho humano abstrato (SANTOS, 2018).

Para medir os valores de troca das mercadorias pelo tempo de trabalho contido nelas, os diversos trabalhos devem estar reduzidos a trabalho sem diferenças, uniforme, simples; em breve, a trabalho que é qualitativamente o mesmo e, por isso, se diferencia apenas quantitativamente. Essa redução aparece como uma abstração, mas é uma abstração que é praticada diariamente no processo social de produção. A resolução de todas as mercadorias em tempo de trabalho não é uma abstração maior nem tampouco menos real que a de todos os corpos orgânicos em ar. O trabalho que é medido dessa maneira, isto é, pelo tempo, aparece não como o trabalho de diferentes sujeitos, mas, ao contrário, os indivíduos diversos que trabalham aparecem como meros órgãos do trabalho. Ou seja, o trabalho, tal como se apresenta em valores de troca, poderia expor-se como trabalho humano geral. (MARX, 1999, p. 60)

É precisamente a unidade que representa o trabalho abstrato que retira a condição de sujeito dos agentes, porque mascara o aglomerado de unidades individuais do trabalho de cada um; nesse sentido, os indivíduos são apenas órgãos do trabalho e, assim, o trabalho abstrato vincula-se à ideia de alienação. A alienação, por sua vez, pode ser compreendida em dois planos: como “desobjetivação de si” e “transferência de passividade”. (SANTOS, 2018). Esses dois planos podem ser compreendidos através da atuação do homem com o mundo objetivo, posição em que se manifesta como ser genérico e ativo, e é estabelecida pela evolução das forças da história e resultado de uma incipiente consciência individualista (ALVES DE OLIVEIRA, 2019).

Para Marx (2001), o produto do trabalho é o “desgaste” do indivíduo que se fixou em um objeto e, por isso, se transformou em coisa física; portanto, considerado a própria objetivação do trabalho. Nesse sentido, a alienação do trabalhador com relação ao seu produto significa que tanto o seu trabalho se transforma em coisa, como também adquire existência própria e independente do indivíduo da qual se originou, configurando-se enquanto poder autônomo em oposição a ele, de tal forma que o resultado final dessa relação é a objetivação do trabalho, na qual o produto (do trabalho) manifesta-se como algo estranho e hostil ao seu criador.

Com a evolução do sistema econômico político, a figura do neosujeito é fabricada pelas novas exigências econômicas da reprodução capitalista, as quais criam também formas de constituição subjetiva. A transformação se deu em grande medida pela substituição de um discurso multifacetado, o qual contemplava descrições como agente político, homem econômico, pessoa de direitos jurídicos, pelo surgimento do sujeito unilateral neoliberal, que

transpõe para o âmbito privado a racionalidade da vida empresarial (DARDOT E LAVAL, 2017; SANTOS, 2018).

Sendo assim, o impulso do indivíduo em trabalhar sobre si mesmo resulta em um novo ethos, em que o sujeito se converte em um microcosmo harmônico com a dimensão da administração empresarial e em um macrocosmo do mercado mundial.

“O que entendemos, enfim, é que esta descrição, se tem validade, só é passível de ser compreendida à luz do processo de abstração real exposto anteriormente, que não se restringe à esfera econômica (embora seja a partir de sua posição nesta esfera, por meio do trabalho abstrato, que ela inicialmente se revele) e que permite, do ponto de vista subjetivo, a constituição de “sujeitos abstratos”, sem-objeto, desaetivados, sobre os quais os referidos processos de neosubjetivação podem operar” (SANTOS, 2018: p. 40).

A alienação se revela no homem através de três modalidades: sua relação com o produto do seu trabalho, sua relação com a atividade produtiva e sua relação com a espécie humana e a natureza. Para além disso, Marx chama atenção para elementos alienantes como a propriedade privada, propriedade agrária, espírito de aquisição, troca e concorrência, monopólio e separação do trabalho que estão envoltos na relação produtiva (ALVES DE OLIVEIRA, 2019).

Um aspecto relevante acerca da objetivação do trabalho é também o empobrecimento crescente do trabalhador em proporção direta com o aumento da produção. Dado que a produção é dirigida para troca, a desapropriação do trabalhador se torna imensurável e assim o trabalho perde o sentido de objetivação real. A valorização da produção excedente é fomentada em detrimento da valorização da vida do homem, por consequência, tanto o trabalhador como seu próprio trabalho se transformaram em mercadoria (ALVES DE OLIVEIRA, 2019).

Dessa forma, a propriedade privada surge como consequência e relação da vida alienada. A partir da afirmação de Marx (2001, p. 123), de que o trabalhador é a representação subjetiva do fato de que o capital é o homem plenamente perdido para si mesmo, da mesma forma como o capital é a manifestação objetiva do fato de que o trabalho é o homem absolutamente perdido para si próprio, nos fica a provocação se então o capital fictício seria a perda do homem de si próprio para além do passado e presente, mas também uma manifestação de perda futura? E, sendo esta uma possibilidade, a inação e paralisia social

diante de tamanho desgaste da tessitura social uma consequência de uma sociedade que se baseia integralmente na produção de sujeitos perdidos para si próprios, e que cerceia o vislumbre de cenários diferentes através da sua manipulação sobre a relação do homem com seu tempo?

O processo produtivo e tudo que é realizado pelo sujeito não é dirigido a favor do trabalhador, ao exercerem a função de meros executores no processo, caracterizam-se por sujeitos alienados ao que realizam. Dessa forma, o trabalho que aliena o homem simboliza martírio, impulsionando-o a livrar do seu estado de sofrimento a que se encontra submetido, e por isso, pode-se concluir que a liberdade do trabalhador é restringida apenas ao desempenhar suas funções animais, como comer, procriar e beber (ALVES DE OLIVEIRA, 2019).

Nos aproximando da realidade do neoliberalismo, dos indivíduos da sociedade contemporânea e dos sintomas dessa alienação na sociedade, pelo que foi exposto anteriormente, compreende-se que a atividade humana está relacionada tanto a vida pessoal quanto a vida da sua espécie; dessa forma, o homem se estranha não só com si, mas também com os demais, consoante a esta dinâmica, o trabalho alienado embrutece o homem na sua vida genérica, transportando-o de volta às suas condições animais, porque se vê reduzido como tal. Sendo assim, na relação do trabalho alienado, cada indivíduo enxerga os demais segundo o padrão e a relação que ele mesmo está inserido. O resultado disso são expressões de consciência alienada, entre elas a propriedade privada, o Estado e o próprio homem. O Estado surge, inicialmente, quando a divisão do trabalho se intensificou a tal ponto que se institui na sociedade a contradição entre interesse privado e público (comunitário e particular), tendo o primeiro assumido uma forma autônoma de poder. Isto ocorreu porque se consolidou uma divisão do homem, em que a sua consciência e condição concreta de Ser universalmente genérico foram transformadas. Em resumo, o Estado representa a institucionalização da negação e o aniquilamento do próprio indivíduo (ALVES DE OLIVEIRA, 2019).

A reestruturação do trabalho alienado após a crise de 2008 se dá sob a égide dos princípios neoliberais, a partir de uma reestruturação produtiva assinalada pela expansão da terceirização, dos empreendimentos individuais, algoritmização da economia e da plataformização⁴⁰ (LISBOA; TEIXEIRA; CUNHA, 2021).

⁴⁰ Entende-se o fenômeno da “plataformização” como surgimento e ampliação de economias centralizadas como Airbnb, Booking, Amazon.

Ao analisarmos as contribuições teóricas dos autores abordados anteriormente, pode-se compreender que a alienação está fundamentalmente relacionada com a realidade concreta e a objetivação do trabalho, com o desenvolvimento do sistema de produção, o trabalho antes alienado que minimamente poderia ser tangibilizada, se torna imensurável com a evolução da produção orientada ao excedente, o que por si só já dá complexidade a questão. Para além disso, as transformações ocorridas no sistema internacional, na divisão internacional do trabalho, na preponderância do capital fictício, a complexidade da alienação ganha contornos ainda mais expressivos:

“Ao contrário das perspectivas teóricas apologéticas em torno das novas tecnologias (HARDT, NEGRI, 2000; 2004), a crença na possibilidade de ruptura com o capitalismo uma vez vislumbrada a recomposição do tempo livre pelo incremento tecnológico da produção capitalista, o que temos é a aceleração exponencial dessas tecnologias sem o crescimento da produtividade, com um elevado grau de subemprego, sobretudo, entre a população jovem cuja idade média é de 33,2 anos, em meio a uma estagnação do crescimento econômico aliada a uma crise ecológica que só se agrava” (LISBOA; TEIXEIRA; CUNHA, 2021).

A teoria da alienação pode explicar porque a Constituinte teve um ápice de movimentação política, mas acabou rechaçada. Da mesma forma que a alienação ocorre pela relação do homem com o produto do seu trabalho, relação com a atividade produtiva e a relação com a espécie humana e a natureza, o desenvolvimento descoordenado das relações materiais e da sociedade estimulou a divisão social do trabalho, a divisão da sociedade em classes antagônicas, como também a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, o que levou ao homem a negação de si mesmo e de sua espécie (OLIVEIRA, 2019). Nesse sentido, com o desenvolvimento do regime de acumulação capitalista, as relações materiais se transformaram, de modo expressivo, a financeirização que acompanha o neoliberalismo fez com que a distância entre homem e produto do seu trabalho se tornasse ainda maior, pois, se antes um artesão alienava seu trabalho de produzir cadeiras, ainda tinha contato com o produto do seu trabalho, no contexto de neoliberalismo financeirizado o trabalhador, além de estar isolado pelas estruturas produtivas criadas pela nova divisão internacional do trabalho, tem a visualização do seu trabalho em grande maioria por resultados financeiros que a empresa apresentou, como é o caso de trabalhadores em *startups* que medem o preço da empresa por uma metodologia denominada *valuation*, a qual utiliza padrões de especulação (OLIVEIRA, 2019).

Nesta seara, a cada novo ciclo de produção do capital, as relações do modo de produção são reproduzidas; no entanto, as sociedades produtoras de mercadorias não se manifestam como relações sociais entre pessoas em seus trabalhos, mas como relações reificadas entre indivíduos, como um sintoma da coisificação das pessoas e personificação das coisas, revelado como produto dos trabalhos privados que produzem mercadorias, o qual Marx denomina como fetichismo da mercadoria (DIAS, 2020).

De outro modo, a sociedade produtora de mercadorias, resultado da forma aparente de não conexão entre trabalhos privados, engendra uma percepção social de que os elementos sociais da realidade se encontram fragmentados, quando, na realidade, estão totalmente relacionados. Davis (2016) reafirma isso ao pontuar sobre a questão das opressões à subjetividade humana: superficialmente parecem estar desvinculadas ou exteriores à realidade posta, mas seu núcleo se estrutura combinado com a orientação do modo de produção vigente, ou seja, um modo de produção que produz opressões, não apenas um conjunto de leis econômicas.

Sendo assim, o trabalhador já não vê mais o produto do seu trabalho; nos segmentos industriais, a fragmentação ocorrida faz com que se produza em um país a parte elétrica e no outro a parte de funilaria (distantes um do outro geograficamente pela instalação das fábricas, como também não enxergam o carro pronto), no setor de agronegócio e extrativismo (os trabalhadores, sobretudo da periferia, nem consomem os alimentos aqui produzidos, posto que a pauta exportadora é com base na manufatura), os grandes centros importam os minerais para usarem na fabricação de equipamentos de alta tecnologia, além de ter diminuído drasticamente o trabalho nesses setores e ser cada vez mais precarizado (sem contar a avaliação dos setores por rentabilidade em bolsa de valores); no que tange ao setor de serviços e comércio, cada vez mais as tecnologias e inteligências artificiais são mediadoras de processos de trabalho, interrompendo a visão do trabalhador dos fluxos e resultados de seu trabalho, além da própria substituição e pressão por produtividade.

Portanto, o que se tem é um distanciamento cada vez maior e uma polarização extrema entre indivíduos. Somado a isso, a privatização do sofrimento alavanca os impactos do neoliberalismo no que se refere à tendência ao individualismo e a deterioração das condições de saúde mental. Em parte, essa análise lança luz aos processos de polarização política vivenciados no Chile e em como a sociedade, mesmo alcançando tamanho nível de desgaste material, psíquico e social, não só não alcançou um consenso para elaboração de uma

Constituição nova e dar continuidade a um processo político de luta por direitos, como se processou a ascensão de uma faceta autoritária e fascista em meio ao processo político.

4.2 - *General Intellect*

No processo contraditório de autotransformação, a materialidade do capital fixo sucumbe sua alma à espiritualidade do trabalho intelectual. De acordo com Marx, à medida que o capital fixo surge como uma máquina no processo de produção, como um elemento em oposição ao trabalho, e por conseguinte, o processo de trabalho não está mais submetido à habilidade do trabalhador, mas ao manejo da aplicação tecnológica da ciência, a tendência do capital é fixar à produção um caráter científico (BELLUZZO, 2019).

Nesses termos, o desenvolvimento do capital fixo aponta o grau e em que medida, portanto, o processo da vida social foi posto sob o controle do *General Intellect* e, dialeticamente, foi transformado por ele. Denomina-se capital fixo como a parte do capital produtivo que, apesar de completamente incorporado à produção, transfere seu valor para o produto gradativamente, durante uma sequência de períodos de produção (BELLUZZO, 2019).

O conceito de capital fixo, portanto, envolve um potencial inesgotável de avanço tecnológico, o que resulta necessariamente na construção de aparatos educacionais e científicos institucionalmente articulados. O *General Intellect* se engendra em uma forma de apropriação dos significados do conhecimento humano, sobretudo, dos códigos da ciência. Sendo assim, o capital toma para seu propósito a educação, cujos métodos e objetivos são adaptados aos pré-requisitos da aceleração da valorização de capital e da desvalorização do trabalho, ao mesmo passo em que determina critérios de qualificação mais exclusivos e excludentes para os trabalhadores (BELLUZZO, 2019).

A materialização da exponenciação do *General Intellect* é vista através da Indústria 4.0, fábricas inteligentes operadas por máquinas conectadas virtualmente a sistemas que visualizam toda cadeia produtiva, inclusive dispõe de capacidade decisória. Todos os métodos que originam-se dessa base técnica confirmam sua razão de ser: métodos de produção destinados ao aumento da produtividade social do trabalho em escala. Dessa forma, a autonomização da estrutura técnica significa que a aplicação da ciência já se estabeleceu como critério dominante no desenvolvimento da produção (BELLUZZO, 2019).

Desvelado o movimento de valorização do capital, que sugere uma dinâmica de auto referência, gestado nas engrenagens “tecnológicas” do regime de capital, produz-se uma aceleração do tempo e o encolhimento do espaço, fenômenos presentes na globalização, nos processos de produção da indústria 4.0 e na financeirização. As crises são assim, diagnosticadas, como episódios de desvalorização do capital existente, fenômeno originado das entranhas do processo de acumulação, essencial para expurgar o peso da riqueza velha e impulsionar um novo ciclo de expansão (BELLUZZO, 2019).

A evolução da internet das coisas, da inteligência artificial e da nanotecnologia impulsionou a assimetria entre países, empresas e classes sociais, cujo resultado foi a intensificação da introdução de métodos “industriais” no setor de serviços e na agricultura, promovendo o que se convencionou denominar de hiperindustrialização.

“Berardi⁴¹ avalia as consequências desse processo de abstração real para os trabalhadores do *General Intellect*: ‘O Capital deixou de alugar a força de trabalho das pessoas, mas compra ‘pacotes de tempo’ separados de seus proprietários ocasionais e intercambiáveis. O tempo despersonalizado tornou-se o agente real do processo de valorização e o tempo despersonalizado não tem direitos, nem demandas. Apenas deve estar disponível ou indisponível, mas essa alternativa é meramente teórica porque o corpo físico, a despeito de desconsiderado juridicamente, ainda tem que se alimentar e pagar aluguel’”.

A noção de *General Intellect* envolve as faculdades da linguagem, disposição da aprendizagem, capacidade de abstração e de conexão, acesso a autorreflexão, ou seja, o intelecto em geral. Implica em uma cooperação social mais ampla e heterogênea que especifica o campo do trabalho.

4.3 - Anunciação do colapso subjetivo

O neoliberalismo atua como produtor, mas também como gestor do sofrimento psíquico, à medida que a forma de vida neoliberal manipulou formas de extrair mais produção e gozo do próprio sofrimento. Nesse sentido, incorporamos a abordagem de Dunker, a qual se baseia em uma interpretação do neoliberalismo não apenas como modo de funcionamento da economia, mas também como forma de vida definida por uma política orientada ao mal-estar

⁴¹ Belluzzo incorpora, aqui, o argumento exposto por Berardi (2014). Por oportuno, ver também Berardi (2020).

e por uma estratégia de intervenção ao estatuto social do sofrimento, a qual propõe um tipo de individualização baseado no modelo da empresa (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021).

A força do neoliberalismo atua moldando desejos; nesse sentido, sua performatividade tem efeitos ontológicos na determinação e produção do sofrimento. A recusa ao primado da propriedade privada e da competitividade não é apenas interpretada como um equívoco econômico, mas também como uma falta moral (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021).

O que se observa no campo político é uma redescritção completa da lógica motivacional da ação política, ao evidenciar nas lutas e manifestações políticas serem descritas por uma gramática de emoções como o ódio, a frustração, medo, raiva e a esperança e não mais por termos políticos como a justiça, exploração, equidade, espoliação. O que ressalta a psicologização do campo econômico. Para além disso, a sobreposição de figuras de autoridade às figuras paternas e maternas, entre corpo social e estrutura familiar, de relações econômicas sociais complexas à lógica elementar da casa e família, visa a produção ideológica de ilusões de naturalidade dos modos de produção e apropriação de riquezas, a qual produz docilidade nos indivíduos em relação à autoridade, a manutenção de um sentimento de dependência e a naturalização da sujeição do sujeito, que no limite produz uma identificação com o agressor (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021).

Desde a sua instituição, o neoliberalismo opera como modo de intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito, ao passo que o Estado depende da despolitização da sociedade para que a dita liberdade da livre iniciativa e do empreendedorismo possam imperar. Sendo assim, as modalidades de intervenção neoliberal se dão em dois níveis: o Estado age de forma direta para desregular a vida associativa e sua força e uma dimensão de design psicológico, o qual internaliza predisposições psicológicas orientado a produção de um tipo específico de relação que é guiada pela generalização de princípios empresariais de performance, rentabilidade, investimento e posicionamento para todos os aspectos da vida (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021).

O primeiro modo de intervenção é traduzido por regimes ditatoriais, que se expressa na natureza política autoritária da economia liberal, a qual exige assumir o Estado como a figura de um poder soberano, munido de uma violência propriamente soberana para permitir a submissão das forças sociais as leis de mercado. A gênese da noção de despolitização social, portanto, para os autores, surge da noção fascista de “Estado Total”. O segundo modo de

intervenção permitiu a lógica mercantil ser utilizada como tribunal econômico contra o poder público, abrindo as portas para que os indivíduos se auto compreendessem como empresários de si mesmo, que também compreendem seus afetos como objetos de um auto trabalho em busca da produção de “inteligência emocional” e a eficiência de suas competências afetivas. Como também influenciou a construção da racionalização empresarial do desejo (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021).

É importante destacar as bases históricas que viabilizaram essa internalização de um ideal empresarial de si: a partir dos anos 1920, a brutalidade do modelo taylorista modificou as estruturas disciplinares das empresas capitalistas através da implantação da administração do tempo e dos movimentos, combinado com um movimento weberiano de “humanização” da empresa, criou-se uma zona intermediária entre regimes de intervenção terapêutica e técnicas de gestão, utilizando-se de um vocabulário que misturava administração com psicologia. Assim, as relações de trabalho foram psicologizadas com o objetivo de serem geridas e a organização social como um todo foi transformada e substituída em seu fundamento por uma normalidade psicológica advindas de técnicas de administração de empresas, tornando a empresa uma figura de racionalidade econômica e expressão de violência (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021).

Para além dos dispositivos normativos, porque para além do centro, o neoliberalismo precisa também gerir as margens, o que significa reconfigurar a forma de compreender e classificar os processos de sofrimento, porque se aproxima das formas possíveis do afastamento da norma. Os modelos socioeconômicos são produzidos através de definições de padrões de individuação a partir da racionalidade que procuram construir e difundir, no bojo desse arranjo estão padrões de disposição de conduta, produção de afetos e demarcação das formas de sofrimento (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021).

Sendo assim, pode-se interpretar os modelos socioeconômicos como modelos de governo e de gestão social de subjetividades, também por isso, os seus resultados estão diretamente vinculados a sua capacidade de implantar comportamentos e modos subjetivos de auto regulação. As formas de vida podem ser entendidas em três dimensões distintas: o desejo, a linguagem e o trabalho. E a revolta contra o sistema social de normas se expressa através do sofrimento nessas formas. A disciplina social do neoliberalismo anula a dimensão de revolta, expressa pelo sofrimento. Não por acaso, a partir da década de 1970, as formas de descrição e categorização do sofrimento psíquico são modificadas de maneira radical. De

forma ampla, essa modificação se estabelece através da terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM III) no final dos anos 1970 (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021).

Até então, o manual de psiquiatria dava espaço à dimensão conflitual dos processos de socialização próprios ao sistema capitalista. Com a modificação dos manuais, pode-se compreender as categorias clínicas como tecnologias de intervenção na estrutura psíquica a partir de valores, o que, portanto, as retira da dimensão de estruturas descritivas e as insere enquanto processos performativos, ao passo que a descrição do sofrimento psíquico é objeto de reflexão e elaboração discursiva por parte dos próprios sujeitos a que visam descrever (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021).

O resultado das modificações no DSM - III, foi um processo de reconfiguração radical da forma de descrever o sofrimento psíquico, cujos principais aspectos são: a individualização das depressões; o desaparecimento das neuroses como quadro compreensivo principal para a determinação do sofrimento e ascensão da depressão como quadro principal de sofrimento; a ampliação de patologias narcísicas e *borderlines*; categorização da esquizofrenia como psicose unitária. Além disso, os transtornos mentais foram definidos como: “risco significativamente aumentado de sofrimento, morte, dor, deficiência ou perda importante de liberdade” (A P A, 2002, p. 29).

Essas alterações têm impactos relevantes, a começar pelo desaparecimento das neuroses e unificação das psicoses. Para entender isso, é necessário compreender que a definição de neuroses e depressão são totalmente distintas, enquanto a primeira está relacionada a internalização de uma lei que socializa o desejo e conduz a conduta partir da polaridade permitido/proibido, na segunda, tal socialização organiza a conduta por uma lógica de polaridade que varia entre possível/impossível. O que isso significa, em termos subjetivos, para o sujeito, é que ao invés de se deparar com um confronto à proibição social e da lei, é confrontado por uma patologia da disfuncionalidade e insuficiência. Em resumo, enquanto a neurose está ligada a um conflito entre as normas de vida, tratado através da compreensão das contradições imanentes a manutenção “normal” das leis, a depressão surge como tragédia da insuficiência e inibição (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021).

“Em uma situação social no qual todos os setores da vida são indexados a partir de uma visão unitária baseada na generalização da racionalidade econômica, na generalização de uma mesma gramática da experiência para todas as esferas da ação

humana, o quadro clínico fundamental para a definição do sofrimento psíquico não poderia ser outro além exatamente da perda da capacidade de organizar as dimensões da vida a partir de um princípio geral de unidade, de coerência e de síntese. As formas de sofrer aparecem como impossibilidades de operar uma reconversão geral da vida a partir da abstração geral da unidade e da síntese, abstração essa que será agora vista como “liberdade”. Dessa forma, o neoliberalismo nos levou a sofrer de outra forma, procurando retirar de nosso sofrimento psíquico a consciência potencial da violência social” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021).

Dessa maneira, desde o nascimento até a entrada no mercado de trabalho, o indivíduo é treinado para ser um investimento bem sucedido e a interiorizar a culpa quando não vence a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, particularmente contra imigrantes, migrantes, negros, índios, idosos, mendigos, sofredores mentais, lgbtq+, destroçando a percepção de si como membro ou parte de uma classe social, destruindo formas de solidariedade e desencadeando práticas de extermínio (CHAUI, 2020, p. 321).

Em resumo, a passagem da instituição à organização representa também uma transformação do Estado de uma instituição pública dirigida por valores e princípios democráticos e passa a ser pensado enquanto empresa, o que também explica porque a política neoliberal é definida pela eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos assegurados pelo poder público, em favor de direitos privados, definidos pela lógica do lucro de mercado, favorecendo a mercantilização de serviços públicos (CHAUI, 2020).

4.4 - Autoritarismo e antidemocracia

As limitações das democracias neoliberais construíram condições favoráveis para o surgimento de líderes políticos espetaculares, vinculados a uma versão autoritária e radicalizada do neoliberalismo. O diagnóstico das circunstâncias por detrás da ascensão desses líderes e das limitações a partir das quais eles operam permite a identificação do paradoxo do autoritarismo, definido pela instabilidade da governança e a abertura de novas formas de fascismo (SAAD FILHO, 2023).

A crise financeira global, desencadeada com o fim da segunda fase do neoliberalismo, nos termos de Saad Filho (2023), surge como resultado de décadas de reformas e da expansão das desigualdades. provocando redução real de salários, desmantelamento das capacidades estatais e destruição da sociabilidade e a perda de controle

pelas elites políticas tradicionais, como também da incapacidade dos Estados neoliberais de responder às necessidades dos “perdedores” reforçou a percepção da perda da eficácia das políticas partidos e líderes que antes eram incontestáveis e criou espaço para forças antissistêmicas polarizadas por líderes nacionalistas autoritários “espetaculares”, como também para o surgimento de uma nova geração de movimentos de extrema direita.

Em concomitância, crescia também a impressão de que as soluções para os problemas sociais se encontravam fora da política convencional e que deveriam ser acompanhadas de forma rígida e por agências externas. Como sintoma dessa tendência, tem-se a implosão de partidos de tipo social-democrata, como foi o caso do Partido Socialista Francês, Partido Social Democrata Alemão, Partido Socialista Grego (PASOK), movimento combinado com a ascensão de partidos conservadores tradicionais (SAAD FILHO, 2023).

A desintegração do neoliberalismo se tornou evidente durante a crise da Zona do Euro, quando em alguns países periféricos, os governos eleitos foram realocados por supostos tecnocratas não-partidários com o objetivo de garantir que as políticas definidas em Berlim e Frankfurt fossem implementadas. O panorama geral de mal-estar atravessava as fronteiras dos países da OTAN, com o Brexit venceu o referendo, nos Estados Unidos se manifestou com a eleição de Trump, na França com a ascensão de Marine Le Pen ao segundo turno das eleições de 2017, destaque para o populismo nativista que prosperou na Áustria, Escandinávia e Suíça, expansão de programas excludentes, xenófobos e racistas após a crise de refugiados em 2015 nos países da periferia oriental da UE, instalação de governos autoritários na Argentina, Chile, Filipinas, Hungria, Itália, Polônia e Reino Unido, abusos de prerrogativas constitucionais sustentadas pelas forças de segurança na Índia, Rússia e Turquia, golpes judiciais-parlamentares na Bolívia, Brasil, Honduras e Paraguai e Golpes militares no Egito e na Tailândia, além da crescente pressão política por parte da base militar na Nicarágua e na Venezuela (SAAD FILHO, 2023).

O avanço do neofascismo fica exposto com a contínua popularidade de figuras como a de Jair Bolsonaro, Narendra Modi ou Viktor Orbán, sintoma da crise da democracia neoliberal, entendida como subproduto do fracasso da financeirização e da deslegitimação da ideologia neoliberal, como também uma consequência da austeridade, aprofundamento da repressão, trata-se, portanto, de uma crise sistêmica de grande relevância para o sistema de acumulação e que não dá sinais de ser resolvida pela restauração da democracia neoliberal através da “terceira via” há muitas décadas (SAAD FILHO, 2023).

A terceira fase do neoliberalismo, como exposto, tem como forma política dominante o autoritarismo, ou seja, a reprodução de um modelo de acumulação fortemente financeirizado através de um regime político autoritário, imerso/encapsulado em um invólucro da democracia formal. Por consequência, posiciona em primeiro plano as tendências despóticas inerentes ao sistema capitalista (SAAD FILHO, 2023). A dominância dessa forma política autoritária é revelada pela repressão severa da dissidência na maioria das economias periféricas e das economias avançadas, generalização das violações da liberdade pessoal, do direito de expressão e da privacidade, expansão substancial dos complexos militares e das indústrias prisionais, policiamento difuso e paramilitarizado, introdução de sistemas de vigilância intrusivos, policiamento de comunidades compostas por minorias étnicas, falsa guerra contra as drogas e ao “terrorismo”, e das guerras propriamente ditas contra refugiados e imigrantes, fenômeno caracterizado por Robinson (2019) como “acumulação Militarizada”.

Saad Filho (2023) elenca alguns elementos que fundamentam a lógica política do neoliberalismo autoritário: o primeiro é a reprodução massiva da insegurança, tensão e da turbulência; o segundo está relacionado a um foco Schmittiano na comunidade política, centrado na identidade do povo é estabelecido através da distinção entre “nós” e “eles”, ou entre o conceito de amigos e inimigos; em terceiro está a ascensão líderes “espetaculares”, associada a personalização da política.

A reprodução permanente da insegurança está associada a desorientação social que acompanha sucessivas reestruturações econômicas, fragmentações sociais e negação de valores. Nesse sentido, modos de vida e formas de pertencimento tradicionais fundaram um terreno fértil para o surgimento de formas beligerantes de autoafirmação, nacionais, raciais, étnicas ou religiosas, comumente atravessadas pela hiper-masculinidade, misoginia e homofobia (SAAD FILHO, 2023).

Com relação à centralidade da identidade do povo através da oposição, o que se observa por trás dessa dinâmica é a desumanização do “outro”, agente interpretado como “externo”, tal como se observa no caso dos imigrantes. Por outro lado, internamente, também ocorre uma polarização, como é o caso de minorias étnicas, pobres, de famílias LGBTQ+, pessoas com deficiência e integrantes de movimentos sociais. De toda forma, o fio condutor que agrega tais reações é uma combinação violentamente tóxica de nacionalismo reacionário e racista, em que o “outro” é responsabilizado pela crise sistêmica, sendo assim alvo/objetos

para ser deslocado todo o medo e a ansiedade imanentes ao sistema capitalista e as suas opressões (SAAD FILHO, 2023).

Por fim, a ascensão de líderes “espetaculares” está associada à figura de líderes que alimentam um misticismo que reafirma seu próprio culto à personalidade. De forma geral, compartilham de comportamentos excêntricos, confusos, ultra libertários e racistas. Em face a isto, a transformação do neoliberalismo autoritário no que tange a força material, é vista como um subproduto do fracasso da financeirização, decadência da democracia neoliberal e da deslegitimação das narrativas dominantes e dos modos de representação da realidade tipicamente alienados. Para além disso, é também um reflexo da busca por parte dos perdedores de alternativas com o objetivo de contornar o sistema político vigente inquestionavelmente opressor (SAAD FILHO, 2023).

No entanto, o autoritarismo neoliberal compreende um paradoxo, situado em um processo de desaceleração prolongada, decomposição das instituições de representação e do sequestro do descontentamento em massa pela extrema direita, ainda que tenha sido esfacelado ao longo das transformações econômicas e políticas, não pode ser visto como um revés transitório, mantém uma tendência de restauração da política neoliberal sob o comando das elites tradicionais (SAAD FILHO, 2023).

O resultado é que a frustração da sociedade, ao invés de ser canalizada pelas instituições tradicionais de representação, como sindicatos ou partidos políticos, é capturada e expressa por uma mídia oligárquica e violenta, de organizações, líderes e movimentos alinhados com o fascismo. Conforma um paradoxo à medida que as crises econômicas próprias do ciclo do capital fomentam a personalização da política, cuja narrativa e atuação fomenta ao mesmo tempo a globalização e a financeirização de um lado e as alternativas nacionais de outro. Além de atacar todas as formas de oposição, ao mesmo tempo que transferem recursos para as frações da elite (SAAD FILHO, 2023).

Dessa forma, as agendas políticas correm as bases políticas, tornando os regimes autoritários fundamentalmente instáveis. Por consequência, a sociedade torna-se cada vez mais dividida, os salários tendem a contrair, os impostos se tornam cada vez mais regressivos e as proteções sociais diminuem, o que desequilibra as economias e provoca o aumento da pobreza. Essa dinâmica em escala, leva a intensificação da frustração em massa, descontentamento e a deslegitimidade dos líderes, promovendo uma amarga política de

ressentimento que desencadeia por natureza novos conflitos, os quais geralmente não conseguem ser contidos pelas instituições, já enfraquecidas. Os líderes encontram refúgio frente a esse cenário catastrófico no teatro político, na divisão da sociedade e na política de oposição. Assim, os espaços políticos abrem brechas para ascensão da extrema direita. (SAAD FILHO, 2023).

Chaui (2020) traz essa abordagem ao diferenciar instituições sociais de organizações sociais para explicar porque o neoliberalismo é totalitário:

“Totalitarismo: por que em seu núcleo encontra-se o princípio fundamental da formação social totalitária, qual seja, a recusa da especificidade das diferentes instituições sociais e políticas que são consideradas homogêneas e indiferenciadas porque concebidas como organizações. Ou como explica Claude Lefort, o totalitarismo é a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos, ideias para oferecer a imagem de uma sociedade homogênea, em concordância e consonância consigo mesma. Fechada sobre si, diria Marcuse”

Isso bem nos serve para analisar o atual contexto chileno de instabilidade política ilustrada pelas barreiras políticas impostas ao processo constituinte, ao *rechazo* da proposta de nova Constituição ocorrida no plebiscito, como a ascensão de um movimento de ultra-direita no seio do processo político.

Além disso, “Novo: por que, em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, vemos ocorre o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado. De fato, os totalitarismos anteriores instituíam a estatização da sociedade, o expansionismo imperialista e o nacionalismo exacerbado. O totalitarismo neoliberal pratica, como dissemos, uma outra forma de imperialismo e, não tendo o Estado nacional como enclave territorial do capital, não precisa de nacionalismos extremados. Sua grande novidade está em definir todas esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas como um tipo determinado de organização que percorre a sociedade de ponta a ponta e de cima embaixo: a empresa - a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa. Eis porque o Estado é concebido como empresa, sendo por isso espelho da sociedade e não o contrário, como nos antigos totalitarismos. Vai além: encobre o desemprego estrutural por meio da chamada uberização do trabalho e por isso define o indivíduo não como membro de uma classe social, mas como um empreendimento, uma empresa individual ou “capital humano”, ou como empresário de si mesmo, destinado à competição mortal em todas as organizações, dominado pelo princípio universal da

concorrência disfarçada sob o nome de meritocracia (é o que chamo de neocalvinismo) (CHAUÍ, 2020, p. 321).

Klein (2008) argumenta que as experiências de estabelecimento das políticas neoliberais se deram sempre de maneira combinada com momentos de choque, dito de outro modo, em momentos de desorganização e crise de âmbito social, econômico, político ou natural. A hipótese se justificaria pelo fato de que a crise funcionaria como uma janela de oportunidade para a realização de reformas extremas e nocivas à capacidade de produção e reprodução da vida.

Nessa lógica, seguindo os apontamentos deste capítulo, os quais partiram de elementos ligados à subjetividade individual, coletiva e organizacional, as quais se desdobram e retroalimentam o autoritarismo e antidemocracia, na próxima seção, analisaremos o conceito de desenvolvimento para concluir a argumentação a partir de uma perspectiva material a nível de políticas de governo e de Estado.

4.5 Notas sobre o conceito de desenvolvimento

As teorias desenvolvimentistas surgem do entusiasmo com as perspectivas políticas da ascensão de governos chamado de “nova esquerda” latino-americana, cujo reflexo se deu pela proliferação de trabalhos que buscam sustentar e justificar cientificamente a implantação de uma estratégia de desenvolvimento alternativa ao neoliberalismo. Como ponto de partida desta proposta, o arcabouço teórico se baseia em um diagnóstico de que as políticas econômicas prescritas pelo receituário neoliberal não objetivavam a promoção ao desenvolvimento, portanto, a sua retomada faz-se imperativa.

O pensamento desenvolvimentista colocou em discussão a conceitualização do subdesenvolvimento latino-americano e rapidamente ganhou terreno nos estudos desta temática, sendo assim responsável por marcar profundamente tanto o pensamento quanto as práticas teóricas, formas de interpretação da realidade latino-americana. Ainda é um desafio definir e sistematizar o pensamento desenvolvimentista latino-americano do ponto de vista de uma perspectiva global. A experiência da CEPAL desde a sua fundação revela um esforço em sistematizar as posições desenvolvimentistas com relação ao capital estrangeiro (PIZARRO; CAPUTO, 1971).

Elaborada fundamentalmente nos países dependentes latino-americanos, a teoria desenvolvimentista tem a pretensão de adotar uma perspectiva própria, ao reconhecer criticamente os aportes ortodoxos e dialogar com o keynesianismo. Essa vertente, no entanto, é atravessada por um selo tradicional de entender a realidade dos países latino americanos desde uma perspectiva nacional. Esta linha de pensamento está intimamente relacionada com o processo de expansão da burguesia industrial que mantém sua consolidação sobre uma noção de “desenvolvimento nacional auto sustentado” (PIZARRO; CAPUTO, 1971).

No entanto, esta mesma burguesia se vê frustrada em sua pretensão de ascensão, à medida que o processo de industrialização, que por sinal não tem nenhum caráter nacional, por ser desenvolvido por capital estrangeiro, e portanto, não é auto sustentado já que se sustenta pela importação de máquinas, equipamentos e insumos oriundos de países industrializados. Esse enfoque desenvolvimentista tem suas bases fundadas na crise dos anos 1929, especialmente no contexto da Segunda Guerra Mundial, na década de 1930, existia uma infraestrutura que possibilitava o desenvolvimento industrial nacional o qual foi interrompido e frustrado, como subproduto da penetração de capital estrangeiro nas economias latino-americanas (PIZARRO; CAPUTO, 1971).

Ao contrário do que afirma a teoria ortodoxa, de que os países subdesenvolvidos não necessitam necessariamente de se industrializar, porque a especialização na produção primária faz com que tenham vantagens comparativas ao ter custos mais favoráveis neste tipo de produção do que os países industrializados, as teorias de desenvolvimento criticam esta perspectiva. E precisamente quando se acentua, no pós-guerra, uma crise aguda do comércio exterior latino-americano que surge a CEPAL e o pensamento desenvolvimentista começa a ganhar força (PIZARRO; CAPUTO, 1971).

A dinâmica da desigualdade é diagnosticada ao diferenciar que o planejamento do desenvolvimento econômico como um processo de crescimento e mudança na estrutura produtiva sem reparar os processos de distribuição e têm levado a crer em possibilidades ilusórias de desenvolvimento. Esta assimetria influencia na dinâmica de conformação de uma estrutura produtiva deformada que tende a acentuar a dependência e a conservar as desigualdades econômico-sociais, como também as taxas de desemprego (ANAYA DÍAZ, 2015).

Diferentemente das economias industrializadas, na América Latina, o crescimento não gerou tendências definidas pela diminuição do alto grau de regressividade da renda, nem a difusão do progresso técnico. Isto sugere que apesar dos mecanismos distributivos próprios do capitalismo, operam também fatores adicionais cujas raízes estão nas formas que assumiu o processo de desenvolvimento. No Chile, o latifúndio e enclaves na base de produção e exportação dos produtos primários, assim como a industrialização substitutiva com base nos monopólios, nacionais e estrangeiros, geraram um alto grau de concentração de renda nos altos estratos (ANAYA DÍAZ, 2015).

Como consequência, originou-se um tipo de demanda e uma determinada estrutura produtiva nas quais os setores mais dinâmicos são aqueles que satisfazem a demanda de bens suatuários e que tem um mercado cativo, urbano, reduzido e sumariamente diversificado, o que incide no investimento, no emprego da técnica, da localização industrial, no desequilíbrio externo, na estrangeirização da sociedade (ANAYA DÍAZ, 2015).

Os governos *Concertación*, em específico, mantiveram a estratégia econômica ditatorial de liberalização e abertura comercial, combinada a uma narrativa de “crescimento com equidade”, partia do princípio de que a economia de mercado não é autorregulável. Sendo assim, o modelo de atuação do *Concertación* resumia-se em três eixos: a governabilidade política baseada na coalizão de partidos políticos de centro e esquerda com intuito de construir um grande bloco político majoritário que promovesse a estabilidade política no país, aceitação das regras de mercado para organizar a economia, aprofundando a política de integração comercial, impulsionando empreendimentos, em torno da pauta da estabilidade econômica; alta prioridade do pagamento da dívida social com setores mais vulneráveis (ANAYA DÍAZ, 2015).

Os principais líderes do *Concertación* eram o democrata-cristão Patricio Aylwin e o socialista Ricardo Lagos. A composição da Aliança era integrada por partidos de centro-esquerda, que originalmente se reuniram por um movimento unificado pelo fim da ditadura militar, seus pilares centrais eram o partido da Democracia-Cristã, o Partido Radical ao centro, o Partido Socialista e o Partido pela Democracia. A aliança mais longa do Chile, a medida que foi responsável por eleger quatro presidentes: Aylvym, Eduardo Frei Ruiz, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet. Em 2009, o partido perde força com a ascensão de Piñera, do Partido Renovação Nacional (DE CARVALHO, 2011).

A aliança se deu em grande parte pela transformação do partido socialista, que ao longo da ditadura adotou posições mais orientadas ao centro, através da combinação de políticas redistributivas, presença no mercado global, papel regulador do Estado, em detrimento de um que cumpria função intervencionista. Para além disso, o partido também incorporou pautas tradicionalmente pertencentes às noções desenvolvimentistas, como o desenvolvimento sustentável, a substituição do paradigma de classes herdado pela sua prática política anterior ligada ao marxismo, a preponderância da segmentação de pautas sociais entre igualdade de gênero e raça e direitos humanos (DE CARVALHO, 2011).

Lido como partido reformista, cuja adesão à economia de mercado foi significativa, o partido também se distanciava de uma base social ancorada no movimento sindical operário. Ao longo dos anos 1980, o PS experienciou um processo de renovação, ou *aggiornamento*, cujos pilares principais se baseavam na adesão dos seguintes princípios: respeito à universalidade dos direitos humanos; adoção das diretrizes da democracia representativa como meio exclusivo de conquista de poder; aceitação das regras e limites próprios da economia de mercado; defesa de políticas públicas sociais de caráter redistributivo e Estado como agente limitado a regulação (DE CARVALHO, 2011).

Em termos gerais, a *Concertación* adotou uma posição de continuidade no que se refere a abertura comercial e liberalização econômica, em relação à ditadura de Pinochet, a narrativa utilizada pelo partido era de que as políticas tinham caráter modernizador, por isso, precisavam ser mantidas. A sua contraposição a ortodoxia era fundamentada na negação do princípio do mercado autorregulável, por isso, defendiam a necessidade de adoção de estratégias do “crescimento com equidade”, no entanto, mantinham como prioridade o imperativo da disciplina fiscal e da estabilidade de preços (DE CARVALHO, 2011).

O governo Patricio Alwyn (1990-2004) enfrentava uma agenda complexa, na qual combinava os objetivos de avançar a transição democrática, consolidando a democracia, o trabalho pela justiça e as reparações em relação às violações dos direitos humanos cometidos durante a ditadura militar. Uma das primeiras medidas para enfrentar a dívida social foi a realização de uma reforma tributária e o incremento do gasto social. A reforma, aprovada em junho de 1990, aumentou o gasto social em 17% sobre o orçamento herdado da ditadura. Entre as políticas implementadas por esse aumento de orçamento, as principais foram: reajuste do valor do subsídio único familiar, a pensão mínima, aumento dos recursos para

investimento, equipamento, compra de insumos e salários na área da educação e da saúde, programas de habitação e equipamentos comunitários (PRESSACCO; SALVAT, 2012).

Para além disso, houve um redesenho da institucionalidade social, o que implicou na criação de agências especializadas e de programas de desenvolvimento: Fondo de Solidaridad e Inversión Social (Fosis), Instituto Nacional de la Juventud (Injuv), Servicio Nacional de la Mujer (Sernam), Corporación Nacional de Desarrollo Indígena (Conadi) y Fondo Nacional para la Discapacidad (Fonadis)– serán coordinadas por un nuevo ministerio, el Ministerio de Planificación y Cooperación (Mideplan) (PRESSACCO; SALVAT, 2012).

Combinados à criação das instituições, se iniciam também os programas de descentralização da gestão e a terceirização, assim como a inserção de atores privados na provisão de serviços e mecanismos de bem estar. Se trata de organizações privadas que podem ser empresas, consultorias, organizações não-governamentais, fundações, universidades, dentre outras, as quais conformam as políticas sociais, cumprindo o papel de gerenciar áreas de capacitação, formação, desenvolvimento pessoal, assistência técnica, apoio organizacional, cuidado das crianças, enfermos e adultos, programas de prevenção às drogas e administração de centros (PRESSACCO; SALVAT, 2012).

O governo Eduardo Frei Ruiz Tagle (1994-2000), por sua vez, se baseava em oito compromissos: mais democracia; participação da sociedade, economia a serviço dos chilenos, programa nacional de superação da pobreza, melhoria da qualidade de vida, educação ciência e cultura como aspectos chave, política externa mais ativa e modernização da gestão do Estado. No entanto, o programa para superação da pobreza, que era o foco principal do governo, durou apenas dois anos e foi reformulado, cedendo lugar a Fundação Nacional para a Superação da pobreza, entidade privada que mantém programas com financiamento público.

O governo Ricardo Lagos (2000-2006) apresentou um programa denominado “Crescer com Igualdade”, visando enfrentar um contexto de crise, em razão do cenário dos anos 1990. Tinha como principais pautas a regulação das assimetrias de gênero, participação cidadã e aprofundamento da democracia. Durante o governo Ricardo Lagos, houve o aumento do imposto ao valor agregado (IVA) com o objetivo de financiar o sistema de proteção social do Chile Solidário e o Plan Auge em Saúde.

Nesses termos, a crise profunda do pensamento desenvolvimentista aponta para a necessidade de uma ruptura de posicionamento baseado na conciliação de interesses. Nesse

sentido, revela-se a necessidade de realizar um retorno a maneira como a teoria ortodoxa do comércio internacional nasce e se desenvolve nos centros dominantes do capitalismo partindo de um pressuposto em que os sistemas e relações econômicas internacionais estivesse em uma mesma estrutura em todo tempo e lugar, independente da estrutura econômica-social particular de cada país, como o nível de seu desenvolvimento (PIZARRO; CAPUTO, 1971).

Em resumo, partindo de um referencial teórico marxista, a nível subjetivo individual e coletivo, os conceitos de alienação e *General Intellect* nos servem para explicitar possíveis apontamentos de como e porque a sociedade chilena, ainda que integralmente esfacelada pelos efeitos do neoliberalismo⁴², das heranças da ditadura e pelas transformações sistêmicas da economia política internacional responsáveis por mercantilizar direitos básicos e serviços sociais, materializados em uma Constituição excludente e exígua, experienciam uma desmobilização social intensa ao ponto de provocar uma paralisia material e subjetiva que interrompe a emergência de uma organização social estruturada que seja capaz de romper a política de consensos e reconquistar direitos. Por isso, neste capítulo, nos valem de como a alienação e a apropriação do conhecimento coletivo influenciam a sociabilidade, com o objetivo de expor a maneira como o sistema vigente produz inimigos através da alienação do trabalho e apropriação de conhecimentos. Por fim, o que se tem a nível de Estados, são pressupostos de violência, antidemocracia como base do *modus operandi* desses atores no circuito internacional, no qual os governos pós-redemocratização, cuja noção política de desenvolvimento é desvinculada da amplitude das demandas da sociedade chilena, não se mostram eficientes para contornar a complexidade das amarras do capital.

⁴² Ainda que a noção de Estado dependente seja elementar para a compreensão da utilização do aparato estatal nas periferias, não seria possível desenvolver um argumento aprofundado utilizando esta noção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos propusemos, nesta dissertação, a compreender como o neoliberalismo, enquanto projeto de sociedade neoliberal, mais que meras práticas e políticas econômicas, se insere nas esferas da vida por meio do movimento do capital, aprofundando a mercantilização da vida. Argumentamos que o neoliberalismo, como fase contemporânea do sistema de acumulação, e que tem contornos políticos, ideológicos e sociais no mundo como um todo, é implantado na América Latina, pioneiramente no Chile, na esteira do autoritarismo, da competição desenfreada, da exacerbação do individualismo, da preponderância do privado sobre o público, da alienação, da antidemocracia, da violência, da financeirização, do encapsulamento social e da modulação da subjetividade, cujas características explicitam a utilização do aparato estatal burocrático de maneira violenta para amparar o interesse de elites, como também a dinâmica capitalista assimétrica entre o núcleo orgânico do capital e as periferias.

Buscamos, pois, estabelecer a relação entre a herança das dinâmicas da economia política internacional com os contramovimentos ocorridos no Chile entre os anos de 2010 a 2020, os quais desencadeiam o processo da Constituinte, deflagrado no ano de 2019, e que representam, segundo entendemos, a expressão de um esgotamento da sociedade chilena, enquanto movimento de contraposição ao projeto de político-econômico-social neoliberal.

Cientes da impossibilidade de apreender o que está em jogo nos movimentos sociais fora do quadro mais amplo das grandes transformações estruturais que impactaram o Chile nas últimas décadas e que influenciaram a modificação dos indivíduos e os princípios de ordenação das relações sociais e políticas no país, construímos o nosso quadro referencial conforme a disposição dos temas tratados nos capítulos desta dissertação.

Isso posto, argumentamos que a reprodução ampliada de capital engendrou o aprofundamento da dinâmica do processo de acumulação, estabelecida sobre a acumulação primitiva, a dissociação entre trabalhadores e meios de produção e, por conseguinte, as transformações pelas quais passa o modo de produção. Como resultado da reprodução ampliada, se dá a transformação do dinheiro em capital, o estabelecimento da concorrência e da competição, os desdobramentos das formas valor e o Sistema Financeiro Internacional é alterado como um todo ao longo das décadas. O desenrolar desse movimento estimula o ressurgimento, durante a década de 1970, do projeto econômico-político neoliberal, em nova

roupagem, e cujo motor é o processo de acumulação inerente ao capitalismo, com consequências estruturais no que tange a aspectos econômicos, mas também políticos, sociais e subjetivos.

O sistema internacional, ao passar por diversas transformações, se torna cada vez mais subordinado às altas finanças, cuja formatação final denota uma arquitetura financeirizada e desregulada. Diante do exposto, a financeirização surge de maneira conceitual como desdobramento da forma valor, de maneira objetiva, como uma preponderância da lógica da esfera financeira sobre a produtiva e da agudização da apropriação da mais-valia, à medida que a porção de capital dedicada ao capital industrial e, portanto, a produção de mais-valia, é cada vez menor, em termos relativos. Surge também um processo de internacionalização produtiva e financeira do capital entre países do centro orientados aos países da periferia, através da construção de novos *loci* para realocação do valor excedente em busca da valorização (GARLIPP, 2019). Para a viabilidade deste movimento de capital transfronteiriço, a institucionalização da moeda internacional centrada no dólar estabelecida em Bretton Woods foi um dos fatores condicionantes.

Com a queda da taxa de lucro na década de 1970 e uma drástica mudança do padrão de acumulação, toma contornos nítidos uma nova crise capitalista estrutural e, como método de enfrentamento, são implementadas “reformas estruturais” que se espalham mundo afora, como a privatização de ativos públicos, liberalização do comércio, liberalização do comércio global de capitais, inserção de mecanismos de mercado ou critérios da administração empresarial com o suposto objetivo de tornar os serviços públicos mais eficientes (GARLIPP, 2019). Na medida em que as regras desaparecem e as fronteiras do capital ficam à mercê das suas próprias leis de movimento, a “economia desregrada” se solidifica. A reação social surge, portanto, como expressão das contradições agudizadas, sobretudo o não consenso dessas porções de vida que se encontram integralmente rompidas e aniquiladas por um sistema que compromete a noção de desenvolvimento humano.

De modo geral, uma possibilidade de síntese do regime de acumulação contemporâneo, que arrasta consigo seu modo específico de regulação, poderia ser descrito como um capitalismo dominado pela finança, onde a acumulação se dá sob os imperativos da propriedade mais do que da produção, e propriedade que é cada vez mais de capital fictício do que de meios de produção, um capitalismo, portanto, essencialmente rentista, onde o capital cada vez mais tem por argumento nomes, ao invés de terrenos e aparatos produtivos, enquanto os meios de produção revelam a

importância cada vez maior dos ativos intangíveis, ao invés do trabalho vivo e do trabalho morto. Já que a mão de obra e as máquinas parecem estar sendo cada vez mais deslocadas pelo conhecimento e pela informação, já que os capitais associam-se em *holdings* cada vez mais afastadas do chão da produção, já que os capitalistas são cada vez mais difusos grupos de investidores associados em fundos, consórcios e *private equities*, já que os principais ativos das empresas são imagens, marcas e patentes, parece que o capital terceirizou a exploração, delegou a outrem o trabalho de comandar a expropriação, deixou de lado o lucro e instalou-se confortavelmente nos espaços sociais que lhe garantem ganhos. Seus rendimentos agora não têm nada que ver com a atividade de explorar e ser explorado, eles são “direitos” que a propriedade lhe confere. Diante disso, não há espantar em que o fim do trabalho tenha sido decretado” (PAULANI, 2016, p. 533).

O que se produz é a mercantilização da própria vida, que se dá pelo fato de que a transformação do trabalho em mercadoria significa, em última instância, que o corpo do trabalhador, o qual gera a força de trabalho, ter se tornado a própria mercadoria, assim como diversas outras formas de mercadorias fictícias (os recursos hídricos, a educação, a cultura, os territórios) (POLANYI, 2013). E, cada vez mais, o capital vai em busca de “mercados” concorrenciais, que por sinal são em sua maioria aqueles de mercadorias fictícias para auferir maiores taxas de lucro (FURNO, 2022). A contradição mais expressiva é que mesmo a mercantilização e a exploração do trabalho e da vida sendo o fio condutor que sustenta os processos de acumulação do capital, o capital em seu movimento de autonomização ainda busca isolar o componente humano (D-D’) da equação, orientado pela lógica do lucro (MÜLLER, PAULANI, 2012).

Em termos concretos, as transformações do Sistema Monetário e Financeiro Internacional apontam para a continuidade dos paradoxos que o processo de acumulação de capital imprimem na economia política, seguindo a mesma dinâmica e postas as devidas considerações sobre as especificidades da conjuntura política do Chile, a ditadura de Pinochet enquanto ponto de origem da implantação do modelo neoliberal se explica pelo fato de que o Neoliberalismo utiliza o autoritarismo para estabilizar as economias e sistemas políticos através de formas coercitivas e repressivas de governo, dada a sua incapacidade de sustentar a prosperidade econômica diante das condições da reestruturação da produção e da reprodução social (SAAD FILHO, 2023).

De tal modo, o avanço do neoliberalismo, baseado na noção de individualismo e competição produz uma racionalidade amorfa cuja ressonância social exhibe um imaginário

coletivo comprometido no que se refere à capacidade de articulação conjunta para reivindicação de direitos sociais e do direito à vida. Somado a isso, o fator histórico de violência excessiva tanto na ditadura, impactando o imaginário de uma geração inteira, somado ao legado violento que as instituições militares carregam até os dias de hoje e se manifestam de modo mais expressivo na repressão aos movimentos sociais nas ruas por *carabineros*, à ausência de memória a respeito das violações dos direitos humanos ocorridas durante a ditadura, a soma de contrarreformas em relação ao governo de Allende, orientadas aos interesses das elites burguesas e agrárias, a segmentação do sistema de saúde e a privatização do sistema de pensões aludem a um aparato material robusto herdado da implantação do modelo neoliberal.

Nessa perspectiva, os contramovimentos ocorridos entre os anos de 2000 a 2022 manifestam um esgotamento da sociedade, dada a amplitude das heranças postas, frente ao modelo econômico-político vigente⁴³.

Merecem destaque as mobilizações secundaristas, as quais demonstraram pioneirismo em termos históricos no que se refere a contingência e articulação social, cujo início marcou a inauguração de extensos e volumosos movimentos sociais que reuniram trabalhadores, professores, estudantes secundaristas e de ensino superior, povos originários e associações de classe em defesa de direitos sociais ao longo da década de 2010. Como resultado, a Assembleia Constituinte figura como uma primeira tentativa de reivindicação a direitos sociais cerceados pela Constituição Vigente, a qual propunha, em termos gerais, avanços sociais nos mais diversos âmbitos: trabalho, saúde, educação, igualdade de gênero. Como também exhibe a materialização do esgotamento do tecido social e também como tentativa de ruptura com o projeto de sociedade neoliberal por parte da população/classe trabalhadora, com o objetivo de retomar direitos sociais mínimos que foram retirados com o estabelecimento do projeto neoliberal.

Os movimentos sociais deixaram sua marca na cidadania chilena. A revolta social de outubro de 2019 mostrou que diferentes demandas sociais permaneceram urgentes. O movimento *No más AFP*, o movimento feminista, o sindicalista e o movimento ambientalista, para citar alguns, estão na consciência do cidadão, as injustiças do sistema que fizeram os chilenos sair às ruas para exigir mudanças. Foi uma catarse coletiva que refletia o sentimento

⁴³ Ver, a propósito, Dardot (2023) e Henríquez; Pleyers (2023), para análises e diagnósticos ou sobre os movimentos sociais, ou sobre a relação entre eles e a sociedade em seu conjunto ou, ainda, com a política institucional.

de orfandade institucional dos cidadãos devido ao abandono e esquecimento de instituições públicas que não responderam às necessidades da sociedade civil (GARRETÓN, 2020).

Com efeito, a ausência de um consenso popular na votação para aprovação da nova Carta significou a expressão de uma sociedade encapsulada e fragmentada, imersa em uma conjuntura política complexa, composta por diversas células de extrema direita e antidemocratas.

A segunda proposta de Constituição, elaborada pela *Comisión Experta*, apresentava uma linha de pensamento político-ideológica conservadora e reacionária, mais vinculada à racionalidade neoliberal, sobretudo, por não explicitar o papel central do Estado no que se refere à responsabilidade de garantir o direito a serviços públicos e de qualidade, sendo a gratuidade um tema totalmente negligenciado, a qual também foi rejeitada pela votação popular. Em síntese, ainda que contenham como elemento comum a tentativa de utilização da judicialidade para produzir consensos políticos e se desvincular institucionalmente de amarras postas pela Constituição elaborada durante a Ditadura, ainda vigente, as propostas de Constituição transcrevem interesses políticos integralmente diversos.

Dessa forma, a leitura que se faz, e a conclusão a que chegamos, é que o neoliberalismo funciona como fase do modelo contemporâneo de acumulação, essencialmente financeirizado, polarizado e também colapsado em termos subjetivos. O cenário chileno, especificamente, como laboratório desse modelo, tem sua implantação fundada na violência do governo do ditador Pinochet e carrega as heranças vividamente na restrição ao acesso a serviços sociais básicos. Diante de tamanho desgaste da tessitura social, a população, em reação, marcha em inúmeras mobilizações sociais ao longo das últimas duas décadas, aglutinando secundaristas, universitários, professores, povos originários, movimentos por igualdade de gênero, operário, entre outros. As diversas tentativas da Constituinte conformam, portanto, uma expressão deste desgaste, e a não aprovação de nenhuma das propostas de mudança da Constituição aprofunda e dá contornos mais complexos ao encapsulamento social que atravessa a sociedade chilena na contemporaneidade. Tal encapsulamento e ausência de consenso podem ser apreendidos como frutos da alienação da classe trabalhadora; do caráter violento e antidemocrático do neoliberalismo; do processo de apropriação dos significados do conhecimento humano (*General Intellect*), da posição adotada pelos governos desenvolvimentistas da aliança *Concertación* e do colapso subjetivo gestado e administrado pelo projeto neoliberal.

Essa a nossa resposta à questão inicialmente proposta, sobre como o neoliberalismo emerge, irrompe, opera e de que maneira impacta a tessitura social; e de que forma a sociedade e os contramovimentos têm avançado e encontrado limitações. Essa a sustentação da nossa hipótese, de que o neoliberalismo emerge como fase contemporânea do sistema de acumulação, que se caracteriza pela sua relação direta com a financeirização e, dessa forma, as dinâmicas econômicas e políticas próprias de um sistema financeirizado agudizam as contradições que o capital impõe à sociedade. E, face às contradições postas por essa nova arquitetura, o neoliberalismo opera aprofundando a apropriação e a mercantilização da vida, do trabalho e das relações sociais, em última instância.

Esse, o moínho satânico chileno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHUMADA, L. A.; SELAIVE, J. Desarrollo del mercado de derivados cambiarios en Chile. **Economic Analysis Review**, v. 22, n. 1, p. 35-58, 2007.

ALVES DE OLIVEIRA, G. **As faces da alienação em Karl Marx: Da vida produtiva à vida genérica**. [s.l.] Editora Fi, 2019. p. 79

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. Tese de Doutorado. FEA-Universidade de São Paulo, 2012.

AMARO, F. R. **Racionalidade Neoliberal e Subjetivação: Melancolização e Resistência**. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Psicanálise nas Situações Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2023. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/39859/1/Fabrise%20Rosa%20Amaro%20-%20Monografia.pdf>>. Acesso em: 26 maio. 2024.

ANAYA DÍAZ, A. Chile: Hacia el análisis de la dinámica de al desigualdad. **Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía**, v. 2, n. 7, 23 abr. 2015

ANDAKU, C. A.; BUENO, F. M. Capital fictício em duas interpretações do capitalismo contemporâneo. **VI Colóquio Internacional Marx-Engels**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2009.

ARRIGHI, G. A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In: SADER, E. (Org). **O mundo depois da queda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AZEVEDO, A. F. Contra a Constituição da “democracia protegida”. **(Des)troços: Revista de Pensamento Radical**, v. 2, n. 2, p. 11–28, 17 abr. 2022.

BARUCO, G.C.C.; GARLIPP, J.R.D. Neoliberalismo, Consenso e Pós-Consenso de Washington: a primazia da estabilidade monetária. **Anais VI Encuentro Internacional de Finanzas**. Santiago, 2006.

BELLUZZO, L. G. **Valor e capitalismo - um ensaio sobre a economia política**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. **A escassez na abundância capitalista**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

BERARDI, F. **And: Phenomenology of the end**. Cambridge: The MIT Press, 2014.

BERARDI, F. **Asfixia: Capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. La transformación económica chilena entre 1973-2003 - **Memoria Chilena**. [s.d]. Disponível em: <<https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-719.html#cronologia>>. Acesso em: 17 maio. 2024.

BLOCK, F. L. 1978. **The Origins of International Economic Disorder: A Study of United States International Monetary Policy from World War II to the Present**. Berkeley: The University of California Press. Trad. Esp.: **Las Origenes del Desorden Económico Internacional**. México, Fondo de Cultura (re-editado em 1987).

BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação. Agência Brasil. **Mulheres são mais votadas no Chile, mas lei as obriga a ceder lugares**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-05/mulheres-sao-mais-votadas-no-chile-mas-lei-obriga-ceder-lugares>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

CANIATO, A. M. P.; RODRIGUES, S. M. A construção psicossocial da competição: o engano na cumplicidade de uma falsa vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 23-35, 2012.

CARCANHOLO, M. D. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. **Análise Econômica**, v. 26, n. 49, 2008.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.

CARCANHOLO, R. A.; SABADINI, M. Capital Ficticio y Ganancias Ficticias. **Revista Herramienta**, v. 37, Buenos Aires, Ediciones Herramienta, marzo de 2008,

CARVALHO, F.J. C. et al. **Economia monetária e financeira**. São Paulo: Elsevier, 2012.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, R. (org.). **Encruzilhadas na América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CHESNAIS, F. **La mondialisation du capital**. Paris: Syros, 1994.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. **Economia e Sociedade** (5):1-30, Campinas, dez.1995.

CHESNAIS, F. O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e política, configuração e consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

COHEN, B. J. Money, power, authority. In: GERMAIN, R. (ed.). **Susan Strange and the Future of Global Political Economy - Power, Control and Transformation**. London: Routledge, 2016. p. 129-143.

CONVENCIÓN CONSTITUCIONAL. **Propuesta de Constitución Política de la República de Chile** [2022]. Disponível em: <<https://www.procesoconstitucional.cl/docs/Propuesta-Nueva-Constitucion.pdf>>. Acesso em: jan. 1DC.

CONVENCIÓN CONSTITUCIONAL. **Propuesta de Constituicion Política de la República de Chile**. [2023]. Disponível em: <<https://www.procesoconstitucional.cl/docs/Propuesta-Nueva-Constitucion.pdf>>. Acesso em: jan. 1DC.

CORTÉS, F. A. M.; COELHO, T. C. B.; SANABRIA, C. A. P. Trajetória da privatização do sistema de saúde chileno (1924-2005). **Saúde em Debate**, v. 44, p. 541-555, 2020.

DARDOT, P. **A Memória do Futuro: Chile (2019-2022)**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CARVALHO, R. F. A orientação de políticas públicas dos governos da ‘Concertación’ e a renovação do partido socialista do Chile. **Política & Trabalho**, n. 35, 2011.

DEDECCA, C. S. Trabalho, financeirização e desigualdade. Campinas: **Unicamp**, 2010

DIAS, M. C. L. C. A questão da opressão para Angela Davis. **Princípios: Revista de Filosofia** (UFRN), v. 27, n. 52, p. 143-163, 2020.

DÍAZ, D. P. et al. Leyendo críticamente políticas educativas en la era neoliberal: el caso chileno. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, p. 30-54, 2020.

DILIGENTI, M. P.; ARAUJO, R. S. Nova Previdência: o austericídio neoliberal sob a ótica da teoria marxista da dependência. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 18, n. 1, p. 67, 29 out. 2019.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. A finança capitalista: Relações de produção e relações de classe. In CHESNAIS, F. **A Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda: 183-246, 2010.

EICHENGREEN, B. **A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional**. São Paulo: Editora 34, 2000.

EPSTEIN, G. **Financialization and the world economy**. Northhampton, MA: Edgar Elgar, 2005, p.3.

FRANCESCA, A. DE N. **Direita ultraconservadora vai comandar novo projeto de Constituição no Chile**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/direita-ultraconservadora-vai-comandar-novo-projeto-de-constituicao-no-chile/>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

FURNO, J. Teto de gastos como cloroquina fiscal. **Podcast**; Filipe Mendonça; Chutando a escada, dez, 2022. Disponível em: <https://chutandoaescada.com.br/2022/12/04/chute-287/>

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

GARCÍA, R. El proceso de desindustrialización monetarista-autoritario, 1973-1984. **Ibero-Americana** 15 (1-2) 51, v. 83, 1985.

GARLIPP, J. R. D. Neoliberalismo: um ideário do desastre. **Jornal dos Economistas** Nº 364. Rio de Janeiro: CORECON-RJ, dez, 2019. Disponível em: <<https://www.corecon-rj.org.br/anexos/C6C34C48CD40440D62497EFD967A6818.pdf>>.

GARLIPP, J. R. D. Capital Fictício em Marx e o Capitalismo Contemporâneo. **Anales de I Jornadas Internacionales de Investigación y Debate Político**. Buenos Aires: Rayzes y Revolucion, 2008. v. 1. p. 1-25.

GARLIPP, J. R. D. Economia Desregrada. In: XAVIER, C.L. (org). **Desenvolvimento desigual**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

GARLIPP, J. R. D. **Economia desregrada: Marx, Keynes e Polanyi e a riqueza no capitalismo contemporâneo**. Tese de Doutorado. Campinas: IE/Unicamp, 2001.

GARLIPP, J.R.D. Economia Desregrada - um quadro aproximativo do capitalismo contemporâneo e a economia política. **Anais do I Encontro Nacional de Economia Política** (4). Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 1996.

GARRETÓN, M. A. **Política y Movimientos Sociales. Antecedentes y proyecciones del estallido social de octubre 2019**. Santiago: LOM ediciones, 2020.

GOWAN, P. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

GUTTMANN, R. A transformação do capital financeiro. **Economia e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 51-83, Campinas, 1996.

HAN, B-C. **Psicopolítica: O neoliberalismo e novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HARVEY, D. **O neoliberalismo. História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HENRÍQUEZ, K.; PLEYERS, G. (comps.). **Chile en movimientos**. Buenos Aires: CLACSO, 2023.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. Col. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IEDI - INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Desindustrialização prematura e política industrial.** Disponível em: <https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_765.html>. Acesso em: 16 maio. 2024.

KAY, C. La Política Agraria del Gobierno Militar de Chile. *El Trimestre Económico*, 48(191(3)), 567–601, 1981. <http://www.jstor.org/stable/23395037>

KLEIN, N. **A doutrina do choque: A ascensão do capitalismo de desastre.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LABRA, M. H. Política e medicina social no Chile: narrativas sobre uma relação difícil. **História Ciências Saúde-manguinhos**, v. 7, n. 1, p. 23–46, 1 jun. 2000.

LIRA, F. R. F. T. de. Do socialismo ao neoliberalismo: o Chile dos anos 1970. **Vitrine da Conjuntura**, v.3, n. 6, Curitiba, ago. 2010.

LISBOA, A. de O.; TEIXEIRA, J. C. M.; CUNHA, H. S.; GUSMÃO, H.S.M. Neoliberalismo, Trabalho Alienado e Empreendedorismo no Brasil a partir de 2017.X **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, nov. 2021.

LLANOS, C. La dictadura militar en Chile frente al desempleo: algunos aspectos de la mirada política 1973-1978. **Estudios Ibero-Americanos**, v. 44, n. 2, p. 311-325, 2018

MACHADO, F.M.A.; AZEVEDO, L.B. América Latina, um projeto de sociedade subordinada? Uma abordagem crítica aos limites do desenvolvimento da região. **Revista Perspectivas Sociais**, v.9 n.1. 2023.

MARINI, R M. Dialética da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARQUES, R. M. Contribuições à crítica da propriedade intelectual. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.7, n.2, jul./dez. 2014.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, p. 235-270, 2018.

MARX, K. **Para a crítica da economia política.** 2a. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. **Manuscritos Económico-Filosóficos.** São Paulo: Martim Claret, 2001.

MARX, K. **O Capital - Livro 1: Crítica da economia política**. O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, K. **O capital - Livro 3: Crítica da economia política**. O processo de circulação do capital. Boitempo Editorial, 2017.

MARX, K. **El capital**. México: Fondo de Cultura Económica, [1867] 1966.

MARX, K. **Teorias sobre la plusvalia**. México: Fondo de Cultura Económica, [1863] 1980.

MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. 10a. ed. México: Siglo XXI, [1857-8] 1978.

MAZZUCHELLI, F. **A contradição em processo - o capitalismo e suas crises**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MONEDERO, J. C. [Estudio introductorio] El programa de máximos del neoliberalismo: el Informe a la Trilateral de 1975. **Sociología Histórica**, n. 1, 2012.

MONIZ BANDEIRA, L. A. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista brasileira de política internacional**, v. 45, p. 135-146, 2002.

MÜLLER, L. A. P; PAULANI, L. M. O capital portador de juros em O capital ou o sistema de Marx. **Trans/Form/Ação**, v. 35, p. 69-91, 2012.

NAKATANI, P. O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital. **Simposio Internacional sobre Deuda Publica do OID – Observatório Internacional da Dívida**. Caracas, Venezuela. 2006.

OLIVEIRA, G. A. de. **As faces da alienação em Karl Marx**: Da vida produtiva à vida genérica. Porto Alegre - RS: Fi, 2019. 79 p. ISBN 978-85-5696-565-3.

OLIVEIRA, S. C. de et al. Políticas de saúde no Chile (2000-2018): trajetória e condicionantes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 11, 2020.

OLIVEIRA, S. C. de; MACHADO, C. V.; HEIN, A. A. Reformas da Previdência Social no Chile: lições para o Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00045219, 23 maio 2019.

PADOAN, P.C. **The political economy of international financial instability**. London: C. Helm, 1986

PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos avançados**, v. 23, p. 25-39, 2009.

PAULANI, L. M. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 36, p. 514-535, 2016.

PIZARRO, R.; CAPUTO, O. **Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales**. Centro de Estudios Socio Económicos, Universidad de Chile, 1971.

POLANYI, K. **A grande transformação** - As origens políticas e económicas do nosso tempo. São Paulo: Leya, [1944] 2013.

PRESSACCO, C. F.; SALVAT, P. Consideraciones críticas sobre política pública y social de los gobiernos Concertación: Chile, 1990-2010; Del crecimiento con equidad al crecimiento basado en la competencia y el subsidiarismo generalizado?. **Papel Político**, v. 17, n. 1, p. 85-118, 2012.

FIGUEROA, P. **El “Acuerdo por la Paz y la Nueva Constitución” en Chile**. Disponível em: <<https://agendapublica.es/noticia/13907/acuerdo-paz-nueva-constitucion-chile>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

REIS, B. de O. **O percurso por uma nova Constituinte Chilena, desde a ditadura militar**. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2023/O-percurso-por-uma-nova-Constituinte-Chilena-desde-a-ditadura-militar>>. Acesso em: dez. 1DC.

RESENDE, M. T. As políticas econômicas das ditaduras do Chile (1973-1982) e da Argentina (1976-1983) sob um ângulo comparativo. **Revista de Economia**, v. 42, n. 77, p. 142-172, 2021.

ROBINSON, W. I. Global capitalist crisis and twenty-first century fascism: Beyond the Trump hype. **Science & Society**, v. 83, n. 2, p. 155-183, 2019.

SAAD FILHO, A. **A era das Crises: Neoliberalismo, o Colapso da Democracia e a Pandemia**. 1. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

SAAD FILHO, A. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015.

SAFATLE, V.; JUNIOR, N. DA S.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, V. Trabalho abstrato, subjetividade e alienação em Marx: notas para uma “fenomenologia da vida alienada” a partir de O capital. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**. Rio das Ostras, v. 24, n. 2, pp. 18-45, nov. 2018.

SERRANO, F. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**. Campinas, jul./dez, 2002.

SIMÕES, S. S. O golpe de estado e a primeira fase da ditadura civil-militar no Chile. **Espaço Plural**, v. 13, n. 27, 2012.

SOUSA, R. D. B.; PAZ, F. A. R.; MENESES, J. R. D. O Sistema de Proteção Social Chileno: da ditadura militar aos dias atuais. **Dialektiké**, v. 1, p. 79, 13 jun. 2016.

SOUZA, F. de. **Chile rejeita nova Constituição com mais de 55% dos votos contra**. CNN BRASIL, dez, 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/plebiscito-no-chile/>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

STRANGE, S. 1982. Still an Extraordinary Power: America's Role in a Global Monetary System. In: LOMBRA, R. & WITTE, W. (eds.). **The Political Economy of Domestic and International Monetary Policy**. Ames, Iowa: Iowa, State University, pp. 73-93; 1982.

STRANGE, S. **Casino Capitalism**. New York: Manchester University Press, 1986.

STRANGE, S. The Persistent Myth of Lost Hegemony. **International Organization**, 41, pp. 551-74; 1987.

STRANGE, S. **States and Markets**. London: Pinter Publishers, 1988a.

STRANGE, S. The Future of the American Empire. **Journal of International Affairs**, 42 (1), pp. 1-17, 1988b.

TRASPADINI, R. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 3, p. 1694–1713, 1 set. 2018.

WALDMAN, G. A cuarenta años del golpe militar en Chile: reflexiones en torno a conmemoraciones y memorias. **Revista mexicana de ciencias políticas y sociales**, v. 59, n. 221, p. 243-265, 2014

WILHANS, A.; PALLUDETTO, A.; ROSSI, P. O capital fictício: revisitando uma categoria controversa. **Texto para Discussão** (347). Instituto de Economia, Unicamp, 2018.

WIPO IP Statistics Data Center. Disponível em: <<https://www3.wipo.int/ipstats/ips-search/search-result?type=IPS&selectedTab=patent&indicator=10&reportType=11&fromYear=1980&toYear=2022&ipsOffSelValues=CL&ipsOriSelValues=&ipsTechSelValues=900>>. Acesso em: 17 maio. 2024.